

---

## CAPITALISMO TARDIO E SOCIABILIDADE MODERNA

---

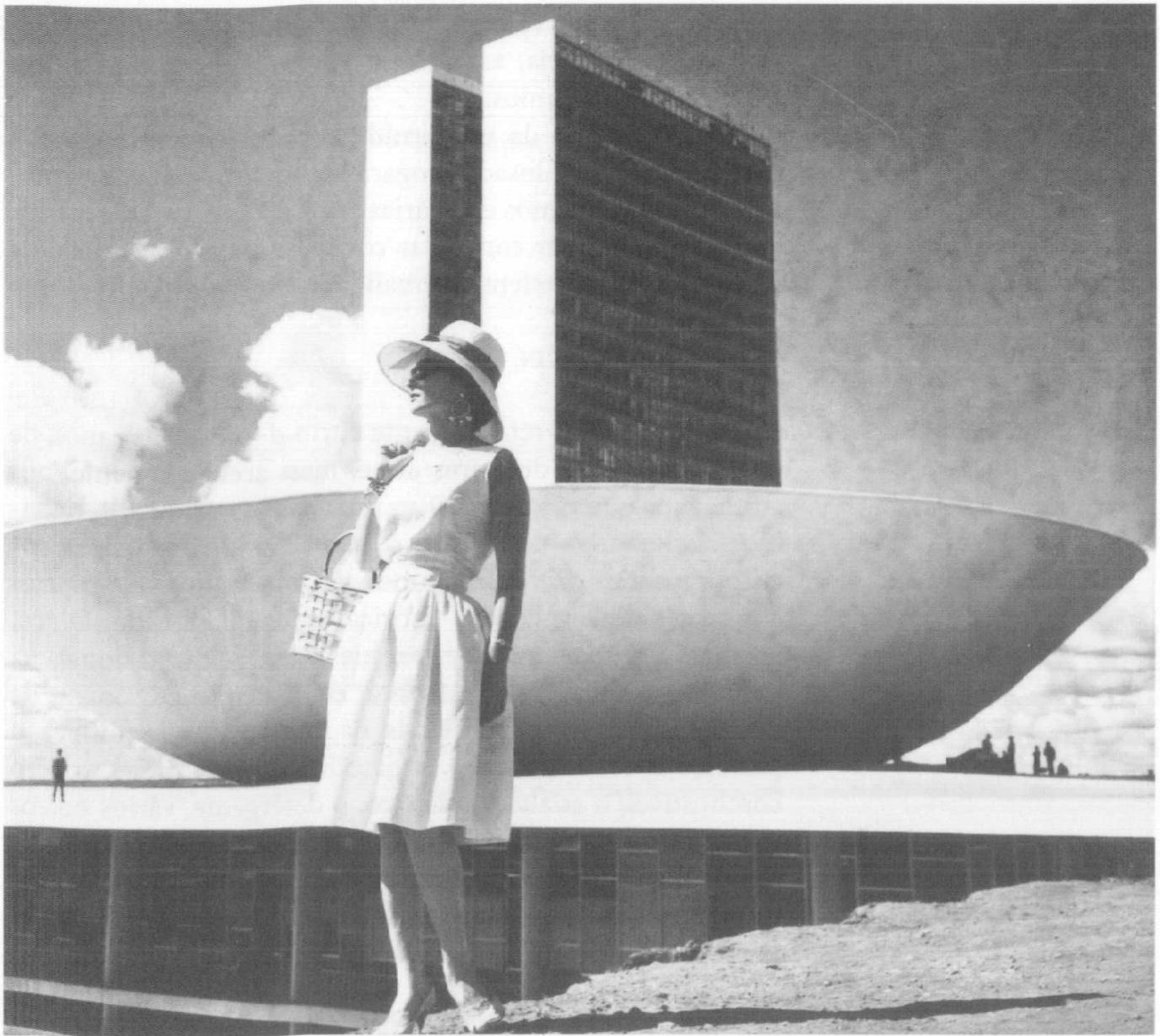
*João Manuel Cardoso de Mello e  
Fernando A. Novais*

## • INTRODUÇÃO

**O**s mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma. Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo”.

Havia certamente bons motivos para afiançar o otimismo. A partir dos anos 80, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade.

Para tratar das relações entre as transformações econômicas e as mutações na sociabilidade, manifestas na dura vida cotidiana e na precária privacidade, começemos, portanto, por distinguir os momentos significativos que se estendem do pós-guerra aos nossos dias. Entre 1945 e 1964, vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avança-



dos, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham um ritmo acelerado. O ano de 1964 marca uma inflexão, com a mudança do “modelo” econômico, social e político de desenvolvimento, e esta transformação vai se consolidando a partir de 1967-68. Mas, nesse período (1964-79), as dimensões mais significativas dessa mudança não eram perceptíveis, deixando a impressão de uma continuidade essencial do progresso, manchada, para muitos, pelo regime autoritário. A partir de 1980 (“a década perdida”), finalmente, a nova realidade se impõe. Malgrado hesitantes tentativas de reinversão, consolida-se nas suas ex-

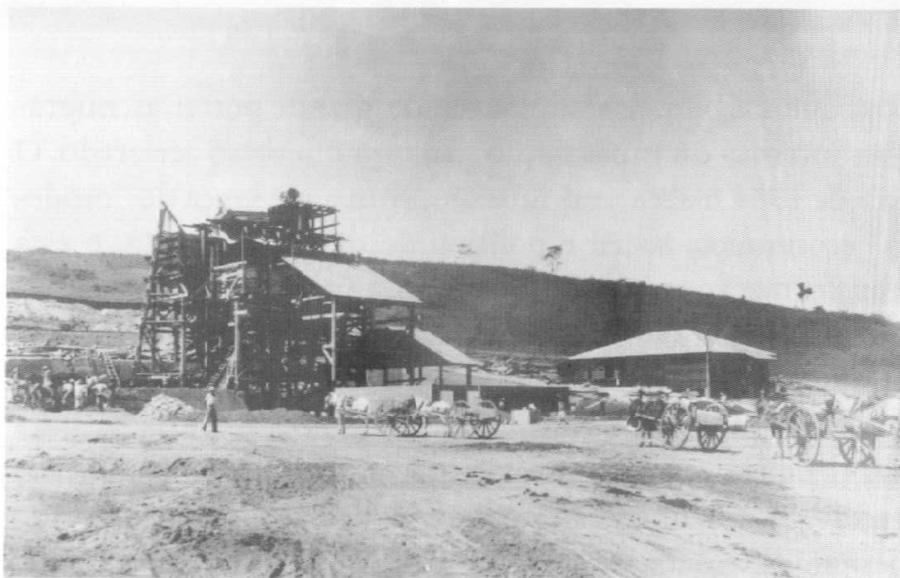
*1. A atriz e cantora Odete Lara visita Brasília em junho de 1960. A virada para os anos 60 ficou marcada como um dos momentos mais efervescentes da vida nacional. Brasília, a recém-inaugurada capital da República, construída em cinco anos, era o mais acabado monumento da moderna arquitetura brasileira. Movimentos como a Bossa Nova e o Cinema Novo revigoravam o ambiente cultural. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)*

pressões limítrofes (estagnação econômica, superinflação, desemprego, violência, escalada das drogas etc.), nestes dias atuais em que vivemos.

Nossa análise da modernidade brasileira parte do otimismo para a desilusão, e jogará simultânea e permanentemente com elementos das várias fases do conjunto do período, de forma a dar conta das conexões e da diversidade de ritmos nas várias esferas da realidade em movimento.

#### OS NOVOS PADRÕES DE CONSUMO

Num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década dos 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos.<sup>1</sup> Fabricávamos quase tudo. O aço, até aços especiais, na Companhia Siderúrgica Nacional, na Cosipa, na Usiminas, na Acesita, em Tubarão etc. Saíam da Petrobrás e de suas subsidiárias, da indústria petroquímica, o petróleo e seus derivados, a gasolina, o óleo diesel, o óleo combustível, o asfalto, o plástico, o detergente, vários outros materiais de limpeza, os produtos que permitem a fibra sintética etc. A engenharia brasileira erguera hidroelétricas gigantescas, equipadas com geradores e turbinas nacionais, de Furnas, Três Marias e Urubupungá até Itaipu. A indústria do



2. Construção da Companhia Siderúrgica Nacional nos anos 40. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)



3. Em 1955, operários comemoram a descoberta de mais um poço de petróleo na Bahia. (Acervo Iconographia)

4. Em outubro de 1953 a Volkswagen apresentava ao presidente Getúlio Vargas os modelos montados naquele mesmo ano, com componentes importados, na fábrica instalada em São Paulo: o fusca e a kombi. A empresa alemã foi a primeira a aceitar o convite para fabricar seus veículos no Brasil. (Arquivo Nacional)



alumínio era uma realidade, a do cimento, a do vidro e a do papel cresceram e se modernizaram; as indústrias tradicionais, de alimentos, a têxtil, de confecções, calçados, bebidas, móveis, também. A indústria farmacêutica e a de produtos de beleza deram um salto extraordinário. Desenhamos um sistema rodoviário que cortava o Brasil de ponta a ponta, com algumas estradas de padrão internacional, as primeiras a Via Dutra, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, a Via Anchieta, de São Paulo a Santos, e a Via Anhangüera, de São Paulo a Jundiaí e, depois, até Campinas. Podíamos levantar arranha-céus altíssimos, feitos de aço, concreto e vidro, equipados com elevadores nacionais. Produzíamos automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, tratores.

Dispúnhamos, também, de todas as maravilhas eletrodomésticas: o ferro elétrico, que substituiu o ferro a carvão; o

5. Adotado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-60), o projeto de expansão de uma indústria automobilística no país ganha impulso e várias fábricas iniciam sua produção. Acima, o Dauphine, lançado pela Willis Overland em 1959, sob licença da Renault. (Acervo Iconographia)

fogão a gás de botijão, que veio tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres: em cima dos fogões, estavam, agora, painéis — inclusive a de pressão — ou frigideiras de alumínio e não de barro ou de ferro; o chuveiro elétrico; o liquidificador e a batedeira de bolo; a geladeira; o secador de cabelos; a máquina de barbear, concorrendo com a gilete; o aspirador de pó, substituindo as vassouras e o espanador; a enceradeira, no lugar do escovão; depois veio a moda do carpete e do sinteco; a torradeira de pão; a máquina de lavar roupa; o rádio a válvula deu lugar ao rádio transistorizado, AM e FM, ao rádio de pilha, que andava de um lado para o outro junto com o ouvinte; a eletrola, a vitrola hi-fi, o som estereofônico, o aparelho de som, o disco de acetato, o disco de vinil, o LP de doze polegadas, a fita; a TV preto-e-branco, depois a TV em cores, com controle remoto; o videocassete; o ar-condicionado. Fomos capazes de construir centrais telefônicas, amparando a relativa difusão desse meio de comunicação. Os estaleiros, especialmente os do Rio de Janeiro, produziam navios de carga gigantescos. Chegamos até à fabricação de aviões, o Bandeirante e o Tucano, na Embraer de São José dos Campos.

Veio, também, o predomínio esmagador do alimento industrializado. O arroz, o feijão, o açúcar, as farinhas, de trigo, de rosca, de mandioca, já empacotados de fábrica em sacos de



6, 7. Nos anos 50 a chegada de novidades para o lar. (Fritz Neuberger/ Acervo Iconographia)

plástico e não mais na hora, retirados de tonéis, de sacos ou de vidros imensos e colocados em sacos de papel. Chegou o extrato de tomate; a lata de ervilha, de palmito, de milho, de legumes picados; o leite condensado; o leite em pó, alguns só para crianças; o creme de leite; o iogurte; novas espécies de biscoito e de macarrão; os achocolatados; a lingüiça, a salsicha, a presuntada e os outros embutidos; o frango de granja toma o lugar do frango caipira, com grande perda de sabor; o mesmo acontece com os ovos; o queijo prato e a mussarela; a azeitona em lata e depois em vidro; as batatas *chips*; a aveia em lata, muito depois os outros cereais; salgadinhos para aperitivo; o doce de lata, a goiabada, a marmelada, a banana-da; o pêssego ou o figo ou a goiaba em calda, mais caros; o pão tipo Pullman, para fazer torradas ou sanduíches, agora em moda. À cerveja, agora também em lata, à pinga, à cachaça, ao conhaque vagabundo, já tradicionais, juntaram-se a vodca, o rum, o uísque nacional ou nacionalizado, os vinhos do Rio Grande do Sul, muitos deles de qualidade duvidosa. O cigarro com filtro causou furor entre os fumantes. O consumo de refrigerantes multiplicou-se, deslocando os sucos de frutas: o guaraná, o da Antartica preferido ao da Brahma, o Fratelli Vita, no Nordeste, a Coca-Cola, muito depois a Pepsi-Cola, as desprezadas Crush e Grapette, a um pouco menos



8. Nos alimentos industrializados, o apelo de praticidade para as donas de casa. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)

desprezada Fanta, sabor uva ou laranja; o sorvete industrializado, primeiro o sorvete Kibon — o Eski-Bon imitando o Beijo Frio, os picolés imitando os de frutas verdadeiras —, que triunfa logo, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, sobre a “carrocinha” ou sobre a sorveteria modesta; mas as sorveterias elegantes se multiplicam. Cresce o consumo de chocolate, do Bis, do Sonho de Valsa, do Alpino, do Diamante Negro, nome dado em homenagem ao grande jogador de futebol Leônidas da Silva, o chocolate Kopenhagen e o Sonksen, só para os ricos e, uma vez ou outra, para os remediados; depois o Nestlé e o Garoto. O cigarrinho de chocolate faz grande sucesso entre as crianças. É lançado o chiclete Adams, algum tempo depois o chiclete de bola, o primeiro o Ping-Pong, substituindo o Bazooka, contrabandeado, só para pouquíssimos. Aparecem as balas de melhor qualidade com sabor artificial de frutas, avançando sobre as balas mais tradicionais como a toffee e a de framboesa, e os dropes com sabor artificial de frutas que se colocaram ao lado dos muito apreciados, de hortelã. Os dropes passaram a ser embrulhados um a um, como o pioneiro Dulcora.

Os avanços produtivos acompanharam-se de mudanças significativas no sistema de comercialização. As duas grandes novidades foram certamente o supermercado e o *shopping center*. O supermercado — o primeiro O Disco, no Rio de Janeiro, do poeta Augusto Frederico Schmidt — vai derrotando a venda, o armazém, o açougue — suplantado, também, pela casa de carnes especiais —, a peixaria — mantendo-se apenas as para os ricos. Vai derrotando, também, a quitanda ou a carrocinha e o caminhãozinho: suas gôndolas exibem alface, tomate, agrião, rúcula, pepino, cenoura, acelga, almeirão, repolho, vagem, espinafre, abobrinha, mamão, mamão-papaia, melão, melancia, pêra, maçã, morango, uma variedade de verduras, legumes e frutas, que se incorporaram à dieta alimentar do dia-a-dia do brasileiro, muitas certamente, no início, por influência sobretudo do imigrante italiano. A feira, apesar de ir perdendo importância, consegue resistir bravamente. O shopping center, o primeiro do Brasil, o Iguatemi, em São Paulo, inaugurado em 1966, transformou-se num verdadeiro templo do consumo e de lazer, cheio de lojas que vendem quase tudo, de cinemas, de docerias, cafés, lanchonetes, *fast-foods* etc. Mas, ao lado do supermercado e do



9. Uma das lojas da rede de supermercados O Disco no Rio de Janeiro, dezembro de 1956. (Acervo Iconographia)

shopping center, surgem, também, as grandes cadeias de lojas de eletrodomésticos, a revendedora de automóveis. As lojas de departamento, como o Mappin e a Mesbla, buscam clientes de faixas mais baixas de renda, em vez dos seus tradicionais, de elite e de classe média alta, que se deslocaram para a loja ou a boutique elegante.

Aliás, é desta época, também, o hábito de “comer fora”. Dos almoços e jantares, para o empresariado, os executivos, a cúpula da burocracia de Estado, os políticos e a classe média alta, para os novos-ricos, os novos-poderosos e os novos-cultos, em restaurantes elegantes, preferidos os de comida italiana ou francesa, alguns árabes, alguns espanhóis, alguns portugueses, esses predominando no Rio de Janeiro. Pouquíssimos os de comida brasileira. Mas, ao lado da churrasceria ou da pizzaria elegante, os remediados certamente encontrariam onde comer mais barato: o rodízio, a pizzaria sem sofisticações, as cadeias de venda de comida árabe, especialmente quibe e esfiha, a cantina italiana, o restaurante mais popular. Para refeições rápidas, os privilegiados se dirigiam a lanchonetes badaladas e, depois, aos fast-foods, o primeiro do Brasil o Bob’s do Rio de Janeiro. Os outros, nos dias de trabalho, aos bares, às lanchonetes baratas, onde comiam o prato feito, conhecido como PF, ou um sanduíche, moda que também foi se arraigando: além do tradicional de pernil, vieram o misto-quente, o queijo-quente, o cachorro-quente,



10. Shopping Center Iguatemi, em meados da década de 70. (Alfredo Rizzutti/ Agência Estado)

o paulistíssimo bauru, o churrasquinho, com ou sem queijo, o americano. As pastelarias se multiplicam. As crianças passaram a adorar o hot dog, as batatas chips, o sorvete com cobertura, depois o *cheese-burger*.

Os hábitos de higiene e limpeza, pessoal ou da casa, também se transformaram. Na casa, o detergente, junto com a bucinha de plástico, foi uma revolução; os outros produtos de limpeza, também; o sabão em pó, também; o bom bril aperfeiçoando a antiga palha de aço, também. Avanço houve, e significativo, na higiene pessoal, que se pode observar na difusão para as camadas populares do uso da escova de dentes e da pasta, que substituiu o sabão, o bicarbonato de sódio, o juá do Nordeste, o fumo de rolo em Minas, ou mesmo a cinza, esfregados com os dedos; no uso do desodorante, do *shampoo* e do condicionador de cabelos, de melhor ou pior qualidade; para mulheres, no uso do *modess*, que substituiu o paninho caseiro tradicional, culminando como o tampão; no uso dos cotonetes e do fio dental; na popularização das escovas de cabelos e dos pentes de plástico: as antigas escovas, de madrepérola, e os antigos pentes, de osso, eram o apanágio das damas e dos senhores das elites. À limpeza, neste percurso que vamos descrevendo, segue-se a modernização da beleza, sobretudo das mulheres. O *rouge* foi sendo preterido pelo *blush*, o pó-de-arroz pelo pó compacto, as máscaras caseiras de beleza, de abacate, de pepino, de camomila etc., pelos modernos cosméticos, pe-

# A IDÉIA!



Observe bem este armário. Agora pense nos vidros, vidrinhos e vidros que não cabem nos armários comuns. Entendeu? Este armário Hevea tem divisões ideais. Está aqui até na cozinha! Coloridas e plásticas - não enferrujam. Cantoneiras arredondadas. Nas cores: branca, azul, verde, amarela e rosa. Com espelho bem maior! Igual aos outros? Só o preço.

## hevea

o poder do plástico



*Toni ajudou-me a conquistar o título de "Rainha da Praia"*

"Rainha da Praia"... era o seu mais doce sonho... sonho irrealizável, porque seus cabelos ainda apresentavam vestígios de peracamentos anteriores... estavam queimados, flocos, ásperos... e isso prejudicava bastante a sua aparência!... Foi quando conheci Toni...

Comentada por jovens e senhoras nas praias, salões, escritórios e clubes - Toni é a permanente, a fixa que se faz, confortavelmente, em casa. Seus resultados são maravilhosos. Toni dá aos cabelos uma ondulação natural, tornando-os mais e sedosos.

Experimente Toni! Sêtnha, ou com o auxílio de uma amiga, você pode, facilmente, fazer uma bela ondulação. Basta seguir as instruções que acompanham o estilo, e você também poderá obter os mesmos surpreendentes resultados que já obtiveram...

...várias "Rainhas da Praia", obtidas pela fixação de seus encantos. A permanente Toni é sempre um sucesso! Dá aos cabelos uma ondulação suave e natural, que permite os mais belos penteados.

**ONDULAÇÃO PERMANENTE EM CASA**

los cremes de limpeza, que substituíram o leite de rosas e o de colônia, pelos hidratantes, esfoliantes, rejuvenescedores, da Max Factor, Helena Rubinstein, Elizabeth Arden, ou da Avon, para as classes populares. Aparece o horrível bob de plástico para enrolar o cabelo: horrível, mas eficiente. Os homens foram incorporando, um pouco mais devagar, alguns desses hábitos: por exemplo, o de lavar os cabelos com shampoo, o de usar desodorantes específicos; os mais ricos chegaram até ao perfume moderno, disfarçado, de início, sob a designação de loção, até ao creme de beleza. O creme de barbear e depois a espuma de barbear substituem o pincel e o sabão comum; aparece a loção pós-barba. Os modernos salões de beleza acompanharam essa modificação nas tecnologias do cotidiano, quer os da periferia, quer os do núcleo da sociedade, para lavar e cortar os cabelos, fazer as unhas das mãos e dos pés, para alisar, tingir, colorir ou descolorir os cabelos. Os cabeleireiros de homens, já sem o tradicional barbeiro de navalha na mão, vencido definitivamente pela lâmina ou pela máquina de barbear, passaram a "fazer shampoo", "fazer escova", tingir cabelo, culminando nos estabelecimentos unissex. O hábito de pintar

11. No anúncio, as revoluções da vida moderna: o plástico, os artigos de higiene e limpeza para homens e mulheres, além dos novos produtos farmacêuticos. (Revista Realidade, agosto de 1970/ Acervo Iconographia)

12. O Cruzeiro, 7/8/54. (Acervo Iconographia)

o cabelo de mulheres e homens, para tentar evitar que parecessem velhos, consolidou-se definitivamente.

O vestuário passou por outra revolução: a do tecido sintético e da roupa feita em massa, que baratearam, e muito, os produtos. O linho, a seda, o algodão puro, a lã, tornaram-se privilégio dos consumidores de renda mais alta. Para homens, o uso do terno e da gravata ficou muito mais restrito: restrito a certas ocasiões ou ambientes, ou restrito a pessoas obrigadas a esta roupa de representação. Desapareceu o suspensório, a abotoadura, a barbatana da camisa social, o pregador de gravata, o lenço de pano, e, definitivamente, o chapéu. A camisa social, que era só branca, passou a exibir outras cores mais vivas. Generalizou-se o uso da camisa esporte, de fio sintético ou de tecido nobre, usada agora em quase todas as ocasiões sociais; também o uso da bermuda e do *short*. Mas a grande mudança talvez tenha sido a da calça *jeans* — que era chamada, no começo, de calça rancheira ou de calça americana ou de calça *far-west* —, e a da camiseta de todas as cores ou estampadas. A cueca samba-canção sempre branca foi substituída pela cueca sem pernas, algumas coloridas ou “trabalhadas”. As meias, antes quase só pretas, ou cinza, ou marrons, ou brancas, são agora de fibra sintética e ganham outros coloridos. No pé, a grande revolução foi o uso do tênis substituindo o sapato. Mas, também, apareceu o sapato aberto, o mocassim, o *dock side*, as alpargatas, a primeira a “Alpargata Roda, está na moda”, a sandália “havaiana”, que



13, 14. Do maiô ao biquíni,  
a evolução no vestuário feminino.  
(Fritz Neuberg/ Acervo Iconographia  
e Agência Estado)

substituiu os tamancos. O bigode caiu em desuso. A moda do cabelo comprido e da barba desarrumada surge no final dos anos 60, como símbolo de afirmação e de protesto de uma nova geração “avançada”, mas depois vai sumindo. Alguns homens passam a usar bolsa nos meados dos 60.

Para a mulher, talvez o fato mais significativo tenha sido a incorporação da roupa masculina no início dos anos 60, especialmente da calça comprida — um espanto para os mais tradicionalistas —, mas, também, da camiseta, do tênis, do paletó, da alpargata, da havaiana. Outro fato que provocou a reprovação dos caturras: mulheres fumando, fumando em público! A meia de seda com liga ou cinta-liga foi substituída pela meia de *nylon* e pela meia-calça, também de *nylon*. Desapareceram, ainda, a cinta, a anágua, e depois praticamente a combinação. O sutiã perde a armação, fica mole: resultado, inclusive, da diminuição dos seios, as mulheres, agora, muito mais magras. Os calçolões são substituídos pela calça-biquíni. Desapareceu o saiote do maiô inteiro, feito para encobrir as partes pudendas. Vem o “duas peças”, depois o biquíni,





15. As saias começam a diminuir, dando às mulheres um ar juvenil e esportivo. Na foto, Erasmo Carlos, Wanderléa, Roberto Carlos, Os Vips e Martinha se apresentam no programa Jovem Guarda, 1966. (Agência JB)

culminando no fio-dental. O comprimento das saias oscilou com a moda, mas o importante é que não há mais comprimento mínimo: lembremo-nos das minissaias dos anos 60.

Vai desaparecendo, para homens e mulheres, a distinção rígida entre a roupa de ficar em casa e o traje de sair, de sair para a cidade, para visitar fulano ou sicrano, de ir à missa todos os domingos, de ir às festas. A roupa de criança aproximou-se da vestimenta do adulto: para o menino, por exemplo, a calça comprida vem logo, não espera mais os dez ou doze anos; para a menina, o vestido perde as rendas, babados, nervuras, sianinhas, os entremeios, as casas de abelha, as mangas bufantes e todas as outras particularidades dos modelos para crianças, que os distinguam tão acentuadamente das roupas das mães. O uniforme de colégio tornou-se mais raro. A roupa do velho ou da velha aproximou-se da do mo-



16. Vacinação contra a paralisia infantil. Pelé e sua esposa Rosemere levam a filha Kelly Cristina ao posto de saúde, 25/4/67. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)

ço ou moça. Desapareceu o luto fechado e mesmo o aliviado. Todos podem agora comprar relógios baratos, indispensáveis para a vida corrida e cronometrada da cidade.

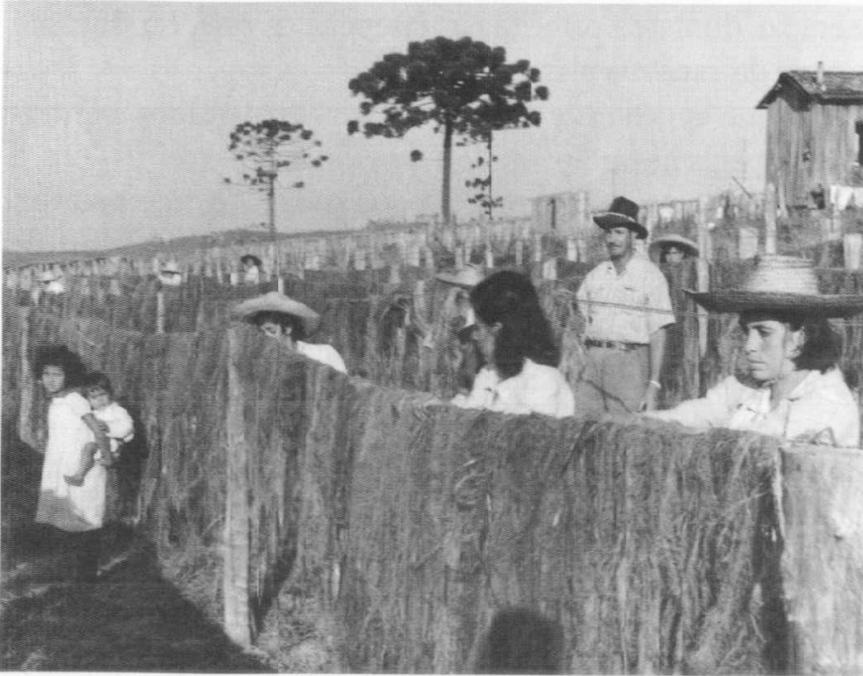
Também fomos acompanhando, com um certo atraso, é claro, os progressos da indústria farmacêutica. Os remédios com base nos produtos naturais, de origem vegetal ou animal — por exemplo, os xaropes, os reguladores femininos, os fortificantes —, sendo substituídos pelos farmacocômicos. Houve uma verdadeira revolução dos antibióticos, que começou no final dos anos 40, da penicilina, das sulfas, da estreptomomicina, da baltracina etc., que combateram com sucesso duas doenças que eram o terror dos brasileiros, a tuberculose

e a sífilis; mas, também, as demais de origem venérea, a pneumonia, enfim, todo o espectro das moléstias infecciosas. Houve a revolução das vacinas, da tríplice, da Salk e depois da Sabin, contra a paralisia infantil, o temor de tantos pais e de tantas mães. Mas também vieram as vitaminas, a verdadeira mania das vitaminas, novos analgésicos e antitérmicos, os corticóides, os hemoterápicos, os hormônios masculinos e femininos, os remédios psiquiátricos, os para o coração ou para o estômago, que foram substituindo o fígado como o grande vilão da saúde dos brasileiros. E, com tudo isto, estabeleceu-se a predominância do laboratório estrangeiro sobre os nacionais. Mais ainda: o Brasil virou uma espécie de paraíso para a indústria farmacêutica, porque combinava dois quadros nosológicos distintos, o próprio aos países ricos e o peculiar a países pobres: de um lado, as “doenças do progresso”, as cardiovasculares, a hipertensão, o câncer e outras doenças crônico-degenerativas, as úlceras de estômago e as gastrites, o stress etc.; de outro, ainda persistiram as “doenças do atraso”, antes de tudo as infecciosas, decorrentes, em boa medida, da má alimentação, como, por exemplo, a diarreia. Em suma, todas essas variações do consumo apontavam para os movimentos da sociedade.

#### UMA SOCIEDADE EM MOVIMENTO

Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes.<sup>2</sup> Olhos, portanto, de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada, “inferior”. A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida do campo, ao contrário, repele e expulsa.

Como era a estrutura social do campo, naquela época? No cume, situava-se a oligarquia de latifundiários, que controlava a propriedade da terra: latifundiários capitalistas, como os fazendeiros de café e os usineiros de açúcar, ou latifundiários “tradicionais”, como boa parte dos grandes pecuaristas. Abaixo deles, vêm todos os que já empregavam trabalho assalariado e produziam exclusivamente para o mercado:



17. *Lavoura de sisal no Paraná, final da década de 50. (Acervo Iconographia)*

médios proprietários, alguns dos pequenos, os arrendatários capitalistas. Descendo, encontramos a pequena propriedade familiar capaz de assegurar um nível de vida razoável para seus donos, como a do Rio Grande do Sul. No entanto, no conjunto do país, a esmagadora maioria, cerca de 85%, é formada por posseiros, pequenos proprietários, parceiros, assalariados temporários ou permanentes, extremamente pobres ou miseráveis. Os assalariados permanentes — por exemplo, o colono da fazenda de café, o trabalhador da usina de açúcar — ganhavam pouquíssimo, mas estavam integrados ao capitalismo. Mas os posseiros, pequenos proprietários pobres, ou parceiros, praticamente não. Os pequenos proprietários ou posseiros tinham um pedaço de terra para trabalhar. Os parceiros, ao contrário, viviam dentro de um latifúndio, como o “morador” do Nordeste, obrigados a prestar certos serviços ao proprietário da terra, ou então a ceder-lhe parte da produção. Todos produziam de uma maneira tecnologicamente rudimentar, quase só para comer. As poucas sobras eram vendidas e o dinheiro apurado servia para adquirir o que era estritamente necessário: instrumentos de trabalho, sal, um pouco de carne de vaca, um pouco de pão de trigo, tecidos, uma ou outra roupa feita, uma ou outra bota ou alpargata, pouca coisa mais. Alguns deles complementavam a renda trabalhando temporariamente como assalariados, por

exemplo, durante a colheita nas fazendas de café, ou durante o corte da cana nas plantações.

O que aproximava a todos, fossem assalariados permanentes, pequenos proprietários, posseiros e parceiros, era a miséria ou a extrema pobreza em que viviam. Entremos num minifúndio do sertão nordestino ou num pequeno sítio de caipiras em São Paulo, aproximemo-nos de uma família de “moradores” do Nordeste, visitemos uma “colônia” da fazenda de café ou a casa de um trabalhador da usina, para ver a vida como ela é.

A vida social girava em torno da família conjugal, dos parentes, compadres e vizinhos. A família destes homens rústicos, ensina Antonio Candido,<sup>3</sup> “ainda se encontrava mais próxima aos *padrões patriarcais* do que qualquer outra”. “Mas de padrões patriarcais”, esclarece logo, “ajustados ao tipo de vida de grupos situados nos níveis inferiores da pirâmide social” Muito próximos, porque já havia alguns sinais de mudança. O amor romântico, como critério da escolha do cônjuge, ia substituindo a determinação imperativa da família. E a sujeição da mulher ao marido não era mais absoluta. Mas seu dia-a-dia era muito mais sacrificado que o do homem, “pois não apenas lhe compete todo o trabalho da casa — que na roça compreende fazer roupas, pilar cereais, fazer farinha, além das atribuições culinárias e dos arranjos domésticos — mas ainda labutar a seu lado”. A mulher continuava, antes de tudo, ventre gerador de uma penca de filhos: alguns morriam, mas os muitos que “vingavam” ajudariam na lavoura. A absorção dos filhos pelos pais — que dá tanta estabilidade a este tipo de família — é uma realidade muito palpável. Os pais podiam controlar os filhos apenas com os olhos. Mas empregavam-se, também, os castigos severos, a surra de relho, de vara, de correia. E os ensinavam a manejar a enxada, a foice, o machado, a cavadeira, o arado, a lavrar a terra, colher, cuidar dos animais; as meninas, também a costurar e a cozinhar. As poucas crianças que freqüentavam a escola, mal aprendiam a ler e a escrever. Não se julgava necessário; e era preciso trabalhar logo, auxiliar os pais. O homem passava à vida adulta pelo trabalho, aos treze, catorze anos; a mulher, pelo casamento, entre treze e vinte anos. A vida sexual do homem começava menos com a masturbação, como na cida-

de, do que com a bestialidade, com novilhas, egüinhas, ovelhas, cabras, porcas, galinhas. A mulher casava, em geral, virgem. A ruptura dessa regra obrigava ao casamento. Quando não podia se realizar — por exemplo, a filha de um morador engravidada pelo filho do latifundiário — a honra da família restaurava-se pela expulsão da filha, muitas se tornando prostitutas nas cidades.

Moravam, o pai, a mãe e os filhos, numa casa de taipa apertada, muito poucas de tijolo, chão de terra, telhado de sapé, algumas de telha, um ou outro móvel, água de poço, muitas vezes infectado, a “casinha” ou o mato por banheiro. O trabalho é duro, de sol a sol, do homem, da mulher, dos filhos, os de sete, oito, nove anos já fazendo algum serviço leve. Em geral, todos mal alimentados, alguns desnutridos: comiam arroz, feijão ralo, café, também ralo, farinha de milho ou a de mandioca, preferida especialmente no Nordeste, de vez em quando, uma “mistura”: galinha, servida especialmente para os doentes, carne de porco, um pouco de carne de vaca, ovos. Quando havia doença na família, a farmácia

18. *Mulheres no sertão nordestino: “Vida cheia de incerteza, vida sem grande esperança”, 1958. (Ribeiro/ Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)*





19. A carência de recursos e a falta de assistência: permanências na vida das populações esquecidas do interior do Nordeste, 1951. (Arquivo Nacional)

estava longe, o médico também, o remédio era caro. Todos descalços, um ou outro possuindo uma bota ou uma alpargata, as crianças nuas ou só de calçãozinho, barrigudas, cheias de vermes. As mulheres, umas velhas aos trinta anos. Poucos passando dos cinquenta.

Uma vida, enfim, a desses homens, dessas mulheres, dessas crianças, que diferia pouco, muito pouco da de seus ancestrais longínquos. Vida cheia de incertezas, vida sem grandes esperanças.

Para o posseiro, o pequeno proprietário, o parceiro, bastava um ano de colheita ruim, porque choveu pouco, porque

choveu demais, porque a seca veio braba no sertão, para romper aquele equilíbrio tão precário entre as necessidades vitais e a produção de alimentos. O esgotamento do solo vinha rápido, por causa dos processos primitivos de produção, e obrigava sempre a procurar terras virgens. Os filhos constituíam novas famílias, era impossível acomodá-los naquele pedaço de chão que produzia tão pouco: mais pressão por novas terras. Mas as terras melhores e mais próximas já estavam ocupadas pelo grande proprietário. Para os assalariados permanentes, a dispensa podia chegar a qualquer momento, porque a cana ou o café foram mal, ou por desentendimentos com o administrador da fazenda ou o gerente da usina. Começava, então, a procura de emprego, que não era nada fácil.

Este era o panorama até meados dos anos 60, quando vem a modernização selvagem da agricultura. O pequeno proprietário, o posseiro e o parceiro miseráveis não serão somente vítimas das peripécias da natureza. Nem o assalariado permanente, do vai-e-vem da exportação do café e do açúcar, das oscilações da colheita do café devido à geadas ou às pragas. Agora, milhões de homens, mulheres e crianças

*20. A procura de água mobiliza as populações locais em frente de trabalho, 1951. (Arquivo Nacional)*



serão arrancados do campo, pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito, que deve ser honrado sob pena da perda da propriedade ou da posse.

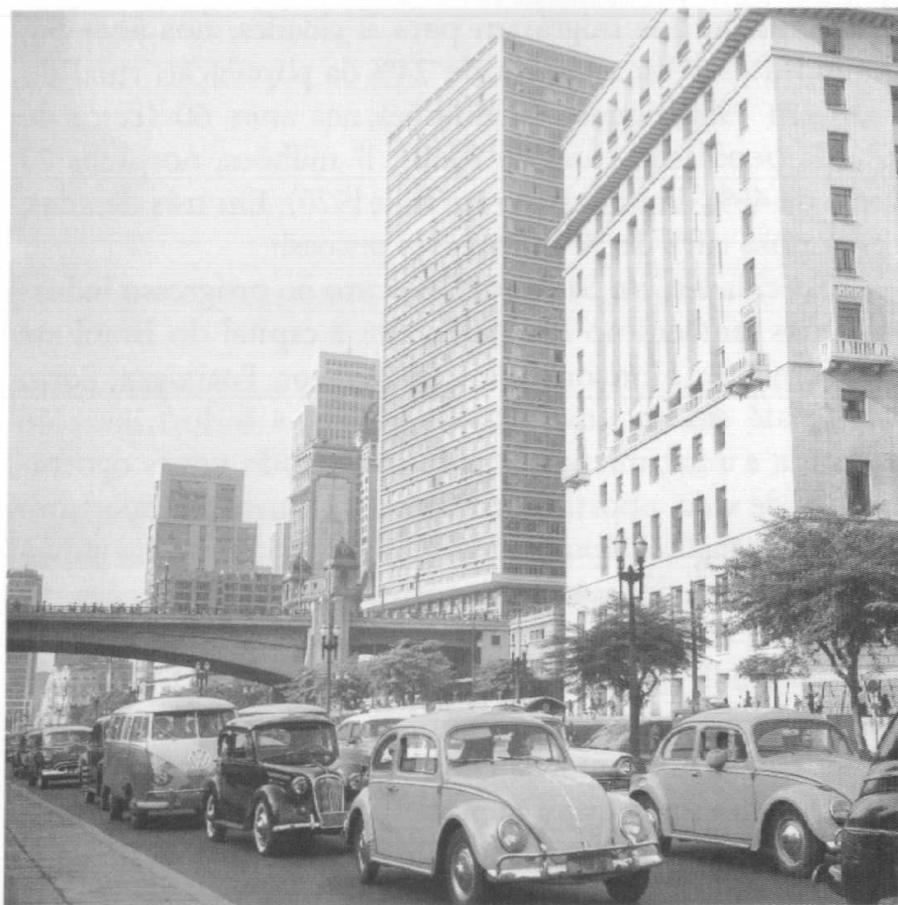
Restava sempre a saída de “aventurar-se” na fronteira agrícola em movimento.<sup>4</sup> O deslocamento permanente da fronteira agrícola, nestes anos que vão de 1950 a 1980, tornou-se possível porque o Estado foi construindo estradas de rodagem e criando alguma infra-estrutura econômica e social (eletricidade, polícia e justiça, escolas, postos de saúde etc.) nas cidades que foram nascendo ou revivendo na “marcha para o interior do Brasil”. Nos anos 50, o trabalho na agricultura do Norte do Paraná atraiu muitos migrantes, bem como a “abertura” de terras em Goiás e no que seria hoje o Mato Grosso do Sul. Depois, nos anos 60 e 70, intensificou-se o movimento em direção à fronteira norte, ao Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Sul do Pará e Sul do Maranhão. Mas, na fronteira, aqueles pobres migrantes se encontrariam sempre com a habitual violência dos grandes proprietários ou dos “grileiros”, cheios de capangas, protegidos pelos governos, prontos para desalojá-los, para jogá-los para terras mais distantes e piores.

Contudo, havia alternativa para a fronteira distante, a cidade estava próxima. A cidadezinha, onde fazem a feira, assistem à missa, participam das festas, vendem o que resta de sua produção. E, também, a cidade um pouco maior, aonde vão de vez em quando. E observam: o ônibus, o trem, o caminhão, o *jeep*, o automóvel; o rádio do bar, que toca música, dá notícias, irradia futebol; o consultório do médico, a farmácia, o posto de saúde, tão longes; as ruas iluminadas; o cinema; o modo de vestir das pessoas; a variedade de alimentos no armazém; a escola. Depois, já nos anos 60 e 70, a televisão toma, no bar, muitas vezes o lugar do rádio. Até nas pequenas cidades ou vilarejos lá está ela, no alto, colocada no ponto de encontro ou na praça: todos estão vendo a novela das oito. Como na música do notável Chico Buarque, vêem o Brasil na TV. Observam tudo e conversam. E recebem cartas de parentes, compadres e vizinhos que foram morar na cidade — cartas escritas e lidas pelo favor de quem é alfabetizado. E as cartas falam de outra vida, melhor, muito melhor. A cidade não pode deixar de atraí-los.

Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas!<sup>5</sup>

Nas cidades, em São Paulo, o centro do progresso industrial, mas também no Rio de Janeiro, a capital do Brasil até 1960, em Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, até em algumas cidades médias, a industrialização acelerada e a urbanização rápida vão criando novas oportunidades de vida, oportunidades de investimento e oportunidades de trabalho. Oportunidades de investimento na indústria, no comércio, nos transportes, nas comunicações, na construção civil, no sistema financeiro, no sistema educacional, de saúde etc., que exigem capital maior ou menor, tecnologia mais ou menos complexa. Oportunidades de trabalho, melhores ou piores, bem remuneradas ou mal remuneradas, com maiores ou menores possibilidades de progressão profissional, no setor privado ou público.

No capitalismo, a concorrência entre os homens formalmente livres e iguais é *um processo objetivo que determina, que escolhe* os que se apropriarão das oportunidades de investimento, mais ou menos lucrativas, e se transformarão em empresários, pequenos, médios ou grandes, integrando a classe proprietária; e os que colherão tal ou qual oportunidade de trabalho, distribuindo-se pelas várias classes e estratos de não-proprietários. Do mesmo modo, é a concorrência entre os capitalistas que seleciona as empresas que irão crescer ou desaparecer, ou é a concorrência entre os trabalhadores que estabelece os que marcarão passo ou avançarão na carreira. O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais "econômicos". Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as "virtudes" exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio. No entanto, a situação de partida é *sempre* desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre



21, 22. Vistas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 50. (Acervo Iconographia)

empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas.

E, convenhamos, no Brasil do início dos anos 50 a desigualdade era extraordinária. Basta comparar os três tipos sociais que foram os protagonistas da industrialização acelerada e da urbanização rápida: o imigrante estrangeiro, o migrante rural e o negro urbano e seus descendentes.<sup>6</sup> Os imigrantes ou os filhos de imigrantes, italianos, libaneses, sírios, eslavos, alemães, portugueses, judeus, japoneses, espanhóis, já estavam em São Paulo, o centro da industrialização, há várias gerações. Constituíram famílias semipatriarcais solidamente estabelecidas. Pouquíssimos, em 1950, eram grandes empresários. Mas alguns tinham conseguido passar a donos de pequenos negócios, muitos trabalhavam por conta própria, ou já tinham uma tradição de trabalho na indústria. Além disso, muitas vezes com enormes sacrifícios, puderam dar educação formal a seus filhos — alguns já tendo, naquela época, chegado à universidade, mesmo que em profissões consideradas então de segunda categoria (por exemplo, con-



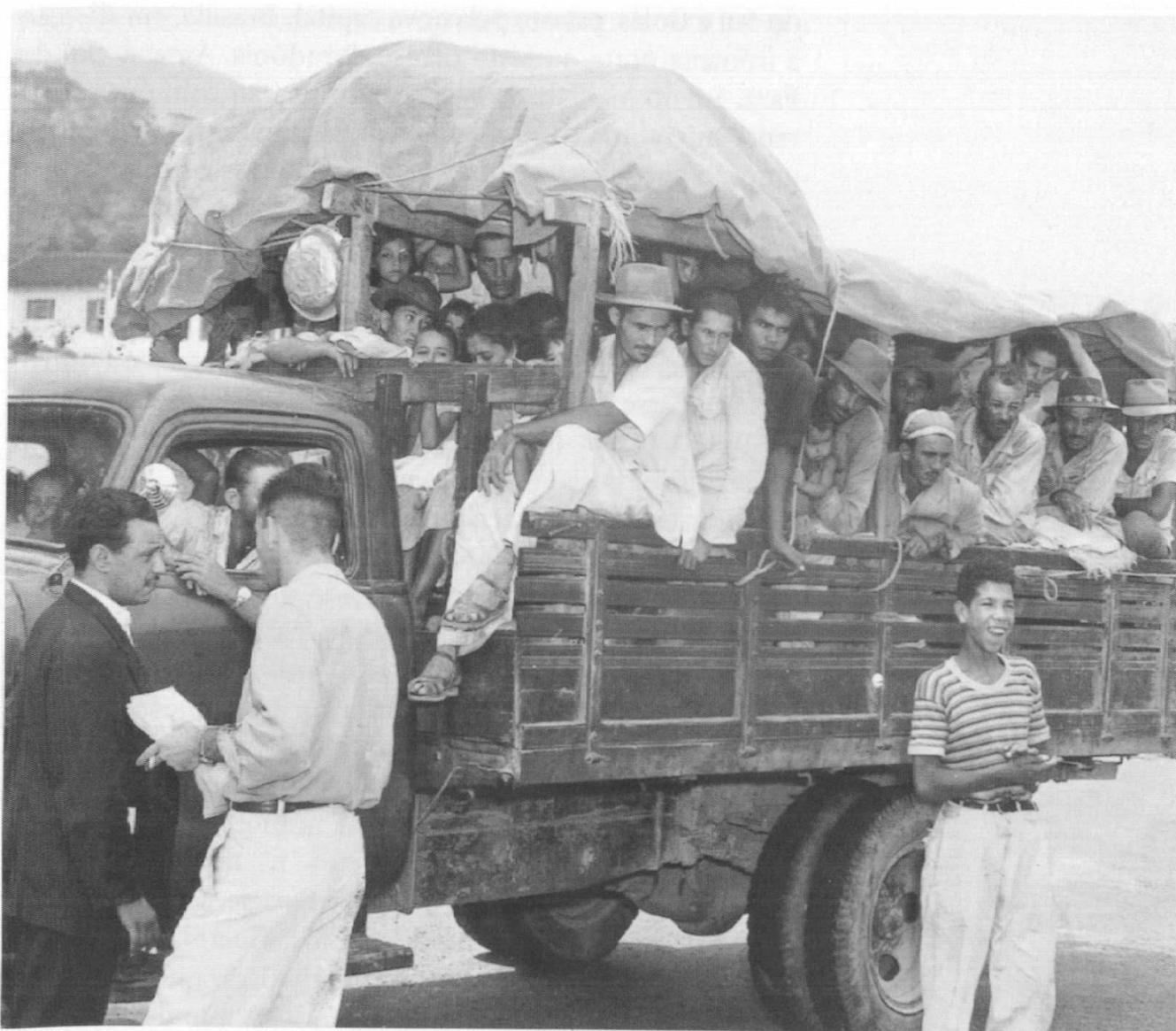
tadores, economistas), valendo-se da expansão da rede pública de ensino. Já a massa dos negros das cidades continuou, após a Abolição, abandonada à sua própria sorte, ocupada nos trabalhos mais “pesados” e mais precários, muitos vivendo de expedientes, amontoada em habitações imundas, favelas e cortiços, mergulhada, também, no analfabetismo, na desnutrição e na doença. Poucos os que, até 1930, tinham conseguido se elevar às funções públicas mais subalternas, ou ao trabalho especializado mais valorizado, de marceneiro, costureira, alfaiate etc. Pouquíssimos conseguiriam ir muito além do abc na educação formal; contavam-se nos dedos os que tinham chegado à universidade. É verdade que, no início dos anos 50, o panorama tinha se alterado, como sublinhou Florestan Fernandes neste livro magnífico que é *A integração do negro na sociedade de classes*. “O negro supera, graças a seu esforço, a antiga situação de pauperismo e anomia social, deixando de ser um marginal (em relação ao regime de trabalho) e um dependente (em face do sistema de classificação social) [...] Eles podem, por fim, lançar-se no mercado de

trabalho e escolher entre algumas alternativas compensadoras de profissionalização.<sup>77</sup> Mas seu ponto de partida não podia deixar de trazer as marcas ainda frescas da escravidão e do descaso dos ricos e poderosos: era muitíssimo mais baixo que o do imigrante estrangeiro, o que impunha limites estreitos à sua progressão na ordem social competitiva. Estava, isto sim, bem próximo do migrante rural.

O imigrante, italiano, sírio, libanês, espanhol, japonês, judeu etc., não poderia deixar de ser o grande vencedor desta luta selvagem pelas novas posições sociais que a industrialização e a urbanização iam criando. O dono do pequeno negócio, até o mascate, torna-se médio ou grande empresário, na indústria, no comércio, nos serviços em geral. Muitos dos que já eram trabalhadores especializados convertem-se em donos de pequenas empresas. Pais e mães ficam orgulhosos com seus filhos “formados”, médicos, dentistas, engenheiros, jornalistas, advogados, economistas, administradores de empresa, publicitários etc., e acompanham suas carreiras, muitas delas meteóricas, como funcionário de empresa ou profissional liberal.

Mas o migrante rural também se sente um vencedor. Dos que se elevaram até o empresariado, a maioria “saiu do nada”; pouquíssimos vieram de “profissões liberais”, poucos de postos de trabalho qualificado. Mas são incontáveis as mulheres, antes mergulhadas na extrema pobreza do campo, que se tornaram empregadas domésticas, caixas, manicures, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, operárias, que passaram a ocupar um sem-número de postos de trabalho de baixa qualificação, alguns de qualificação média. Incontáveis são, também, os homens desprezados pela sorte que se converteram em ascensoristas, porteiros, vigias, garçons, manobristas de estacionamento, mecânicos, motoristas de táxi, até operários de fábrica. Alguns chegam a trabalhadores especializados na construção civil, pedreiros, encanadores, pintores, eletricitistas, ou na empresa industrial, uma minoria às profissões liberais. Os negros, em sua esmagadora maioria, ficaram confinados ao trabalho subalterno, rotineiro, mecânico, mas também eles, em geral, melhoraram de vida.

Os trinta anos que vão de 1950 a 1980 — anos de transformações assombrosas, que, pela rapidez e profundidade, di-



facilmente encontram paralelo neste século — não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: *a de uma sociedade em movimento*. Movimento de homens e mulheres que se deslocam de uma região a outra do território nacional, de trem, pelas novas estradas de rodagem, de ônibus ou amontoados em caminhões paus-de-arara. São nordestinos e mineiros, fugindo da miséria e da seca, em busca de um destino melhor em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná da terra roxa; depois, são os expulsos do campo pelo capitalismo, de toda parte, inclusive de São Paulo, do Paraná, agora hostil ao homem; são gaúchos, que avançam pelo Oeste de Santa Catarina, passam pelo Oeste do Paraná, alguns entram para o Paraguai, outros vão subindo para Mato Grosso

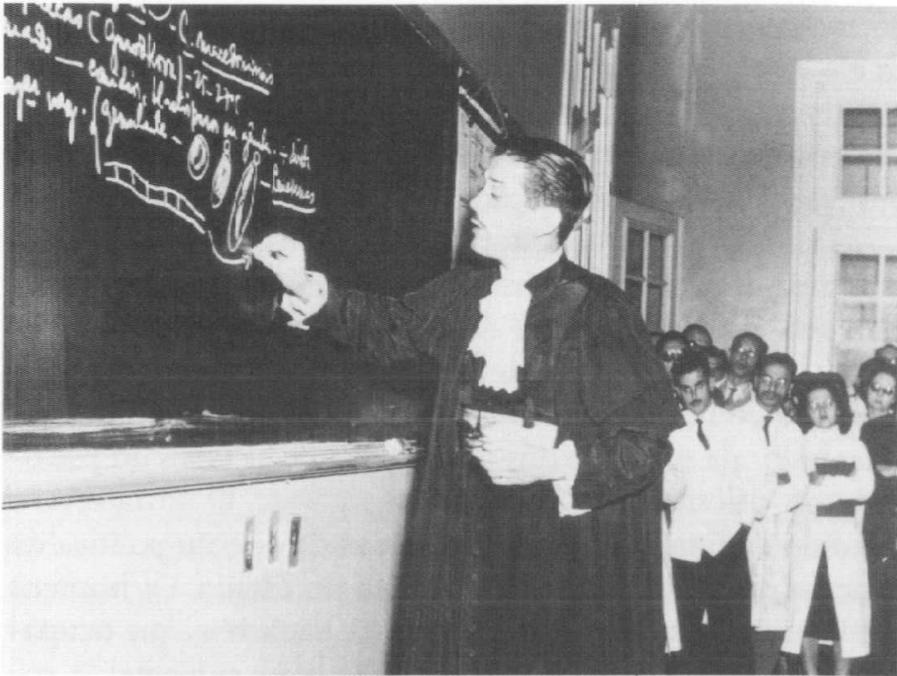
23. Caminhões paus-de-arara deixam o Nordeste em direção ao Sul do país, 1952. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)

do Sul e Goiás, passam pela nova capital, Brasília, em direção à fronteira norte, ao Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Sul do Pará, Sul do Maranhão, onde se encontrarão com outra corrente migratória de nordestinos. Movimento de uma configuração de vida para outra: da sociedade rural abafada pelo tradicionalismo para o duro mundo da concorrência da grande cidade, ou para o mundo sem lei da fronteira agrícola; da pacata cidadezinha do interior para a vida já um tanto agitada da cidade média ou verdadeiramente alucinada da metrópole. Movimento, também, de um emprego para outro, de uma classe para outra, de uma fração de classe para outra, de uma camada social para outra. Movimento de ascensão social, maior ou menor, para quase todos.

Em 1980, as cidades abrigavam 61 milhões de pessoas, contra os quase 60 milhões que moravam ainda no campo, em vilarejos e cidades pequenas. Nada menos do que 42 milhões viviam em cidades com mais de 250 mil habitantes. São Paulo tinha 12 milhões, contra os 2,2 milhões de 1950; o Rio de Janeiro, quase 9 milhões, contra os 2,4 milhões de 1950; Belo Horizonte tinha praticamente 2,5 milhões, contra os 350 mil de 1950; Porto Alegre, 2,1 milhões, contra os quase 400 mil de 1950; Recife, também 2,1 milhões, contra os pouco mais de 500 mil de 1950; Salvador, 1,7 milhão, contra os quatrocentos e poucos mil de 1950. Fortaleza chegara a 1,5 milhão, Curitiba, a 1,3 milhão. Santos, Goiânia, Campinas, Manaus e Vitória eram maiores, em 1980, do que Porto Alegre, ou Recife, ou Salvador, ou Belo Horizonte de 1950. Em 1980 Brasília atinge 1,1 milhão.

#### ESTRUTURA SOCIAL E MOBILIDADE

Diretor superintendente, padre, lixeiro, professor primário, estivador, despachante, trabalhador agrícola, jornalista, empreiteiro, advogado, carpinteiro, escriturário, gerente comercial, pedreiro, funcionário público de padrão médio, gerente de fábrica, viajante comercial, garçom, médico, dono de pequeno estabelecimento comercial, guarda-civil, fazendeiro, sitiante, balconista, tratorista, contador, mecânico, motorista, cozinheiro (restaurante de primeira classe), condutor de trens. Convidados a classificar essas trinta profissões, no final dos anos 50, moradores da cidade de São Paulo



24. Nos anos 50 a profissão de médico representava o topo da hierarquia social. Na foto, concurso do dr. Carlos da Silva Lacaz em 1953 para o cargo de professor catedrático da Faculdade de Medicina da USP. (Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo)

chegaram à seguinte ordenação: 1. médico; 2. advogado; 3. diretor superintendente; 4. padre; 5. fazendeiro; 6. jornalista; 7. gerente comercial; 8. gerente de fábrica; 9. professor primário; 10. contador; 11. dono de pequeno estabelecimento comercial; 12. funcionário público de padrão médio; 13. despachante; 14. empreiteiro; 15. viajante comercial; 16. sitiante; 17. escriturário; 18. guarda-civil; 19. mecânico; 20. balconista; 21. motorista; 22. cozinheiro (restaurante de primeira classe); 23. tratorista; 24. carpinteiro; 25. condutor de trens; 26. garçom; 27. pedreiro; 28. trabalhador agrícola; 29. estivador; 30. lixeiro.<sup>8</sup>

O resultado, para nós, hoje, parece no mínimo curioso. Olhando a classificação, não é difícil perceber que foram identificados quatro grupos, de acordo, em linhas gerais, com a escala de remunerações e com a hierarquia capitalista do trabalho: o da base da sociedade (lixeiro, estivador, trabalhador agrícola, pedreiro, garçom), o do trabalho qualificado (condutor de trens, carpinteiro, tratorista, cozinheiro de restaurante de primeira classe, balconista, motorista, mecânico), o da classe média (o dono do pequeno estabelecimento comercial, o professor primário, o funcionário público de nível médio, o escriturário, o viajante comercial, o empreiteiro, o sitiante, o despachante, o guarda-civil) e o do topo da sociedade (diretor superintendente, fazendeiro, gerentes, advoga-

do, médico, padre, jornalista). Mas como explicar que o médico e o advogado estivessem acima do diretor superintendente, que representava, naturalmente, a grande empresa? Como entender a posição do padre em relação à do gerente? Ou a do professor primário em relação à do pequeno comerciante?

Deve ficar claro ao leitor hodierno que o médico, o primeiro da lista, exprime a importância crucial da família. Era ele quem cuidava da saúde do corpo, portanto da manutenção da vida. Mas não só: exercia o papel de conselheiro conjugal, de confidente do casal, especialmente da mulher, de orientador da educação dos filhos, fazendo as vezes do psicólogo, do psicanalista, do psicopedagogo etc. O advogado, o segundo da lista, representa as funções de direção política da sociedade e de direção administrativa do Estado. Os homens públicos eram na esmagadora maioria bacharéis, que ocupavam, também, a cúpula da burocracia governamental, a começar pela encarregada da administração da justiça e da segurança. A alta avaliação do padre reflete a presença ainda decisiva da Igreja e dos valores católicos na constituição da subjetividade e das formas de compreensão do mundo. Mas sua posição, tanto abaixo do médico e do advogado quanto do diretor superintendente, indica o avanço do processo de secularização e de mercantilização da sociedade. O jornalista, o sexto da lista, é, de um lado, considerado um homem público e, de outro, o símbolo de uma relativamente nova e cada vez mais decisiva forma de poder: a imprensa. O diretor superintendente, seguido do fazendeiro, representa o núcleo das classes proprietárias, em torno do qual giram os gerentes e mesmo o contador, que era quase um gerente financeiro. O valor da educação — vista como um meio de qualificação, mas igualmente como uma extensão da família e da Igreja no processo de socialização e integração social do indivíduo — aparece na classificação do professor primário, colocado acima do pequeno empresário.

O julgamento foi realizado, portanto, a partir de dois critérios de valor: o critério do *valor mercantil* de cada profissão, que procurou obedecer à hierarquia dos rendimentos, informada aos entrevistados, e o critério de *valor social*, que considerou a importância de cada profissão para a vida coletiva. Mais ainda: o critério de valor social predomina sobre o critério de valor mercantil, na medida em que a família, a política e

o Estado, a vida religiosa ou escolar, são consideradas formas superiores de existência em relação à atividade dos negócios.

A interpretação rigorosa do resultado a que chegou a pesquisa dirigida por Hutchinson não é, no entanto, tão simples. Os valores mercantis já haviam penetrado profundamente no seio da família. E a visão utilitária da prática religiosa ou política, que nos acompanhava desde os tempos coloniais, continuava presente.

A família, como assinalou com propriedade Luiz Pereira, é considerada o centro da vida e se torna um empreendimento cooperativo para a ascensão social. O pai, a mãe, a educação dos filhos perseguem tenaz e sistematicamente a subida de renda e a elevação na hierarquia capitalista do trabalho. O meio é a iniciativa individual exercida no duro mundo da concorrência.

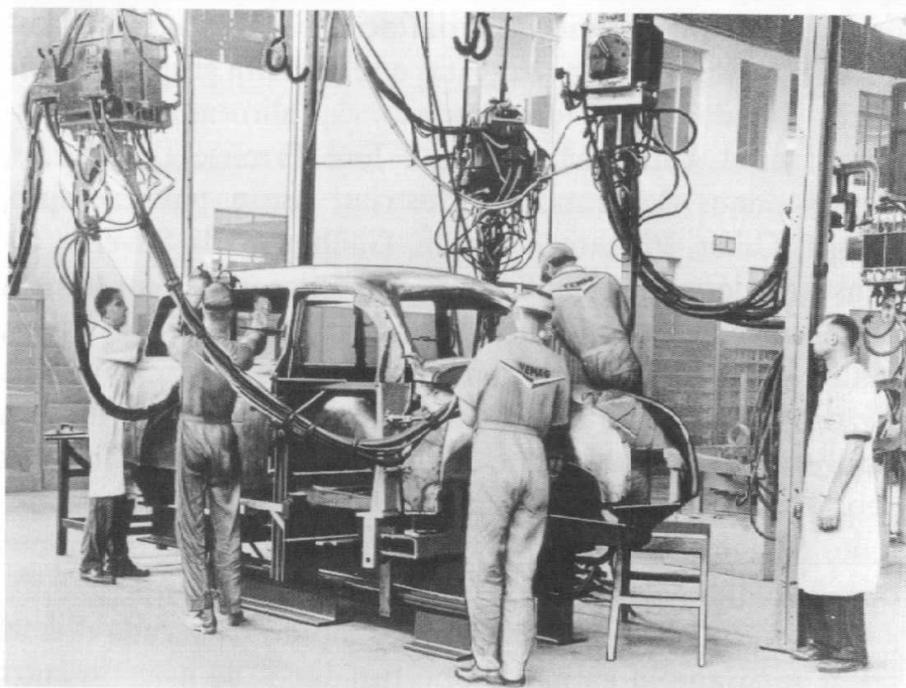
O horizonte de expectativas dependeria, é claro, da posição inicial do pai, o “chefe da casa”, e de sua capacidade maior ou menor de colher as oportunidades de vida que a industrialização e a urbanização rápidas criariam entre 1950 e o início dos anos 60.

Começemos pelas famílias do topo da sociedade urbana. No início dos anos 50, nosso empresariado abrigava um conjunto reduzido de capitalistas de maior porte. Eram sobretudo banqueiros ou homens ligados direta ou indiretamente (por exemplo, os Guinle, detentores da concessão do porto de Santos) ao comércio de exportação e importação. Na indústria, há uns poucos magnatas que chefiam grupos econômicos fincados nos setores tradicionais (alimentos, têxtil, cimento etc.), como Matarazzo e José Ermírio de Moraes, alguns donos de grandes indústrias, como, por exemplo, Crespi, Calfat, Pignatari, Klabin, Guilherme da Silveira, alguns grandes comerciantes. Nas comunicações encontramos um potentado, Assis Chateaubriand, dono de muitos jornais, rádios e TVs, e uma meia dúzia de donos de grandes jornais e rádios. Havia, isto sim, uma massa de pequenos e médios empresários, da indústria e dos serviços. Uma boa parte dos pequenos empresários não detinha uma renda muito diferente da auferida por um profissional liberal mais ou menos bem-sucedido; alguns ganhavam menos.

O desenvolvimento econômico rápido da década dos 50 criou uma ampla gama de oportunidades de investimento,

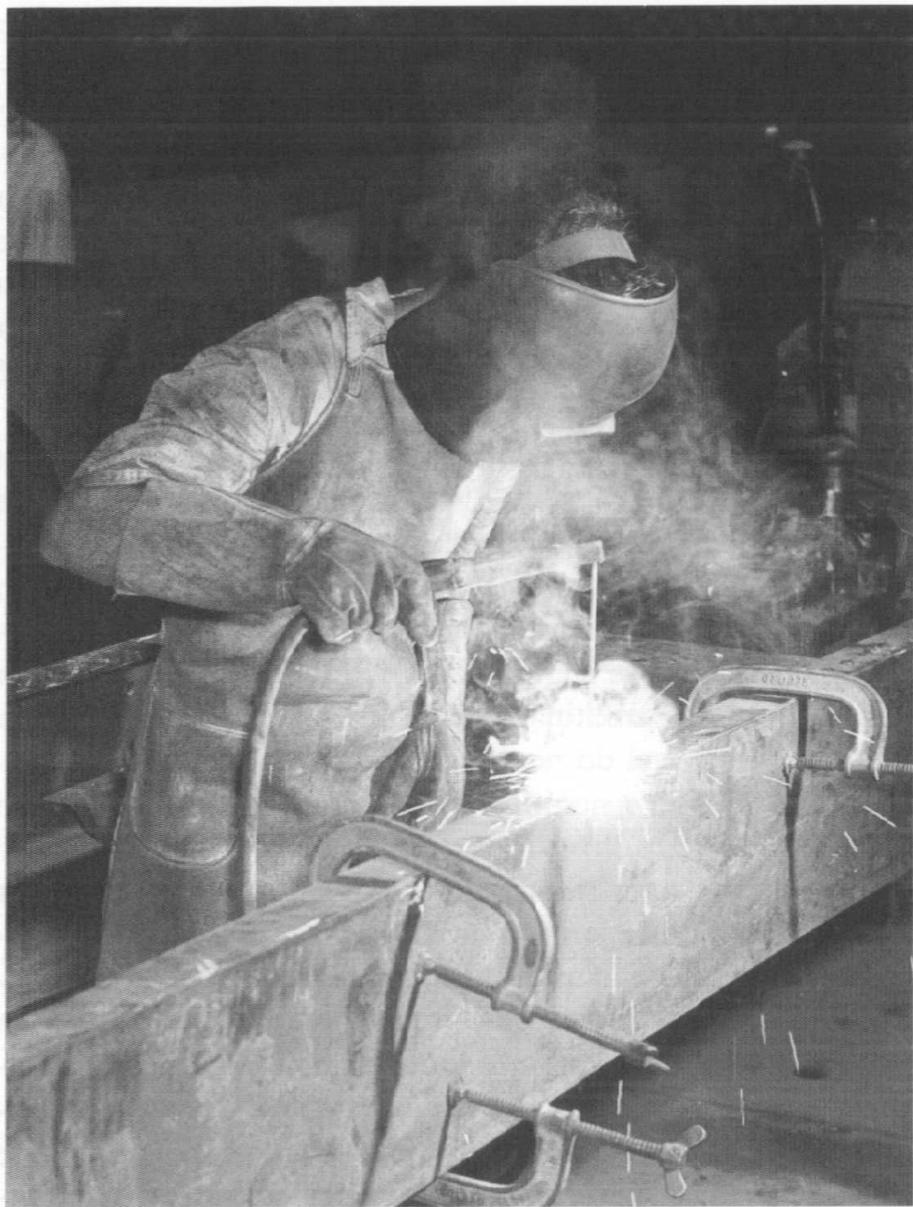
especialmente no período do governo Juscelino Kubitschek (1956-60). O Plano de Metas de Juscelino, que tinha como lema “50 anos em 5”, objetivava implantar no Brasil os setores industriais mais avançados, como a indústria elétrica pesada, a química pesada, a nova indústria farmacêutica, a de máquinas e equipamentos mais sofisticados, a automobilística, a indústria naval, ou levar adiante indústrias estratégicas, como a do aço, a do petróleo e a da energia elétrica. A entrada nessas indústrias, que exigiam um volume de capital inicial verdadeiramente extraordinário e o domínio de uma tecnologia extremamente complexa, só estava aberta à grande empresa multinacional ou à grande empresa estatal.

Mas a industrialização e a urbanização multiplicaram, e muito, as oportunidades de investimento à disposição do empresariado nacional. Em primeiro lugar, no sistema bancário, que conheceu uma expansão vigorosa e que passou também, no final da década, a financiar ativamente o consumo, especialmente de bens duráveis de consumo de valor mais elevado (automóvel, tv, geladeira). Em segundo lugar, nas indústrias tradicionais de bens de consumo, como a têxtil, de alimentos, de vestuário, de calçados, de bebidas, de móveis. Em terceiro lugar, na indústria de construção civil, de estradas de rodagem, de hidroelétricas, de fábricas, escolas, hospitais, casas e apartamentos, de obras de infra-estrutura urbana. Nasce, então, a fi-



25. Linha de montagem da DKW Vemag no final dos anos 50. (Acervo Iconographia)

gura do grande empreiteiro, que vai ganhando importância no financiamento da política brasileira. Em quarto lugar, a demanda derivada da empresa estrangeira ou da empresa pública promove o surgimento de um cordão de pequenas e médias empresas que giram à sua volta. Tomemos, por exemplo, a indústria automobilística. No final da década dos 50, estavam implantadas onze montadoras, a Fábrica Nacional de Motores (caminhões pesados e carros), a Ford e a General Motors (caminhões leves e médios), a Internacional Harvester (caminhões médios), a Mercedes-Benz (caminhão médio, caminhão pesado e ônibus), a Scania Vabis (caminhão pesado), a Simca (automóvel), a Toyota (jipe), a Vemag (caminhonete, automóvel e jipe),



26. Operário soldador no final da década de 50. (Acervo Iconographia)

a Volkswagen (caminhonete e automóvel), a Willis (jipe, caminhonete, e os automóveis Aero-Willis e Dauphine-Renault). Naquele mesmo ano, o de 1960, foram produzidos, por 35 mil empregados, 65 mil caminhões, 25 mil jipes, 20 mil utilitários e 30 mil automóveis (isso mesmo: apenas 30 mil automóveis!). Mas estavam estabelecidas nada menos de 1200 empresas de autopeças, que tinham 105 mil empregados.<sup>9</sup> Em quinto lugar, a subida da renda urbana cria milhares de possibilidades de negócios, no comércio de alimentos e bebidas, de roupas e calçados, de remédios e de cosméticos, de móveis, de brinquedos, de eletrodomésticos e de veículos, nos transportes, de carga ou de passageiros, nas comunicações.

Todas estas oportunidades de investimento são aproveitadas predominantemente por quem já dispunha de algum capital e de acesso ao crédito. No caso de investimentos ligados ao gasto público em obras (hidroelétricas, estradas, de urbanização etc.) ou ao financiamento público (empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Banco do Brasil, dos bancos estaduais etc.), por aqueles que foram capazes, ainda, de estabelecer “relações orgânicas” com políticos importantes. Mas há, também, alguns “que saíram do nada” e conseguiram se transformar em pequenos e até médios empresários.

Naqueles anos, do começo dos 50 até o início dos 60, a burguesia brasileira, como salientou Fernando Henrique Cardoso,<sup>10</sup> havia renunciado definitivamente a qualquer veleidade que porventura tivera de liderar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Mergulhada na passividade tradicional, limitou-se a tirar partido da ação do Estado e da grande empresa multinacional, que, esta sim, se tornara o centro indiscutível do novo poder econômico. Para ela, progresso continuou a significar bons negócios. Um ou outro foi além desse horizonte estreito, um ou outro chegou a pensar no Brasil não apenas como um porto seguro para ganhar rapidamente dinheiro, ou no povo não só como mão-de-obra a ser explorada intensivamente. Os banqueiros, os chefes de grupos econômicos e o grande empresariado, agora ampliado — onde despontava o empreiteiro de obras públicas —, todos controlavam um montante de riqueza muitíssimo maior do que em 1950. E no seu entorno tinham se multiplicado os médios e pequenos empresários, que dispu-

nam de um nível de riqueza e de renda acentuadamente mais elevado.

Deixemos, agora, o empresariado, descendo até a classe média. A estratégia familiar de ascensão social defrontava-se com uma situação de mudança.

A grande empresa privada passou a exigir um novo padrão de direção e de gestão, mais racionalizado, mais profissionalizado. Com isso, firma-se de vez a valorização do engenheiro, que já despontara no começo do século como símbolo da civilização urbano-industrial, em oposição ao bacharel. E surgem as figuras do administrador de empresas — especializado em produção, em marketing, em finanças, em organização & métodos etc. —, do economista, do atuário. As diretorias, gerências e chefias vão se especializando, se multiplicando. Surgem escolas de administração de empresas, clubes de gerentes e revistas especializadas, que tratam de difundir os padrões americanos de gestão. E vai aparecendo o profissional da publicidade, também no mais puro molde americano, junto com a escola de propaganda.

Em relação à organização do Estado, as transformações foram de enorme profundidade.

O novo Estado que emergiu em 1930 não resultou da mera centralização de dispositivos organizacionais e institucionais preexistentes. Fez-se, sem dúvida, sob fortes impulsos de burocratização e racionalização, consubstanciados na modernização de aparelhos controlados nos cumes do Executivo Federal. Mas não se reduziu simplesmente à “desapropriação” dos instrumentos locais e regionais de poder estruturados sob o Estado Oligárquico. A centralização trouxe elementos novos, que alteraram a qualidade e a natureza do conjunto de instrumentos políticos ou de regulação e controle anteriormente vigentes. Velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se gradativamente as carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional-legal. Ao mesmo tempo, erigiu-se um novo aparelho de regulação e intervenção econômica; estruturou-se no Estado uma área social na qual passaram a ser gestadas políticas públicas de caráter nacional; finalmente, os organismos coercitivos e repressivos estatais adquiriram substância qualitativamente nova.<sup>11</sup>

O aparelho de regulação e intervenção econômica abrigava, em primeiro lugar, um setor produtivo estatal. A grande empresa industrial pública estava situada na siderurgia, no petróleo, na geração e distribuição de energia elétrica. Ao seu lado, o sistema financeiro público compunha-se do poderoso Banco do Brasil, que desempenhava certas tarefas de banco central e de regulador do comércio externo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (de 1952), dos bancos regionais, como o Banco do Nordeste, dos bancos estaduais, o principal o Banco do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, as agências governamentais de intervenção econômica agigantaram-se e se diferenciaram. A Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) era o embrião de um banco central. O Ministério da Fazenda vai criando funções cada vez mais especializadas nas áreas de arrecadação de impostos, elaboração do orçamento, controle do gasto público etc. Chegou-se mesmo a instituir o Ministério do Planejamento, em 1963, cujo primeiro titular foi Celso Furtado, responsável em grande medida pela criação da Sudene, o primeiro órgão de planejamento regional. Nos estados, também as funções de planejamento passaram a ganhar relevo, desde a experiência pioneira do Plano de Ação de Carvalho Pinto, em São Paulo (1959). As máquinas de arrecadação de impostos ampliaram-se e se sofisticaram.

O aparelho social do Estado ganha corpo especialmente nas áreas de educação, saúde e previdência. O ensino de primeiro grau (os antigos primário e ginásio) em 1960 já era ministrado, pelos estados e municípios, para cerca de 7,5 milhões de discentes, contra apenas os 860 mil dos colégios privados. O ensino superior público havia expandido suas vagas: estavam matriculados, em 1965, cerca de 89 mil alunos, contra os 42 mil dos estabelecimentos particulares.<sup>12</sup> Na área da saúde, a ênfase do governo federal concentra-se na medicina preventiva, que absorve, em 1965, quase 65% dos recursos. Mas a assistência médico-hospitalar vai se ampliando, por força da ação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, os famosos IAPS, dos bancários, dos comerciários, industriários. A rede de hospitais privados cresce, mas o peso relativo das instituições de benemerência, como as Santas Casas, ainda é grande.



27. Escola pública no Rio de Janeiro, 22/4/60. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)

Constitui-se, portanto, no setor produtivo estatal, uma alta burocracia de diretores, gerentes, chefes, assessores encarregados da gestão das empresas públicas, industriais ou financeiras. Ao mesmo tempo, na administração governamental, a figura do técnico vai ganhando vulto. Ao lado dos que desempenham as funções tradicionais do Estado — militares, delegados de polícia, membros das forças públicas estaduais, juízes, promotores, procuradores, desembargadores — ganham importância os especialistas em administração de pessoal, financeira, tributária, de comércio exterior, do sistema de saúde ou de educação etc.

As famílias de classe média procuraram, assim, utilizar todas estas oportunidades de ascensão social, abertas tanto pela expansão da grande empresa privada ou estatal quanto pela ampliação da administração pública.

Parte delas é colhida por homens “práticos”. Em 97 indústrias paulistas de mais de quinhentos empregados, 120 diretores haviam concluído apenas o curso primário, 411, o secundário, 433 completaram o superior, menos da metade, portanto.<sup>13</sup> O panorama não devia ser muito diferente na empresa estatal.

No entanto, a exigência de qualificação fundada na educação superior — a começar pelo concurso público exigido pelos governos — impõe-se de modo crescente. Naturalmente, quando o chefe da família é empresário próspero, advogado, médico, engenheiro, juiz, promotor, delegado, professor universitário, as possibilidades de ingresso do filho na univer-

sidade são facilitadas. O acesso dos filhos de pequenos proprietários mais modestos (o dono da farmácia, da lojinha, da casa comercial do bairro, do armazém ou da quitanda etc.) encontrava maiores obstáculos. Era ainda mais difícil para os filhos das famílias de classe média baixa, chefiadas por bancários, vendedores de lojas comerciais, professores do ensino de primeiro e segundo grau, profissionais liberais de pouco êxito, trabalhadores qualificados por conta própria, funcionários públicos de nível médio, trabalhadores de escritório de empresa etc. Mas, mesmo assim, era possível. A remuneração que auferiam permitia uma vida apertada, às vezes muito apertada, mas digna. Educar os filhos representava um grande sacrifício. Havia a ajuda do sistema público de ensino, que era por vezes excelente. O estudante podia ser obrigado a trabalhar de dia e freqüentar o curso noturno. A mulher de classe média vai chegando com muito esforço à universidade, vencendo a oposição dos pais, às vezes até do noivo ou do “namorado firme”. O preconceito contra sua presença nas escolas mais importantes, de direito, medicina ou engenharia, ainda era muito grande. Natural, portanto, que se dirigisse predominantemente às faculdades de filosofia, com o objetivo de ingressar no professorado de ginásio, do curso clássico ou científico, uma ocupação, aliás, já transformada em feminina. Mas a maioria das moças de classe média continuava professora primária, uma “segunda mãe” do “segundo lar”, a escola.

A escolha das profissões passa a refletir cada vez mais sua valorização no mercado, ao invés de traduzir as diversas “vocações”, cuidadosamente acalentadas no seio da classe média “cultura”. No final da década dos 50, 781 ginásianos de São Paulo foram instados a indicar a ocupação que consideravam ideal: 41,5% apontaram a de engenheiro, 17,25%, a de médico, 9,1%, a de advogado, 18,8%, a de outras profissões liberais.<sup>14</sup> Muitas vezes, no entanto, o caminho profissional é determinado pela maior ou menor dificuldade de ultrapassar o vestibular, mais difícil para as carreiras consideradas “nobres”, a de médico, advogado ou engenheiro, mais fácil para as de “segunda categoria”, como administrador de empresa, economista, veterinário, agrônomo, professor, de física, de química, de história, de geografia, de português, de filosofia, de sociologia etc. Também se tomava em conta a possibilidade de o aluno poder trabalhar ou não durante o curso.

A industrialização acelerada e a urbanização rápida tendem, portanto, a quebrar a relativa homogeneidade da classe média. Na cúpula, há uma clara diferenciação, com o surgimento de uma camada de técnicos ligados especialmente à grande empresa, privada ou pública. Parte significativa dos pequenos proprietários, por outro lado, vai abandonando sua “condição média”, subindo em direção ao empresariado. A distância social e de rendimentos entre a alta classe média e a baixa — que, insista-se, tinha uma vida apertada mas digna — aumenta por força de três movimentos: o de queda das remunerações relativas do funcionalismo público de médio para baixo; o de início de massificação de determinadas profissões, como, por exemplo, a de vendedor de loja; o de ampliação dos serviços de escritório das empresas, pior remunerados.

A camada de trabalhadores especializados ampliou-se muito com a grande empresa da indústria automobilística, do petróleo, química pesada, da elétrica pesada (geradores, grandes transformadores etc.), da eletrônica de consumo (geladeira, TV, rádio etc.), da siderúrgica, da farmacêutica, das hidroelétricas etc., surgidas com o “salto industrial” que começa em 1956, no governo Juscelino Kubitschek. Valendo-nos de uma pesquisa importante,<sup>15</sup> tomemos, por exemplo, o ferramenteiro de uma empresa automobilística, que devia saber ler e escrever bem, ter capacidade de decifração de desenhos, conhecimento de material, de ferramentas etc. Só 17% deles chegaram a trabalhar na agricultura. A esmagadora maioria já morava na Grande São Paulo antes dos “50 anos em 5” de JK; 70% tinham primário completo, 17%, ginásio incompleto, 9%, ginásio completo, só 4%, primário incompleto. Muitos aprenderam a profissão “na prática”, alguns vieram de escolas técnicas. Mas a esmagadora maioria frequentou cursos especializados, patrocinados pela empresa. Seu nível de renda era muito superior ao do trabalhador comum. Seu padrão de vida aproximava-se ao da classe média. Apenas 17% das esposas trabalhavam. Não por necessidade premente, mas talvez por desejo próprio, freqüentemente refreado pelo marido: “Antes de casar minha mulher trabalhava. Agora não. Não quero que ela trabalhe, por orgulho”; “Minha mulher não trabalha fora. Nunca gostei disso”; “Minha esposa trabalha. Prefiro que ela não trabalhe, mas ela quer”.

A grande ambição do trabalhador qualificado é fugir da condição proletária, tornar-se trabalhador por conta própria ou pequeno empresário. Um mestre de seção de uma grande mecânica exprime muito bem essa aspiração: “O ideal de uma pessoa seria trabalhar por conta própria. Pretendo ainda, daqui a algum tempo, se Deus ajudar, montar um estabelecimento qualquer no comércio. Isto porque na minha profissão só conseguiria instalar um estabelecimento que não daria para nada. O trabalho seria em demasia para um progresso financeiro muito pequeno e lento. É essencial para isto o capital. Com bastante capital é possível uma expansão. Somente assim. O estabelecimento comercial exige para se começar menos capital”.<sup>16</sup>

Para os filhos, pretende-se que sigam carreiras abertas pelo ensino superior. Ouçamos alguns depoimentos. “Geralmente ficam operários os filhos de operários, devido às condições financeiras da maior parte das famílias. Gostaria que meus filhos tivessem outra profissão, porque a vida de operário é sacrificada. Devem aprender uma profissão através de estudos. Se tudo correr como penso, creio que conseguirei estudar os meus filhos.” “Com estudo, tem-se sempre mais possibilidade, é mais fácil conseguir emprego, viver bem. Gostaria que fossem professora, engenheiro, médico. São profissões que dão mais prazer.” “Gostaria que meu filho fosse advogado. Quero ver se posso pagar os estudos. Tenho fé em Deus que isso seja possível. As meninas espero que estudem para ser pelo menos professoras.”

A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá, em geral, para os homens, na construção civil, e, para as mulheres, nos serviços domésticos. São os únicos canais abertos para os que têm de “aceitar qualquer serviço”, pois “não têm desembaraço”, “são acanhados”, “afobam-se”, “nunca têm a esperteza de quem já está na capital”, “não entendem a linguagem da cidade”, “não sabem mexer com máquinas”. Na construção civil, as tarefas são as mais pesadas e as de mais baixa remuneração, por exemplo, a de servente de pedreiro. O emprego doméstico feminino era, naquela época, muito pior do que se pode imaginar hoje: começava com o amanhecer do dia e só acabava quando a louça do jantar estava lavada; folga, só aos domingos, depois do almoço; o quartinho apertado; o assédio sexual do filho do patrão, às



vezes do próprio patrão. Mas são acessíveis, também, outros postos de trabalho nos serviços, em geral sem carteira assinada. Por exemplo, o de serviço de limpeza, o de carregador de sacos de cereais, o de vigia noturno, o de ajudante de caminhoneiro, ou de cozinheiro, ou de vendedor ambulante, ou de feirante, o de lavador de automóvel. Tendem a confluir, assim, nesse nível “inferior” da escala social, o migrante rural e os cidadãos pobres — os descendentes dos escravos —, que também se localizavam na base do mercado de trabalho.

A passagem ao trabalho na indústria ou nos serviços organizados já era um avanço. Antes de tudo, porque representava o acesso aos direitos trabalhistas, garantidos pela legislação estabelecida basicamente no primeiro governo Getúlio Vargas: a jornada de oito horas, férias remuneradas, proteção ao trabalho da mulher ou do menor, lei de acidentes do trabalho, indenização por dispensa, salário mínimo, auxílio-maternidade, instituição das convenções coletivas, criação da Justiça do Trabalho etc.<sup>17</sup>

28. Operário da construção civil, final dos anos 50. (Acervo Iconographia)

As possibilidades de ascensão do trabalhador comum são bastante limitadas. Na indústria, um ou outro consegue se erguer até o trabalho especializado ou semi-especializado; alguns passam da pequena para a grande empresa, que paga melhor. Na construção civil, uns poucos aprendem o ofício de pedreiro, de encanador, de eletricista, de colocador de pisos ou azulejos etc. Depois, pouquíssimos poderão até chegar ao objetivo sonhado por todos: trabalhar por conta própria, ganhando para si mesmo, sem patrão, sem horário rígido, sem tarefas monótonas e contínuas.

A mulher do trabalhador comum moureja geralmente como doméstica, ou na fábrica de tecidos, em confecções, “fazendo serviço para fora”, de hábito como lavadeira ou costureira. “Trabalha porque precisa”, “porque o salário do marido não dá.” Não porque queira, pois “o certo é a mulher ficar em casa”, “tomar conta da casa”, “cuidar do marido e dos filhos”.

Para os filhos, o caminho do estudo está fechado. “O salário dos operários não permite que o filho se forme ou estude por muito tempo, freqüentam o grupo só e depois acabou, depois devem começar a trabalhar para ajudar em casa.” “Esse negócio de colégio é para quem não precisa.” O que se almeja é o trabalho especializado: “É um serviço duro pesado [o que eu faço]. A pessoa deseja o bem para os filhos, um futuro melhor: serviço de mecânica, carpintaria, modelador, torneiro, eletricista, marceneiro”. “Eu passo sofrimento e ainda tenho um ordenado baixo.” Mas, acrescenta outro trabalhador comum, “existem profissões onde eles [os filhos] poderão ganhar mais e ter uma vida mais feliz: químico, desenhista, mecânico, ferramenteiro, torneiro”.

Olhada a sociedade em seu conjunto, há a família do trabalhador comum, do migrante rural recém-chegado e a dos cidadãos pobres, de todos os que se encontram na base do mercado de trabalho. Há a família do trabalhador especializado. Há a família de classe média, baixa ou alta. Há a família dos empresários, pequenos ou médios. Há a família dos magnatas. Umamoram em barracos mais ou menos precários nas favelas. Muitas, na periferia, ainda cheia de poeira, sem iluminação pública, sem esgoto ou água encanada, as casas espremidas, um ou dois quartos, banheiro, cozinha, uma salinha, que pode virar quarto à noite. Outras, nos bairros operários mais antigos: a casa já é um pouco melhor.

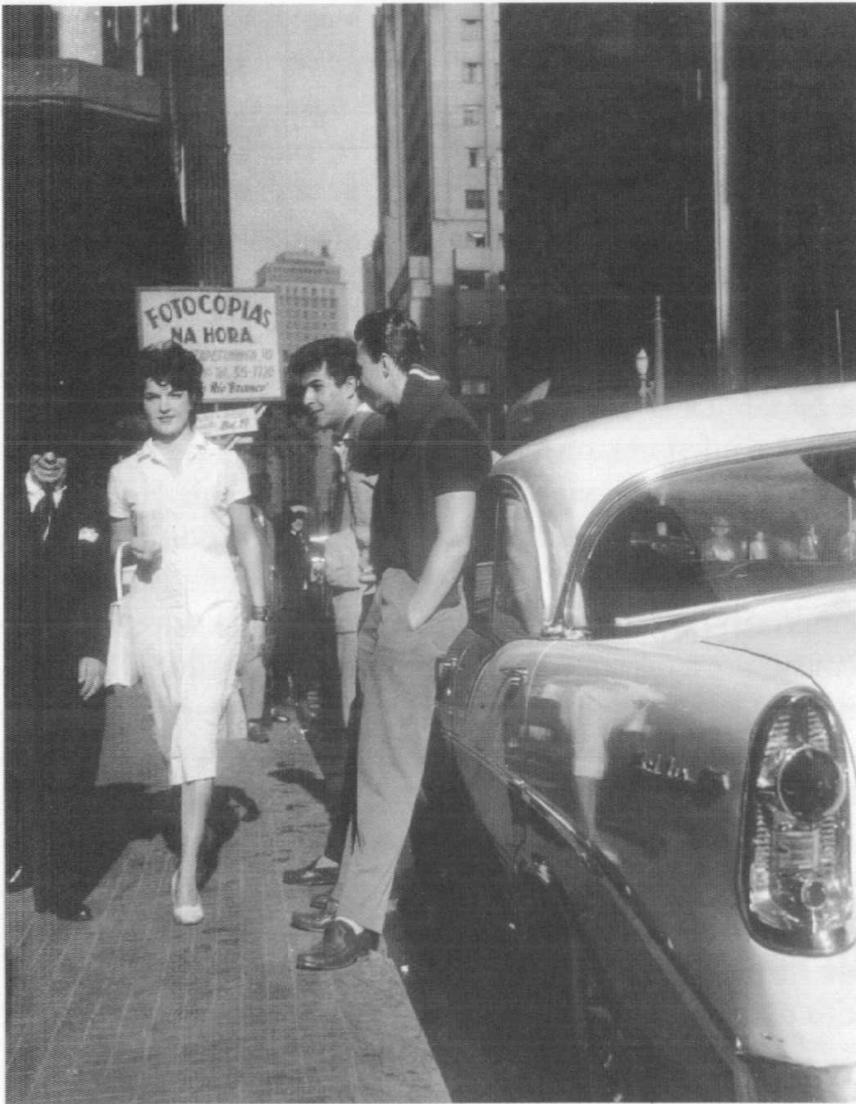


29. Vendedora de frutas. Brasília, 1960. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)

Algumas, nos bairros de classe média, em sobradinhos paredes-meias ou em casas térreas modestas, mas com um certo conforto. Umhas poucas nos bairros ricos, cheios de palacetes ou de apartamentos imensos. A casa pode ser própria ou alugada. “Fugir do aluguel” é uma preocupação permanente de todos os assalariados, a começar pelo trabalhador comum, pois é a forma de constituir um patrimônio e obter uma certa segurança econômica, garantindo abrigo e alojamento numa situação de desemprego. Compra-se um terreno, geralmente a prestação. Começa, então, a construção, realizada pelo próprio trabalhador, auxiliado por parentes e amigos. Primeiro, “levanta-se” o essencial, banheiro, cozinha, um ou dois cômodos. Depois, vêm as ampliações, pouco a pouco. Aos que não têm dinheiro para comprar terrenos de preços inflados pela especulação imobiliária, resta ocupar uma área na favela, mesmo que seja mínima, erguer um barraco, mesmo que seja de zinco, e depois, quem sabe, melhorá-lo. Al-

guns trabalhadores especializados e a classe média poderão se beneficiar dos raros financiamentos concedidos pelos Institutos de Previdência, inclusive de funcionários públicos. Mas, em geral, é preciso fazer sacrifício e poupar na caderneta da Caixa Econômica. Às vezes, chega, para ajudar, a indenização por dispensa ou uma herança verdadeiramente providencial.

Pela casa podemos reconhecer, imediatamente, de que classe social faz parte a família. Entremos numa casa. Tem empregada doméstica? Quantas empregadas tem? Tem cozinheira, arrumadeira, lavadeira e passadeira, babá, ou só uma, para todo o serviço? Olhemos o que há para comer. Há só arroz, feijão, farinha, macarrão? Em que quantidade? O café é de má qualidade, ralo, requentado a toda hora? Ou há, também, carne de vaca ou de frango ou de porco? Com que frequência? Há, na geladeira, leite e ovos à fartura, queijo, presunto, legumes, maçãs, peras, morangos? O trivial é simples ou variado? O jantar é servido à francesa por copeiro ou mordomo? E os móveis, como são? Há guarda-roupa? Se houver, tratemos, indiscretamente, de abri-lo. Há um terno, um ou dois paletós surrados ou vários de boa qualidade? Há camisas sociais? Quantas? São de fibra sintética ou não? E sapatos de couro? E vestidos? De que tecido são? São feitos em casa, por modistas, ou por costureiras? E as blusas? Quantos sapatos e de que qualidade têm as mulheres? No banheiro, há cosméticos? De que tipo? Tem automóvel ou não? É um Volkswagen, uma perua Kombi, ou um Aero-Willis, ou um Simca Chambord? Ou o carro é importado? Um Cadillac ou um Pontiac, um Studebaker, um Citroën, um Ford ou um Chevrolet? Tem telefone? Tem televisão? Tem geladeira? Tem rádio? Tem liquidificador? Tem enceradeira? Tem vitrola? Tem máquina de lavar roupa? E os brinquedos dos filhos? Tem bola de meia, bola de borracha ou bola de couro? Quantos gibis ou revistas de fotonovela podem se encontrar na casa? A boneca de plástico é grande ou pequena? Tem cabelos de plástico "sedosos" e está bem vestida? Ou o cabelo pintado e está mal vestida? As meninas possuem miniaturas de louça? As crianças têm velocípede e bicicleta, ou não? O pião é metálico ou de madeira, feito à mão? Há uma mesa de futebol de botão ou de pebolim? O botão é comum ou é comprado? A fantasia de Carnaval é comprada ou feita em casa? Há dinheiro para o lança-perfume? Quantas boli-



30. Nos anos 50, o carro importado surge como símbolo dos grupos sociais mais favorecidos. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)

nhas de gude tem o menino? Comprou o papagaio, a pipa, e o carrinho de rolemã? Pode comprar figurinhas da bala-futebol? Ou tem uma ou outra e procura ganhar no bafo? Joga bafo na escola ou na rua? Para colar a figurinha, usa goma-arábica ou grude? Há livros de Monteiro Lobato ou não? O automóvel ou o aviãozinho ou o trenzinho ou o caminhãozinho de brinquedo é de plástico ou de ferro? Há soldadinhos de chumbo? Nacionais ou importados? Há o *Tesouro da juventude*? Ou *Vida juvenil* ou *Vida infantil*? Há a coleção *Jovens de todo o mundo* e a *Terra, mar e ar*? Ou a *Enciclopédia britânica*? O pai lê regularmente jornais diários, *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Seleções de Readers Digest*? Impressiona-se com “Meu tipo inesquecível”, que conta sempre histórias americanas de “vencedores”? A mãe lê alguma revista femini-

na? Quantas vezes a família vai ao cinema? Vai ao restaurante? Os pais levam os filhos para tomar sorvete? Para um lanche, com *milk-shake* e misto- quente, numa confeitaria? E nas férias, para onde vão? Para a casa de praia, para a casa de parentes, para a fazenda de amigos, para um hotel? Conhece o Rio de Janeiro? Foi de avião? Quantos já ouviram falar em “cérebro eletrônico”? A mãe compra na Casa Sloper, na Etam, no Mappin? Ou no comércio mais barato?

São as formas de organização capitalista que determinam a hierarquia do trabalho. Às posições objetivamente superiores e inferiores, corresponde uma estrutura de remunerações, as quais, por sua vez, dão acesso à posse da riqueza e à aquisição de bens e serviços de consumo. Por outro lado, é a *maquinaria capitalista* e não a sagacidade deste ou daquele empresário que revoluciona permanentemente os padrões de consumo e a estrutura de necessidades. Esta revolução permanente é, ao mesmo tempo, um *processo de diferenciação e generalização do consumo*. O valor do progresso, progresso do país ou progresso individual, é, pois, incorporado de maneira puramente mecânica: o mimetismo, pelos “inferiores”, dos padrões de consumo e estilos de vida dos “superiores”. A carreira desabalada pela ascensão social é, antes de tudo, uma corrida de miseráveis, pobres, remediados e ricos pela “atualização” dos padrões de consumo em permanente transformação.

Aliás, a via principal de transmissão do valor do progresso foi sempre, entre nós, a da imitação dos padrões de consumo e dos estilos de vida reinantes nos países desenvolvidos. No século XIX, as classes proprietárias e a classe média abonada viveram “sob a obsessão dos ‘olhos dos estrangeiros’. Preocupada(s) com esses olhos como outrora vivera(m) sob o terror dos olhos dos jesuítas ou dos da Santa Inquisição. E os ‘olhos dos estrangeiros’ eram os olhos da Europa. Os olhos do Ocidente. Do Ocidente burguês, industrial, carbonífero”.<sup>18</sup> Foi essa preocupação ou temor do brasileiro diante do inglês ou do francês, de quem se acha inferior diante de quem se afirma superior, que desencadeou, já no início do século XIX, a cópia febril dos estilos de consumo e de vida próprios ao capitalismo desenvolvido. Já do final do século XIX em diante, e acentuadamente a partir dos anos 50, o grande fascínio, o modelo a ser copiado passa a ser cada vez mais o *American way of life*. Fascínio, primeiro, do empresariado e da classe

média alta, que, depois, foi se espalhando para baixo, por força do cinema e da exibição, nas cidades, aos olhos dos “inferiores”, do consumo moderno dos “superiores”, dos ricos e privilegiados. Não é por acaso que talvez o brinquedo preferido dos meninos vá se tornando o automóvel, o símbolo maior do americanismo. Nem que a riqueza seja muitas vezes identificada com o Cadillac, o carro mais luxuoso produzido nos Estados Unidos. Não é por coincidência, também, que os meninos passem a brincar de *cow-boy* com revólveres na mão, de metal ou de plástico.

Essa forma de consciência social, que identifica progresso a estilos de consumo e de vida, oculta os pressupostos econômicos, sociais e morais em que se assentam no mundo desenvolvido. Forma reificada de consciência, acrescentemos, peculiar à periferia, onde é possível consumir sem produzir, gozar dos resultados materiais do capitalismo sem liquidar o passado, sentir-se moderno mesmo vivendo numa sociedade atrasada.

#### TENTATIVA DE MODERNIDADE

A penetração dos valores capitalistas não parece, portanto, ter encontrado obstáculos difíceis de serem transpostos. O que Gilberto Freyre<sup>19</sup> chamou de “privatismo patriarcalista” se prolonga no familismo moderno, igualmente privatista. A casa continua a ser o centro da existência social. Apenas a vida em família não é mais governada pelo passado, pela tradição, senão que pelo futuro, pela aspiração à ascensão individual, traduzida antes de tudo pela corrida ao consumo. O valor do ócio, que marcou tão profundamente nossa formação cultural, se transfigura na idéia tão contemporânea do trabalho como meio de obtenção do conforto material. Ao mesmo tempo, a desvalorização do trabalho, herança da escravidão, se redefine no julgamento de cada ocupação de acordo com suas características mais ou menos prazerosas, isto é, conforme a visão, também contemporânea, da hierarquia capitalista do trabalho: é mais limpa ou mais suja, mais leve ou mais pesada, mais rotineira ou mais criativa, mais subalterna ou mais de direção. O valor da hierarquia — que, entre nós, se assentou basicamente na riqueza e na renda, pois nunca tivemos uma autêntica aristocracia, e sim um senhoriato que vivia da pro-

dução mercantil — reaparece no valor da concorrência, que selecionaria “superiores” e “inferiores” de acordo com seus méritos e dons. O espírito de aventura, que parecia uma manifestação tão arcaica da cobiça, quando racionalizado, isto é, calculado, transforma-se no traço mais típico do capitalismo do século xx. A brutalidade da escravidão, que reifica o homem, estende-se naturalmente na selvageria da exploração do trabalhador, que no capitalismo definitivamente não passa de uma coisa. A concepção do Brasil como simples espaço para bons negócios, e não como nação, continuou a predominar tranqüilamente entre os ricos e os privilegiados. Quanto à educação, ela, aqui, não foi sempre encarada como um meio de ascensão social? A visão patrimonialista do Estado — que, entre nós, nunca foi penetrada pelos valores aristocráticos ou pelo da honra estamental do funcionário — se desdobra na idéia do Estado como uma realidade externa, como um instrumento de benesses, sejam elas um bom financiamento, uma tarifa proibitiva e eterna, o imposto baixo, um excelente emprego público, os direitos trabalhistas, o hospital, a rua asfaltada, a água e o esgoto, a iluminação, a dentadura ou a cadeira de rodas em troca do voto. Mas não é essa uma das causas da crise atual da democracia?

Os valores capitalistas — a idéia de liberdade entendida como escolha desembaraçada da tradição e de obstáculos externos à manifestação da vontade, isto é, a concepção “negativa” de liberdade; o postulado de que cada indivíduo é capaz de ação racional, de calcular vantagens e desvantagens ajustadas à realização de seus interesses materiais ou de seus desejos, isto é, o *homo economicus* utilitário; o pressuposto de que a concorrência entre indivíduos formalmente livres e iguais acaba premiando cada um segundo seus méritos e dons; o princípio de que o jogo dos interesses individuais leva à harmonia social e ao progresso sem limites, isto é, de que o mercado é o estruturador da sociedade e o motor da história — podem se impor graças à sua funcionalidade para o desenvolvimento do sistema econômico. Mas não devem ser confundidos com o conjunto dos valores modernos. Como se sabe, os valores modernos têm outras fontes morais que emergem, de um lado, da Reforma protestante e da Igreja católica, e, de outro, do racionalismo ilustrado especialmente nas suas vertentes radicais. Pensamos, sobretudo, de um lado,

no valor do trabalho como fim em si mesmo, do respeito pelo próprio corpo, da família fundada no companheirismo e na educação dos filhos, da moral sexual rigorista; e, de outro, no valor da autonomia, dos direitos do cidadão, da igualdade real, da educação republicana, do desenvolvimento espiritual, da criatividade e da autenticidade. Historicamente, a modernidade resulta e avança por meio da tensão permanente entre o conjunto de valores mercantis, utilitários, propriamente capitalistas, e o outro conjunto de valores, fundamentados seja religiosa, seja secularmente. Mais ainda: são os valores modernos não mercantis, não capitalistas que, corporificados em instituições (a democracia de massas, a escola republicana, as igrejas, a família cristã etc.), põem freios ao funcionamento desregulado e socialmente destrutivo do capitalismo.

É esta conjunção marcada por tensões que, como dissemos, não se configura no Brasil. Isto tem, evidentemente, profundas raízes históricas, antes de mais nada no caráter do nosso catolicismo. Como Gilberto Freyre descreveu em páginas famosas, estamos diante de um cristianismo inteiramente esvaziado de conteúdo ético. É essa uma religião utilitária, em que Deus, a Virgem e os santos vão socorrendo a cada momento, milagrosamente, a inação dos homens. Uma religião ritualista e festiva, acentuadamente mágica, uma religião dos sentidos, destituída de interioridade. Uma religião pu-



31. Pormenor da sala de milagres em Aparecida do Norte, 1997. (Luiz Paulo Lima/ Agência Estado)

ramente adaptativa, que reduz a quase nada a tensão entre o código moral que deve ser praticado e o mundo tal como existe. A isso deve-se somar o arquiconhecido conservadorismo social da Igreja, que sempre esteve disposta a justificar a escravidão — lembremo-nos dos célebres textos de Vieira —, e foi incapaz, para indignação de Joaquim Nabuco, de proferir uma palavra sequer a favor da Abolição.

Quanto às religiões africanas, basta lembrar a observação judiciosa de Roger Bastide:

A importância do transe nas religiões da África negra enganou os primeiros etnógrafos quanto à psicologia dos pretos. Os negros não são místicos; sua filosofia está, como por vezes se diz, mais próxima da filosofia dos anglo-saxões que daquela dos asiáticos; é uma filosofia essencialmente utilitária e pragmática, onde o que conta é o sucesso apenas. O desejo do africano de ser burocrata, intelectual, funcionário, de usar *pince-nez* e de ter uma Pasta Ministerial, não corresponde de modo nenhum a uma aspiração idealista, à aversão pela máquina e pelo trabalho manual, mas ao reconhecimento do *status* social dado pelos brancos a certas profissões em detrimento de outras. É este utilitarismo que explica no Brasil colonial e imperial a acomodação do negro à sua nova situação e seu esforço para tirar dela o maior proveito.<sup>20</sup>

É neste vácuo moral, nesta sociedade em que, como observou Caio Prado Jr.<sup>21</sup> neste livro notável que é *Formação do Brasil contemporâneo*, não há nexos éticos entre os homens, mas só relações de exploração econômica e de dominação política, nesta sociedade em que impera a “vontade de poder” em meio à espontaneidade dos afetos, que a razão instrumental pode penetrar com facilidade. O prolongamento escandaloso da escravidão até o final do século XIX e o imenso atraso econômico que acumulamos até 1930, não se deveram, por certo, às resistências culturais opostas pela tradição ou pela mentalidade pré-capitalista. Mas aos interesses econômicos e políticos de senhores de escravos, de traficantes de escravos, de fazendeiros de café, comissários, exportadores, importadores, banqueiros, da Metrópole, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da dinastia dos Bragança, ou da oligarquia plutocrática da Primeira República.

Tudo isto é verdade. Mas é preciso convir que havia em curso, simultaneamente, um movimento de “moralização da sociedade”, de surgimento de uma ética fundada nos valores modernos, tanto no que diz respeito aos cuidados e ao aperfeiçoamento de si (o trabalho, o desenvolvimento espiritual, a higiene etc.) quanto, no plano social, no que se refere à ordenação da “boa sociedade” (igualdade, educação democrática, participação política, autonomia dos cidadãos). Esse movimento tem duas matrizes: nossa “reforma católica”, que agiu na base da sociedade urbana, e a penetração no seio das elites do trabalhismo de inspiração positivista, do socialismo, do comunismo e do solidarismo cristão.

Os anos que vão de 1870 ao início da década de 20 do nosso século foram de progresso católico. Nossa “reforma católica” começara com o Segundo Reinado, avançara depois da Questão Religiosa e ganhara ímpeto com a separação entre a Igreja e o Estado, determinada pela Constituição republicana de 1891. Nossa “reforma católica” significou, de um lado, romanização, ortodoxia, reforço da hierarquia eclesiástica, do episcopado e das funções de direção das várias ordens; de outro, a chegada de padres estrangeiros para suprir “a falta de vocações”, o fortalecimento das ordens existentes, a vinda de outras, a moralização do clero, a melhor formação dos padres, o avanço da educação nos colégios de padres ou de freiras. E se traduziu, principalmente nas cidades, num maior controle dos pastores sobre o rebanho, em progresso católico: “progresso católico de acordo com padrões, quer brasileiros em particular, quer Ocidentais, em geral, quer Católicos em particular, quer Cristãos, em geral, do que seja aperfeiçoamento da conduta, pela maior aproximação entre os ideais religiosos ou éticos — o de castidade cristã, por exemplo — e as práticas sociais; entre as normas anunciadas como características de um sistema ético e sua objetivação se não cotidiana, quase cotidiana, no ramerrame da existência ou do funcionamento desse sistema”.<sup>22</sup>

Naquela altura, as virtudes católicas já estavam penetradas pela noção do dever fundada em valores modernos, em consequência de um longo esforço de adaptação empreendido pela Igreja. É evidente que a prática das virtudes continuou fundamentada na Revelação, permaneceu voltada à salvação da alma. Mas o exame de consciência e a generalização

da confissão habitual — meios poderosos de racionalização, de disciplina interior — avançaram, apoiados na velha idéia de livre-arbítrio, em detrimento dos aspectos exteriores, puramente ritualísticos da religião. Estabelecido firmemente o valor da responsabilidade pessoal e o da força da vontade, pode-se passar à santificação dos deveres individuais em relação à conservação e ao aperfeiçoamento de si mesmo, fundamentada na idéia de dignidade própria aos filhos de Deus, criados à Sua imagem e semelhança. Esses deveres traduzem-se numa moral sexual rigorista, na sacralização da família (como se sabe um valor moderno), na exaltação do trabalho honesto e repúdio à preguiça, na condenação redobrada do desperdício e da ostentação, conseqüentemente no estímulo à vida sóbria, no respeito pelo próprio corpo — que leva às obrigações de higiene em relação à alimentação, ao vestuário, à casa, e também à educação física. Valores, portanto, modernos, mas antiutilitários: os interesses dos indivíduos, sejam eles de ordem material ou de natureza psicológica, devem ser subordinados à prática das virtudes, que definem o “bom cristão”. Do ponto de vista da moral social, especialmente desde as encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo ano*, o valor moderno dos direitos individuais é redefinido, por assim dizer, pelo valor católico dos direitos da pessoa humana, com base na velha teoria dos direitos naturais de São Tomás de Aquino. É exatamente em nome da pessoa humana que se condena o “materialismo capitalista”, na medida em que celebra a cobiça e transforma o homem em coisa, ou o “materialismo ateu dos comunistas”, que suprime as liberdades humanas. A idéia de caridade cristã, uma ação puramente individual praticada por um “superior” em relação a um “inferior”, se estende no solidarismo cristão, necessário a uma sociedade em que o trabalho deve ser mais valorizado do que o capital.

No que toca à moral individual e familiar, é exatamente essa orientação que continuará guiando a Igreja brasileira, com redobrada firmeza, dos anos 20 em diante.

A família católica, em 1950, não se reduzia às funções de promoção social de seus membros; era, também, uma agência poderosa de moralização da sociedade, ainda que já penetrada pelo individualismo. Estávamos longe, muito longe do patriarcalismo urbano.<sup>23</sup> O casamento romântico, que dera os primeiros passos em meados do século XIX, havia pratica-



mente triunfado. Homens e mulheres tinham adquirido o direito de escolher o cônjuge de sua preferência, de seguir os ditames do coração. A interferência da família existia, é claro, mas estava circunscrita ao convite nem sempre amigável, dos pais aos filhos, para que examinassem mais cuidadosamente, isto é, sem paixão, a personalidade do ou da pretendente, especialmente seus possíveis defeitos de caráter, evitando o “mau passo”. A escolha do futuro marido ou da futura mulher já se fazia nos ambientes sociais diferenciados da cidade, especialmente da cidade grande. No círculo das relações familiares, dos parentes e dos amigos dos parentes, mas, também, nas festinhas, nos bailes de formatura, na turma da rua ou do bairro ou do prédio de apartamentos, nas férias, nos colégios quando eram mistos, no emprego, desde que, naquela altura, já havia muitas moças que trabalhavam, no comércio, nos hospitais, nas escolas, nos escritórios; na faculdade; até nos movimentos sociais e partidos de esquerda. A iniciativa do namoro cabia ao homem, mesmo aos tímidos, ou, por astúcia da mulher, parecia caber ao homem. No namoro, olhares tórridos, muita conversa, pouca intimidade, mão no ombro, braço dado, pegar na mão, mãos dadas, dançar de rosto colado, o beijo na boca, como no cinema, foi um progresso. No mais, era dever das moças refrear os rapazes que queriam “avançar o sinal”. Do contrário, ficariam logo “faladas”, conhecidas como moças levianas, ou, nas rodas de homens, como “galinhas” ou “biscates”. E a probabilidade de



32. Ponto de encontro da “Juventude Transviada” na praia de Copacabana. Os topetes, óculos escuros, camisas coloridas, jeans e, se possível, a “lambreta”, identificavam os rapazes dispostos “a avançar o sinal”. Rio de Janeiro, 1959. (Acervo Iconographia)

33. Nas festinhas dos anos 50 a possibilidade de escolha dos futuros cônjuges. (Acervo Iconographia)

“ficarem para titias” ou “encalhadas” aumentava muito. No noivado, não, a intimidade era maior. Tanto assim que ex-noivas eram vistas com uma certa reserva: sabe-se lá o que andaram fazendo! O homem iniciava-se sexualmente cedo, os de classe média para cima geralmente com prostitutas, às vezes com empregadas domésticas, para certo orgulho do pai, com a compreensão da mãe: afinal, era da natureza masculina. Mas, para casar, agia diferente: procurava uma moça virgem, prendada, discreta, paciente, não muito ciumenta, capaz de ser boa mãe, boa dona de casa, boa esposa. Mas este ideal, ao menos em algumas camadas da sociedade, já estava se alterando: a beleza, o charme, “ter assunto”, “saber conversar”, passavam a contar cada vez mais.

No casamento, havia declinado a distância social entre o homem e a mulher, que era uma das características da velha família patriarcal. A diferenciação de funções persistia: o homem continuava o “cabeça do casal”, o “chefe da casa”, o encarregado de prover ao sustento da família; a mulher, a mãe, a dona de casa, a esposa. A relação entre o marido e a mulher tinha deixado de ser regida simplesmente pela hierarquia de superior para inferior: há diálogo, busca de compreensão mútua, de entendimento, sobretudo em relação à educação dos filhos, mas, também, em torno do orçamento doméstico e das pequenas coisas que preenchem a rotina da vida cotidiana. Quanto ao mais, pouco se sabe: para homens e mulheres daquele tempo era interdito falar de intimidades com outros estranhos, além do padre e do médico. Mas é possível afirmar que o ideal de felicidade individual já havia penetrado profundamente, provavelmente mais na mentalidade da mulher do que na do homem. O desejo de trabalhar, de independência financeira, convivia, da classe média para cima, com o ideal da “rainha do lar”; um certo inconformismo diante do comportamento sexual dos maridos dados a aventuras caminhava lado a lado com a resignação diante da natureza do homem. A busca do verdadeiro companheirismo, da autenticidade, da sinceridade nas relações entre os cônjuges ficava, é certo, abafada pela vontade ou pela necessidade de manter a qualquer custo o casamento, sobretudo por razões religiosas, mas, também, por motivos econômicos e por preconceito social.

Os filhos ocupavam crescentemente o centro da vida doméstica. Seu número diminuía consideravelmente, em ra-



ção do controle da natalidade que se viera praticando — especialmente entre os de maior renda e de maior formação escolar — por meio, especialmente, do uso de preservativos, do método Ogino-Knaus (a tabela) e do coito interrompido. Mas o controle da natalidade, por sua vez, se explica sobretudo pelo desejo de poder educar melhor os filhos: outro exemplo de racionalização do comportamento.

Nos ambientes sociais mais tradicionais, ainda se via a surra de relho, de cinta, de chinelo. Mas, nos maiores centros urbanos e nos ambientes sociais mais arejados, a autoridade paterna ou materna e o respeito aos mais velhos passaram a conviver lado a lado com o diálogo e as sanções morais, que levam ao desenvolvimento da responsabilidade pessoal. O trabalho honesto como um valor social, como um fim em si mesmo, era inculcado pela educação dos pais, cultuado na escola católica ou pelos professores católicos das escolas laicas, públicas e privadas, celebrado pela Igreja. Ao mesmo tempo, outros cuidados para consigo mesmo eram preceituados às

34. Concurso de bebês. (Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora)

crianças, como, por exemplo, os hábitos de higiene do corpo, o horror ao alcoolismo, a necessidade da educação física, que se consolida nos currículos escolares. O respeito pelo próximo, também um filho de Deus, era um imperativo garantido exteriormente pelos bons modos. Na família e especialmente na escola, os professores tratavam de difundir o valor da “cultura”, do conhecimento como valor, em oposição a uma visão puramente instrumental do que era apreendido. Também na escola, os professores falavam, e muito, com orgulho do Brasil, cantado em prosa e verso nas antologias em que se aprendia a língua portuguesa, exaltado nas aulas de história e geografia. Em casa, conversava-se de um país ainda jovem mas que ia vencendo o atraso, de um povo que estava sendo capaz de produzir boa parte do que significava progresso.

Isto acontecia enquanto pais estavam lutando, em meio ao duro combate pela sobrevivência, por valores igualitários, pela participação, enfim, pela cidadania. Muitos, mesmo que fossem migrantes rurais recém-chegados à cidade, já tinham aprendido na carne quais eram as regras que presidiam o mundo selvagem do capitalismo brasileiro.

A concorrência ilude: na consciência dos indivíduos, a apropriação desigual das oportunidades de vida é percebida como resultado das qualidades pessoais. Por exemplo, o lixeiro é lixeiro e o estivador é estivador porque não têm inteligência, estudo; o advogado é advogado e o médico é médico porque têm cultura, capacidade. O pequeno empresário é pequeno empresário porque sabe ganhar dinheiro, ou então porque é esperto, desonesto.

A concorrência ilude porque as qualidades pessoais não são inatas, adquirem-se na sociedade, através da sociedade, da família, da igreja, da escola, no trabalho etc. Há, desde logo, o fato mais elementar de já ser ou não proprietário numa sociedade capitalista. Mas as qualidades intelectuais (inteligência, compreensão, raciocínio, tirocínio), as de formação profissional (instrução, cultura, conhecimentos técnicos), as de “caráter” (constância no trabalho, responsabilidade, ambição, desonestidade, esperteza etc.), as de trato pessoal (polidez, paciência etc.), todas elas são criadas e desenvolvidas com base em certas configurações da vida social.

A distribuição desigual deste conjunto de atributos constitui, em cada momento, *monopólios* que são apropriados e

estabelecem *vantagens competitivas* decisivas para classes, frações de classes, camadas sociais, indivíduos. Já vimos, por exemplo, que para ser operário especializado, digamos, ferramenteiro da Volkswagen, era preciso saber ler e escrever bem, interpretar desenhos etc., o que significava ter curso primário completo e experiência anterior de trabalho. Para entrar nas posições intermediárias do funcionalismo público, era necessário “conhecer gente importante”, políticos, altos burocratas, mas já havia concursos, com exigências difíceis de ser preenchidas, ler e escrever bem, saber datilografia etc. O mesmo se pode dizer para bancários ou vendedores de lojas comerciais, que exigiam prática, boa apresentação — terno e gravata ou vestidos ajeitados —, dentes, desembaraço no trato com o público, o que quer dizer saber falar português mais ou menos bem, lidar com talonários etc. Para ser trabalhador autônomo, marceneiro, encanador, mecânico de automóvel etc., era preciso aprender o ofício, ter dinheiro para comprar ferramentas. Mas para se estabelecer, não bastava; o problema era encontrar dinheiro para pagar o aluguel, arranjar fiador. Para ser advogado, médico, engenheiro, dentista, professor de ginásio ou de curso superior etc., era imprescindível ingressar na universidade, provir de uma família mais ou menos abastada, na melhor das hipóteses remediada, mesmo que o curso superior fosse feito à noite, trabalhando. Passar a pequeno empresário ou a médio ou a grande exigia capital e crédito, coisa para pouquíssimos. Mas na base da sociedade bastava a força muscular do operário desqualificado ou do trabalhador comum dos serviços.

*A luta pela igualdade é exatamente o combate coletivo pela quebra dos monopólios sociais.* E ela estava se fazendo dentro dos quadros liberal-democráticos estabelecidos pela Constituição de 1946. Um verdadeiro espaço público vinha sendo construído passo a passo. As dificuldades eram grandes. Como mobilizar um povo deixado, e por séculos, na ignorância pelas classes dominantes e pelas elites que governaram em seu nome? Como valorizar os direitos dos cidadãos para homens e mulheres que ainda carregavam a pesada herança da escravidão, que quer dizer passividade diante da hierarquia social e subserviência diante dos poderosos? Mas os progressos eram evidentes. Os impulsos de mudança partiam de mulheres e homens, de jovens inspirados pelo trabalhismo de



35. *Manifestação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em prol da campanha "O petróleo é nosso". Rio de Janeiro, julho de 1957. (Acervo Iconographia)*

feitio positivista, pelo socialismo, pelo comunismo — no Brasil, formas de pensamento social antiindividualista que decorrem, em boa medida, da secularização, no plano da ideologia política, da ética católica —, pelo solidarismo cristão. Acima de todas as divergências de orientação, havia um valor que era comum a todos, a construção da nação e da civilização brasileira. Foram eles que deram vida à imprensa, às universidades, aos movimentos culturais, aos sindicatos, aos partidos políticos progressistas, a campanhas como a do “Petróleo é nosso”. E foi o nacionalismo que soldou as aspirações de trabalhadores, de funcionários públicos, de setores da classe média, de parcela do pequeno empresariado, permitindo domar a rebelia dos interesses do setor exportador e estabelecer os pré-requisitos (o aço de Volta Redonda, a Petrobrás, o BNDE) do “salto industrializante” do período JK. “Decidiu-se” então negociar com o capital estrangeiro, mas o desenvolvimento se fez em nome da nação e dentro do regime democrático. No final dos anos 50, o ideário era amplo, formulado às vezes com a precariedade própria de tudo o que nasce no calor da luta política. Mas, indo ao essencial, poderíamos dizer que abrangia: reforma agrária, para quebrar o monopólio da terra, atacar a miséria rural e evitar as migrações em massa, que pressionavam os salários urbanos para baixo; criar uma escola ao mesmo tempo pública, isto é, acessível a todos, e republica-



na, quer dizer, que preparasse cidadãos para a democracia; subida dos salários de base e ampliação dos direitos sociais; controle do poder econômico privado, representado antes de tudo pelo capital multinacional; controle público dos meios de comunicação de massas. Havia, por certo, a resistência tenaz dos interesses dominantes, seja internos — dos banqueiros, grandes empresários, da maior parte do pequeno e médio empresariado, dos latifundiários —, seja externos — especialmente o governo dos Estados Unidos —, todos sempre dispostos a bater às portas dos quartéis, sempre prontos a desfraldar o fantasma do “comunismo ateu”, sempre expeditos no defender ora a ditadura, ora o liberalismo plutocrático. Esses interesses ganhavam amparo em parte expressiva da classe média, ciosa de sua superioridade em relação à massa, apegada tradicionalmente ao elitismo, sempre sensível ao impacto da elevação dos salários de base e da multiplicação dos empregos formais sobre seu padrão de vida, amparado em boa medida em serviços pessimamente remunerados. E eram sustentados pelos principais meios de comunicação social, por boa parte da organização da Igreja, que continuava atada aos ricos e poderosos, que continuava conservadora, pelos partidos políticos de centro-direita.

O embate não dizia respeito à defesa do que já ficara sepultado no passado, a economia exportadora e a sociedade

36. *Manifestação pró-reforma agrária no Nordeste, início dos anos 60. (Acervo Iconographia)*

37. *Greve de bancários. Rio de Janeiro, 19/10/61. (Acervo Iconographia)*

agrária, não colocava em tela de juízo a necessidade ou não da industrialização. O que estava em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos.

Portanto, 1964 representou a imposição, pela força, de uma das formas possíveis de sociedade capitalista no Brasil.

#### O CAPITALISMO DOS VENCEDORES

A “Revolução de 64”, ao banir, pela violência, as forças do igualitarismo e da democracia, produziu, ao longo de seus 21 anos de vigência, uma sociedade deformada e plutocrática, isto é, regida pelos detentores da riqueza.

No final do período de crescimento econômico rápido, em 1980, as relações concretas entre as classes sociais guardavam uma semelhança apenas formal com aquelas observadas nos países desenvolvidos. As desigualdades relativas em termos de renda e riqueza eram muitíssimo maiores no Brasil. A dinâmica econômica e social se apoiou continuamente, de um lado, na concorrência desregulada entre os trabalhadores, e, de outro, na monopolização das oportunidades de vida pelos situados no cimo da sociedade.

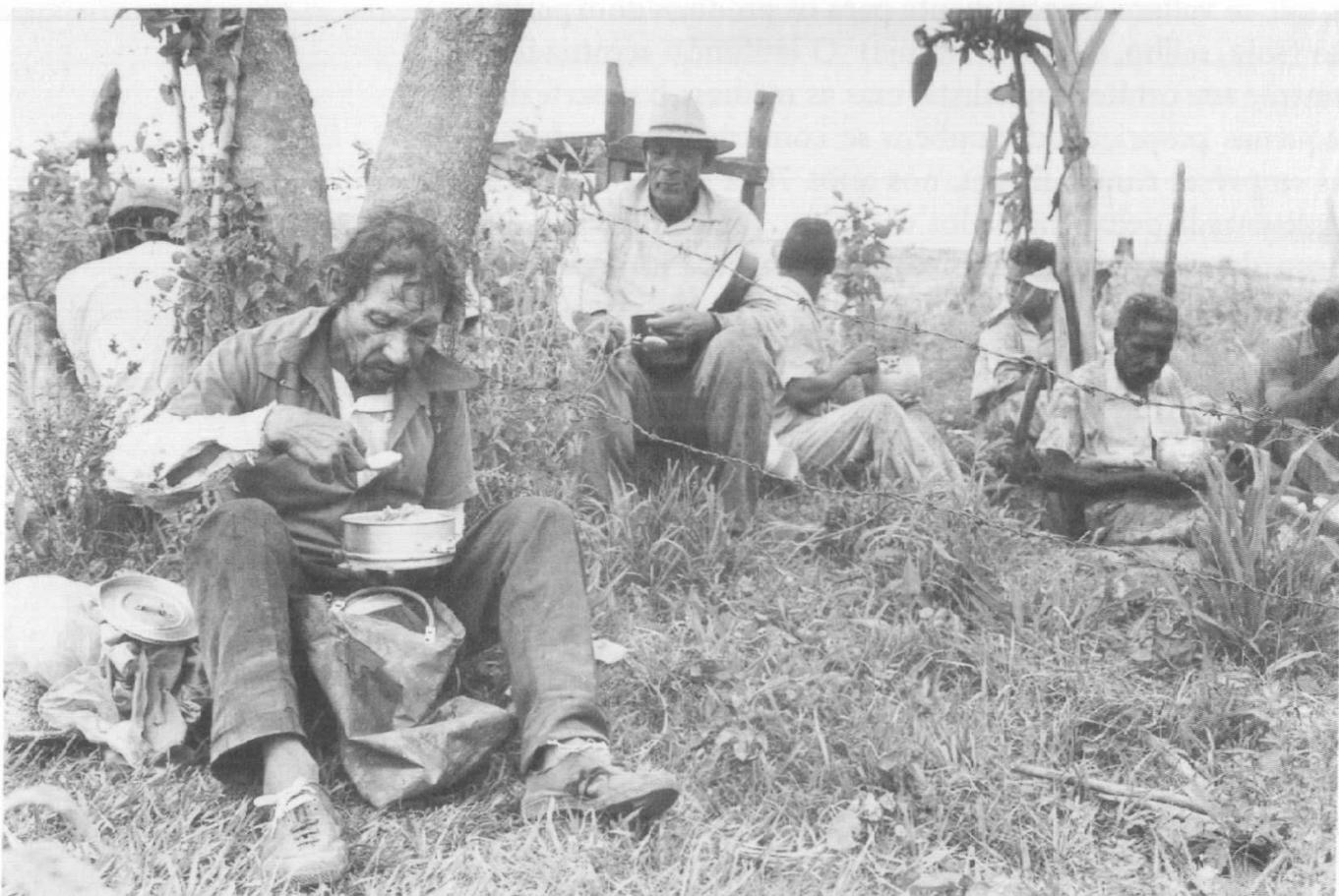
Como resultado, em vez de a renda das grandes majorias subir continuamente em compasso com o aumento da produtividade social do trabalho, regulando os demais rendimentos (trabalho de direção e demais funções ligadas ao controle do capital), ocorre o contrário. Ou seja, os rendimentos dos trabalhadores subalternos são comprimidos para abrir espaço simultaneamente para lucros astronômicos e para a diferenciação das rendas e do consumo dos funcionários do dinheiro e da nova classe média.

O autoritarismo plutocrático instalado pela “Revolução de 64”, em lugar de promover a reforma agrária, reforçou o monopólio da terra, através da modernização selvagem do campo. A extensão do crédito subsidiado e a tecnificação dos processos produtivos levaram à industrialização da agricultu-

ra, que se voltará especialmente para os produtos de exportação (soja, milho, depois a laranja). O latifúndio acentua fortemente seu caráter capitalista, mas as médias e boa parte das pequenas propriedades também se convertem em verdadeiras empresas rurais. E vem, nos anos 70, a grande novidade representada pelos chamados complexos agroindustriais: em torno de uma grande empresa, a Sadia ou a Perdigão, por exemplo, giram pequenos proprietários que produzem sob encomenda, usando mão-de-obra familiar e um ou outro assalariado. Por outro lado, aparece uma camada mais qualificada de trabalhadores permanentes, por exemplo, o tratorista, o operador de colheitadeira, o técnico em inseminação artificial. Surgem até novas profissões de nível superior ligadas aos afazeres agrícolas, como o biólogo do centro de pesquisa da grande usina de açúcar. O antigo engenheiro agrônomo ganha destaque, mas se torna, também, vendedor de adubos e fertilizantes, ou de máquinas e equipamentos agrícolas.

A esmagadora maioria da população que ainda vivia no campo em 1980, cerca de 40 milhões de pessoas, continuava mergulhada na pobreza absoluta. Eram os mesmos posseiros ou proprietários de um pedaço de terra, ainda presos àqueles padrões de produção arcaicos, àquela economia “da mão para a boca”, sempre abandonados pelo poder público. Para eles chegará, em 1971, tardia e parcialmente, a Previdência. Mas não terão acesso nem à luz elétrica, nem ao abastecimento de água, nem à fossa séptica ou à rede de esgoto, nem aos padrões modernos de consumo. A escola continua quase tão inacessível quanto antigamente, quase tão precária quanto era. O “morador” e o colono foram substituídos pelo proletário rural, o bóia-fria ou “volante”, que reside nas cidades, vaga de um lado para o outro do país à procura de trabalho, desenraizado da terra, por vezes até inteiramente ignorante dos procedimentos agrícolas.

Nestas circunstâncias, como já salientamos, o êxodo rural se intensifica de maneira extraordinária. Na década de 60, abandonaram o campo quase 14 milhões de pessoas, e, na de 70, outros 17 milhões. A miséria rural é, por assim dizer, exportada para a cidade. E, na cidade, a chegada de verdadeiras massas de migrantes — quase 31 milhões entre 1960 e 1980 — pressionou constantemente a base do mercado de trabalho



38. "O bóia-fria ou volante que reside nas cidades vaga de um lado para o outro do país à procura de trabalho, desenraizado da terra." São Paulo, 30/11/76. (Altino Arantes/ Agência JB)

urbano. Em vez de regular o mercado urbano de trabalho, para evitar que o monopólio do capital pudesse se exercer sem freios, o autoritarismo plutocrático, a pretexto de combater a inflação, pôs em prática uma política deliberada de rebaixamento do salário mínimo. Não bastasse isso, a ditadura calou os sindicatos. E facilitou a dispensa e a rotatividade da mão-de-obra.

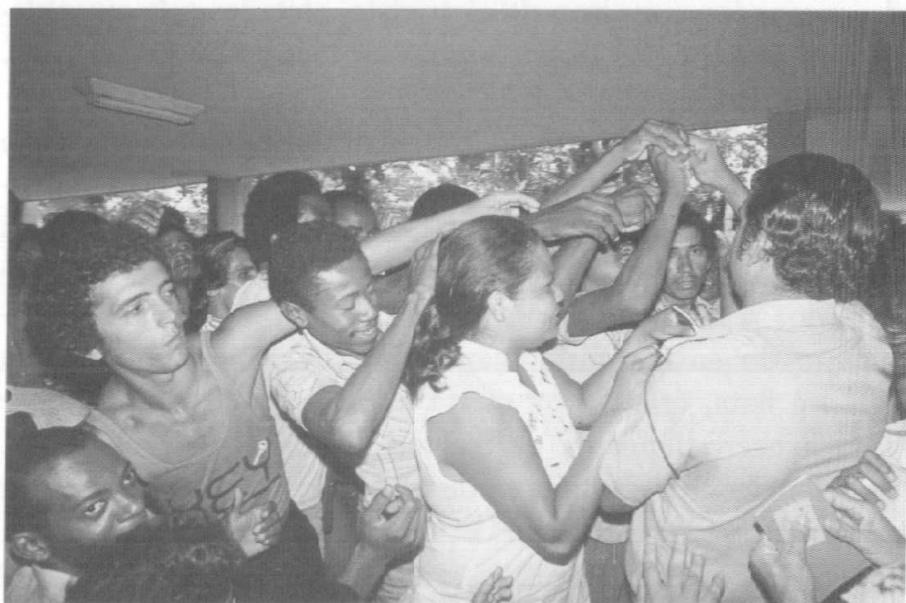
Os salários do trabalhador comum, nestas circunstâncias, não poderiam deixar de ser baixos. Mas milhões de migrantes rurais e de cidadãos pobres conseguiram encontrar empregos, de doméstica, na construção civil, nas ocupações não qualificadas da indústria, nos serviços mais "pesados": o crescimento econômico vertiginoso (11,2% ao ano, entre 1967 e 1973, 7,1% ao ano, entre 1973 e 1980) gerava em abundância novos postos de trabalho.<sup>24</sup>

Houve, por outro lado, uma extraordinária massificação de certas profissões que eram, anteriormente, de qualificação média. Na construção civil, é o caso do pedreiro, do pintor,

do encanador e mesmo do eletricitista, afetados pela simplificação trazida pelos novos materiais e pelas novas técnicas. Por exemplo, o rolinho substituiu as várias broxas, facilitando a tarefa de aplicação de tintas sintéticas. A massificação foi, contudo, de maior profundidade nos serviços e nos trabalhos de escritório, dando lugar ao nascimento de *uma nova camada de trabalhadores comuns*, cujos salários se aproximavam dos percebidos pelo simples operário industrial. A ampliação do ensino fundamental, mesmo nas condições em que foi feita, criou uma oferta abundante de mão-de-obra apta a exercer postos de trabalho subalternos, rotineiros, pouco exigentes em termos de escolaridade — praticamente só requeriam ler e escrever —, que se ampliavam rapidamente. Por exemplo: balconistas, caixas de supermercado, datilógrafos, *office-boys*, telefonistas, caixas de banco.

Em boa medida, os empregos criados pela industrialização acelerada e pela urbanização rápida eram “com carteira assinada”: o número de segurados contribuintes da Previdência Social passa de 3 milhões, em 1960, para 9,5 milhões, em 1970, e chega aos 23,8 milhões em 1980. O que quer dizer, inclusive, aposentadoria garantida, mesmo que os valores fossem baixos.<sup>25</sup>

Muitos dos trabalhadores comuns puderam ainda colocar seus filhos em escolas públicas e a família passou a ter acesso ao sistema de saúde. Em 1980, estavam matriculados no ensino fundamental proporcionado por estados e municípios nada menos do que 17,7 milhões de alunos (contra os 6,5 milhões de 1960). Mas a qualidade do ensino era, em geral, péssima. De cada cem alunos, apenas 37 chegavam à quarta série, e só dezoito, à oitava série: os mais pobres estavam muito sujeitos à repetência e tinham de abandonar a escola quando chegava a hora de trabalhar. Por força do crescimento do sistema escolar, multiplicou-se o número de professores, merendeiras, serventes etc. A expansão dos serviços de saúde nas cidades foi extraordinária, especialmente na década dos 70. Entre 1970 e 1980, as consultas médicas realizadas pelo INAMPS subiram de aproximadamente 36 milhões para 160 milhões, as consultas odontológicas, de 4,2 milhões para 25 milhões, as internações hospitalares, de 2,8 milhões para 9,5 milhões, os exames laboratoriais, de 10,5 milhões para cerca de 49,5 milhões, os radiológicos, de quase 2,5 milhões para quase 22,5 milhões.<sup>26</sup> Em conseqüência, criaram-se novos



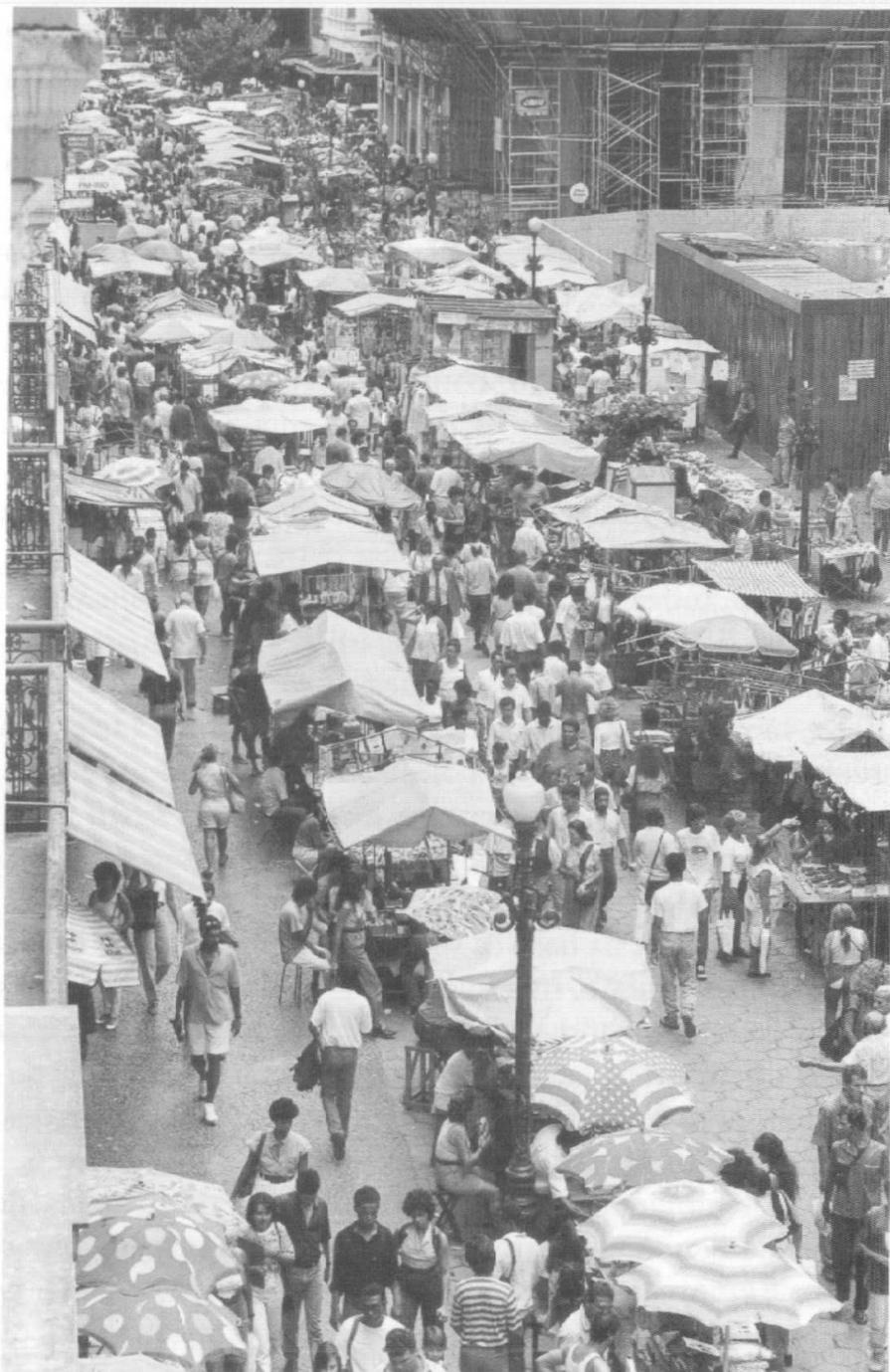
39. Disputa para conseguir senha para atendimento no posto de Bangu do INAMPS. Rio de Janeiro, 18/3/80. (Delfim Vieira/ Agência JB)

postos de trabalho, de médico, enfermeira, atendente, técnicos em laboratório etc. A qualidade dos serviços era ruim. Mas, para quem não tinha nada ou quase nada, parecia algo bom. Muitos, também, puderam se beneficiar da luz elétrica e do abastecimento de água encanada, que atendia, em 1980, 72 milhões de moradores urbanos; já 58 milhões dispunham de acesso à rede de esgoto ou de fossa séptica.<sup>27</sup>

Mesmo com salários baixos, o grosso dos trabalhadores comuns pôde se incorporar, ainda que mais ou menos precariamente, aos padrões de consumo moderno, com o auxílio da mulher, empregada doméstica ou operária, e da filha ou do filho, que labutavam no escritório de empresas ou nos serviços em geral. Poucos puderam se beneficiar dos financiamentos para a casa própria concedidos pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). O jeito era o de sempre: juntar dinheiro, comprar um terreno a prestação, construir o mínimo, depois ir aumentando a casa. Mas uma parte foi obrigada a “morar de aluguel”. Os padrões de alimentação caminharam na direção do produto industrializado em massa: mais leite, margarina, mais barata que a inacessível manteiga, óleo de soja, mais barato que a banha de porco, mais frango e ovos de granja, também relativamente baratos, ao contrário do frango e do ovo caipiras, lingüiça, salsicha, outros embutidos baratos, ao contrário da carne de porco comprada antigamente em açougue, carne de vaca de segunda com mais frequência, uma ou outra fruta, uma ou outra verdura, um ou

outro legume, de vez em quando doce em lata, chocolate de terceira categoria; e o de sempre, arroz, feijão, macarrão, café ralo. Os padrões de higiene foram incorporando algumas das inovações: a escova e a pasta de dentes, o sabonete barato, o papel higiênico ainda que áspero, o desodorante barato, o modess, o batom, a escova ou o pente de plástico para cabelo, o chuveiro elétrico. Os padrões de limpeza da casa se transformaram: na cozinha, onde se instalou o fogão a gás de botijão, havia detergente, sapólio, bom bril, panelas de alumínio e louças baratas. Os padrões de vestimenta incorporaram a roupa barata produzida agora pela indústria: a calça jeans, para homens e mulheres; a camiseta; o tênis baratíssimo, de pobre, a sandália havaiana; uma ou outra camisa, uma saia, uma blusa, todas de fio sintético, uma roupa um pouco melhor para ocasiões especiais. E vieram os eletrodomésticos: o radinho de pilha, sempre o primeiro a ser comprado, a geladeira, tão indispensável no clima quente, a sonhada televisão preto-e-branco, de catorze polegadas, adquirida a prestação, com enorme sacrifício, pagando juros extorsivos: em 1960, estavam em uso apenas cerca de 600 mil televisores preto-e-branco; em 1979, 12,3 milhões.<sup>28</sup>

Em resumo: na base da sociedade urbana está *o trabalho subalterno*, rotineiro, mecânico. Falamos dos pobres, de dois terços dos trabalhadores da indústria, tanto do rés da fábrica como do escritório, da esmagadora maioria dos trabalhadores nos serviços, dos “barnabés” do serviço público. Todos, sujeitos a uma alta rotatividade no emprego — à exceção, é claro, dos funcionários do governo. Falamos de porteiros, de caixas de banco e de supermercado, de outras lojas comerciais, de empregadas domésticas, de pedreiros, pintores, encaixadores, eletricitas, datilógrafos, embaladores, faxineiros, atendentes de bar, jardineiros, motoristas de ônibus, chapeiros de bar, cozinheiros, pizzaiolos, manicures e cabeleireiras, sapateiros, garçons, atendentes de farmácia, guardadores de carros, manobristas de estacionamento, mecânicos de automóvel, padeiros, chaveiros, merendeiras de escolas públicas e creches, vigias, mensageiros e *office-boys*, atendentes de postos de saúde, simples enfermeiras e auxiliares de enfermagem, telefonistas, atendentes de consultório médico ou dentário, também de escritórios de advocacia, frentistas dos postos de gasolina, empacotadores de supermercado, prosti-



40. A partir dos anos 70 intensifica-se nas ruas das cidades o comércio informal de produtos baratos. (Gustavo Miranda/ Agência JB)

tutas de rua, cobradores de ônibus, vendedores ambulantes, motoqueiros, sorveteiros da carrocinha, balconistas da sorveteria ou da doceira, vendedoras de porta em porta dos produtos, o pioneiro Avon e posteriormente também Natura, operadores de xerox, vendedores de loja de departamento, de eletrodomésticos etc.

No entanto, há dois pontos extremamente importantes, que traduzem o que os economistas chamam de segmenta-

ção do mercado de trabalho. Primeiro: para o mesmo trabalho subalterno, os salários e benefícios indiretos são decrescentes em relação ao tamanho da empresa e à formalização ou não da relação de emprego. Uma coisa é trabalhar numa montadora de automóveis, outra, muito diferente, se for em confecção pequena que não registra seus empregados: os salários são maiores, existe plano de saúde, restaurante, férias, décimo terceiro salário etc.; e, o que é decisivo, há uma carreira a ser percorrida. Por outro lado, para o mesmo tipo de trabalho, os salários e os rendimentos variam segundo o respectivo mercado de consumo. Por exemplo: uma coisa é ter um ponto “chaveiro” ou uma banca de jornal nos bairros de elite, outra, num bairro da periferia. Uma coisa é ser motorista de ônibus, bem outra, o da “madame” dos bairros de classe alta. A gorjeta da manicure de rico é uma, a de pobre, se existir, é outra. Uma coisa é ser empregada doméstica de um alto executivo, outra, a faxineira de um casal formado por um analista contábil *junior* e uma secretária também *junior*. E há, também, pintores, encanadores, eletricitas etc., que estão conectados aos mercados de consumo de maior poder aquisitivo. Ganham mais. Mas os preços dos serviços são extraordinariamente mais baratos que os vigentes nos países desenvolvidos.

Quase todos os trabalhadores subalternos experimentaram ascensão social: porque se livraram da miséria rural, porque saíram da construção civil e foram para a indústria, porque se viram livres do trabalho “sujo”, “pesado”, “monótono” do operário: mas, também, porque, bem ou mal, incorporaram os padrões de consumo e o estilo de vida modernos.

Mas uma parcela dos trabalhadores comuns estava, em 1980, mergulhada na pobreza absoluta. Nas regiões de maior dinamismo econômico, bastava a ocorrência de algum percalço ou de alguma fatalidade para que a vulnerabilidade decorrente dos baixos salários ou da baixa renda se traduzisse em insuficiência alimentar, em precariedade habitacional etc. Por exemplo, a mulher chefe de família com muitos filhos, o migrante rural sem ponto de apoio na cidade, o velho sem aposentadoria. No entanto, onde imperava uma relativa letargia, como em algumas cidades grandes do Nordeste e mesmo no Rio de Janeiro, foi se acumulando um contingente de pobreza estrutural. Se acrescentarmos os cidadãos mi-

seráveis aos bóias-frias e aos pequenos produtores rurais, igualmente miseráveis, estaremos diante dos excluídos, *les damnés de la terre*.

Os baixos salários numa economia em expansão acelerada, que ganhava produtividade, têm uma consequência óbvia: margens de lucro elevadíssimas, da grande, da média e da pequena empresa, onde quer que estejam, na indústria ou nos serviços. Isso significa um grande poder de acumulação de capital e de multiplicação da riqueza. Os lucros gordos do pequeno empresário permitem, antes de mais nada, uma vida opulenta, de fazer inveja aos seus congêneres dos países desenvolvidos. Na grande empresa, e mesmo na média, as elevadíssimas margens de lucro abriram caminho, ainda, para uma espantosa elevação das remunerações das funções de direção, exercidas por executivos, gerente, chefes, assessores bem situados. Na empresa pública, ocorre o mesmo fenômeno: a subida pronunciada dos salários do pessoal

41. Na seca que assolou o estado do Ceará em 1984 o sertanejo caça calango para sua alimentação.  
(Delfim Vieira/ Agência JB)



de direção. No governo, também: os salários da cúpula disparam, descolando-se inteiramente da base do funcionalismo público.

E aqui chegamos ao topo da sociedade. Olhemos para ele, em 1980. Encontraremos imediatamente o verdadeiro núcleo duro do poder econômico e político. Às grandes corporações multinacionais já operando com sucesso em 1960, vieram se juntar várias outras recém-chegadas, ou as de há muito instaladas que ampliaram significativamente suas atividades, como, por exemplo, a Ford e a General Motors: todas acumulam capital aceleradamente e crescem vertiginosamente. Na banca, tinha havido uma ampliação enorme dos negócios acompanhada por uma concentração expressiva de capital e pela profunda renovação das instituições financeiras líderes (o caso especialmente do Bradesco e do Itaú). Surgira uma megaempresa de comunicações, a Globo, uma grande editora de revistas, a Abril, e a imprensa se transformara definitivamente numa corporação moderna. O empreiteiro de obras públicas tornou-se um megaempresário, politicamente muito influente. O capitão de indústria, comandante de grupo econômico, controlava um montante de riqueza em muito acrescido. Havia agora um número bem maior de grandes empresários da indústria, do comércio, dos transportes etc.

Gravitando em torno desse núcleo, veremos os *funcionários mais qualificados do dinheiro*. Diretores: diretores financeiros, comerciais, responsáveis pela área de produção, pelo departamento jurídico, de recursos humanos, ou de vendas, ou de compras, de *marketing*, assistentes ou assessores de diretoria, secretárias da presidência ou da diretoria. Abaixo deles, os gerentes: gerentes de vendas, de produção, de crédito e cobrança, de grupo de produtos, de organização & métodos, de loja, de tesouraria, de treinamento, de recursos humanos, de pesquisa de mercado, de captação, de *open*, de contabilidade de custos, regional ou nacional de vendas, de importação, de manutenção geral etc. Outros diretores, gerentes e assessores estão empregados em empresas que prestam serviços às grandes: as agências de publicidade, nacionais e estrangeiras, associadas ou não a nacionais, de pesquisa de mercado, os grandes escritórios de advocacia, tributária, trabalhista etc., as grandes empresas de auditoria,

nacionais ou estrangeiras, as consultorias econômicas, as empresas de projetos etc.

Segue-se o anel dos médios e pequenos empresários, da indústria e dos serviços. A pequena empresa — que é formalmente estabelecida e usa, mesmo que parcamente, trabalho assalariado — se multiplica e está por toda parte. Numa enorme variedade de setores: na indústria têxtil, de confecção, de calçados, na metalúrgica, de brinquedos, de produtos plásticos, de móveis etc.; no comércio, de roupas para homens, de produtos para mulheres, de calçados, de artigos esportivos, ou de mesa e banho, de eletrodomésticos e fogões, de brinquedos, de automóveis, de materiais de construção, de flores, de produtos de beleza, de alimentos e bebidas finas, de móveis, de aparelhos de iluminação, na locadora de vídeo etc.; nos serviços, no bar, na lanchonete, na pastelaria, na doceira, na sorveteria, na padaria, no restaurante, na churrasceria, no rodízio, na pizzaria, no cabeleireiro para homens, no salão de beleza, na academia de ginástica, de dança, de natação, no *spa*, no colégio particular, na loja do decorador, na oficina mecânica, na loja de conserto de eletrodoméstico, TV, som, na pequena empresa desentupidora de encanamentos, no auto-elétrico etc.; nos transportes, na pequena empresa de ônibus urbano, interurbano e de turismo — que convive com a média e até com a grande —, na empresa de táxi, na locadora de automóvel; no turismo, por exemplo, no pequeno hotel ou na pousada e na pequena agência de viagens; na pequena empresa de compra e venda de telefones etc. Mas há pequenas empresas voltadas para o mercado de luxo e estabelecidas nas zonas e nos *shopping centers* elegantes da cidade, como há pequenas empresas voltadas para o consumo da classe média ou do pobre. Como há pequenas empresas com um raio de ação menor ou maior, dependendo do bairro e do tamanho de cidade em que estejam estabelecidas. Mas, de modo geral, pode-se afirmar que os pequenos empresários tinham e ainda têm um nível de renda e um padrão de vida muitíssimo superiores aos de seus congêneres dos países desenvolvidos, graças aos baixos salários que pagam e à sonegação sistemática de impostos e de obrigações sociais que praticam.

Na média e na pequena empresa mais complexas, defrontamo-nos, também, com diretores, gerentes, assessores,

que, no entanto, integram estruturas burocráticas menos diferenciadas e gozam de situação de mercado menos valorizada que a de seus pares da empresa gigante. A média empresa e mesmo algumas pequenas, por sua vez, podem se utilizar de outras empresas prestadoras de serviços especializados, como agências de publicidade, e de profissionais autônomos, como tributaristas, auditores etc.

A todos estes grupos dominantes, que dirigem a maquinaria capitalista, há que acrescentar os que estão alojados na cúpula do Estado: executivos e gerentes das diversas empresas estatais; juízes, promotores, delegados, desembargadores, ministros de tribunais; coronéis de polícias militares, o topo da hierarquia nas Forças Armadas, professores universitários mais graduados; políticos, vereadores, deputados, estaduais e federais, senadores, governadores de estado, presidente; outros funcionários bem situados nos três poderes da República, por exemplo, chefes de órgãos importantes de ministérios e secretarias, assessores “de alto nível”.

Desfrutando do gasto da elite, defrontamo-nos com uma camada de profissionais que prestam serviços, com grande proveito financeiro, ao corpo estressado e à alma talvez atormentada dos endinheirados e de suas famílias: psicanalistas, psicólogos, astrólogos, fonoaudiólogos, acupuntores, pilotos de jatinhos e helicópteros, cardiologistas, prostitutas de luxo, mesmo que disfarçadas de modelo ou miss, cirurgiões plásticos, promotoras de festas, psiquiatras, banqueteiras, videntes, parapsicólogos, proprietários de prósperas academias de ginástica, de dança ou de balé ou de natação ou de tênis, donos de colégios particulares para a elite, ou de universidades empresariais, ou de cursos de línguas, especialmente a inglesa, gastroenterologistas, figurinistas, esteticistas, professores particulares que socorrem a indolência dos filhos, geriatras, ortodontistas, cabeleireiros elegantes, advogados especialistas em desquites e divórcios ou em tributação, secretárias obsequiosas, massagistas, decoradores, endocrinologistas, alfaiates elegantes, donos de *spas*, psicopedagogas, dermatologistas e *tutti quanti*. Toda essa variegada gama de profissionais equalizada pelo mercado.

É a alta renda de todos estes grupos — dos que dirigem a maquinaria capitalista (grandes, pequenos e médios empresários, o pessoal de direção da empresa privada), dos que



42. Academia de ginástica no Rio de Janeiro. (Cristina Paranaguá/ Agência JB)

estão na cúpula do Estado e de todos os que cuidam dos endinheirados — que alimenta o mercado de consumo de luxo, de bens ou serviços. É o restaurante de luxo, a boutique de luxo, a sorveteria de luxo, o salão de beleza de luxo, a doceira de luxo, o bar de luxo, o *shopping center* do bairro rico, a loja de alimentos sofisticados e de bebidas importadas, a casa de carnes especiais, a *boate* de luxo, a danceteria de luxo, o hotel de luxo, a agência de turismo de rico etc. etc.

Com base no gasto suntuário dos ricos e dos privilegiados, forma-se uma *nova camada de clientes* — uma espécie de agregado moderno —, constituída não mais por critérios afetivos, mas selecionada pela concorrência no mercado, ainda que, no caso de profissionais qualificados, as “boas relações” contem, e muito. Uma parte desses clientes, como vimos, é constituída exatamente pelos pequenos empresários, alguns até médios, por profissionais liberais ou por profissionais de “alta qualificação”, que cuidam do corpo e da alma dos endinheirados. Mas há uma outra, composta de trabalhadores comuns, de trabalhadores especializados e mesmo de alguns profissionais de qualificação superior: é integrada por cozinheiros-chefes, garçons e *maîtres* dos restaurantes de luxo, empregadas domésticas qualificadas, caseiros das mansões de campo ou de praia, alguns marceneiros, alguns encanadores, alguns eletricitas, alguns proprietários de bancas de jornais, alguns chaveiros, alguns motoristas, vendedoras de lojas elegantes, jardineiros, pilotos de jatinho ou helicóptero,

manicures de salões de beleza, alguns professores assalariados de academias de dança ou de ginástica, professores de “cursinhos”, universidades ou escolas privadas para ricos etc.; por um verdadeiro exército de “seguranças”, um prolongamento, também muito moderno, do antigo capanga.

Deixemos o mundo nucleado pelos que controlam o capital e são os donos do poder, para entrarmos no universo da nova classe média, criada pela expansão extraordinária do emprego público e privado de “qualificação intermediária”.

Deparamo-nos com profissionais de nível superior de renda mais baixa, de menor êxito ou em começo de carreira, autônomos ou empregados em funções médias nas empresas ou no governo. Estão aqui os chefes, chefes de compra, do almoxarifado, de contas a pagar, de fabricação, de relações trabalhistas etc. E, também, por exemplo, funcionários públicos melhor situados, o médico do sistema público de saúde, o plantonista do pronto-socorro privado, o engenheiro recém-formado, o professor universitário sem doutorado, o professor do primeiro e segundo graus das escolas privadas, que pagam melhor, o advogado com banca de clientes menos abonados e em menor número, o dentista de consultório da periferia. Mas a renda *familiar* desse estrato pode subir consideravelmente devido ao trabalho da mulher, também profissional liberal ou até mesmo empregada em postos de trabalho um pouco mais “baixos”. Por exemplo, um médico recém-casado com uma enfermeira-chefe, o casal mais velho de advogados etc.

Outro degrau mais abaixo, e toparemos com os funcionários de escritório mais qualificados, da empresa ou do governo, que são profissionais de nível superior ou pessoas “práticas”, como, por exemplo, diretores e supervisores de escolas do ensino público, delegados de polícia em início de carreira, o bancário de postos intermediários, o analista de custos ou o projetista, a enfermeira mais experiente. Também nesse caso, a renda familiar pode crescer por força do casamento, por exemplo, entre a secretária do gerente e o funcionário bem situado do banco.

A nova classe média está, em geral, plenamente integrada nos padrões de consumo moderno de massas, de alimentação, de vestuário, de higiene pessoal e beleza, de higiene da casa. Tem todas as maravilhas eletrodomésticas, inclusive a

TV em cores, 21 polegadas (de 1972, quando começou a ser produzida, a 1979, foram vendidos cerca de 4,5 milhões de aparelhos). Tem telefone. Tira férias e viaja com a família pelo Brasil, de avião ou de carro; hospeda-se em hotéis “razoáveis”. Mas talvez o símbolo de status mais significativo seja o automóvel, trocado a cada ano ou a cada dois anos. O automóvel e o apartamento classe-média: alguns chegaram a se beneficiar de financiamento para casa própria concedido pelo Banco Nacional da Habitação; outros pouparam e compraram à vista. Usa, também, *alguns* dos serviços consumidos pelas elites, prestados por profissionais “mais baratos”, ou por empresas voltadas para esta faixa de mercado: os da empregada doméstica menos qualificada, os de médicos e de dentistas particulares com preços mais em conta, ou os de convênios médicos, os de colégios, cursinhos e faculdades privadas de mensalidade menor, os de salões de beleza para a “classe média”, os da prostituta da casa de massagem, o da cantina italiana e da churrascaria tipo rodízio, o do shopping center de bairro médio, a aula de natação ou de dança é realizada em academias mais modestas etc.

O padrão de vida da nova classe média beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos. No Brasil, a empregada doméstica é barata, o churrasco-rodízio ou a pizza de segunda são baratos porque o churrasqueiro e o pizzaiolo ganham pouco, o salão de beleza é relativamente barato porque a cabeleireira e a manicure ganham pouco etc. Esse tipo de exploração dos serviços pela nova classe média reduz seu custo de vida e torna o dia-a-dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos. A subida da renda dos serviços é contraditória com o nível de vida relativamente alto dos remediados.

Para quase todos, as ocupações características da nova classe média criada pela industrialização acelerada e pela urbanização rápida, entre 1960 e 1980, representaram uma indiscutível ascensão social. São as filhas e os filhos do pequeno empresário, dos trabalhadores especializados da indústria, do marceneiro, do eletricista, do encanador bem-sucedido, do dono da oficina mecânica, da cabeleireira do salão de beleza de “classe média”, da enfermeira-chefe, da professora primária ou secundária, do chefe de seção, do bancário melhor situado, enfim, são as filhas e os filhos de quem já estava vários degraus acima do trabalhador comum, que chegaram a

cursos profissionalizantes (técnicos, de secretariado, normal) ou ao ensino superior: em 1980, nada menos do que 1,4 milhão de universitários estavam matriculados, contra os 95 mil de 1960. E daí, saltaram para este “segundo mundo”. Mas sempre com a ambição de ir adiante a todo custo.

Espremidos entre a nova classe média e o trabalhador comum, estão o trabalhador manual de maior qualificação dos serviços (por exemplo, o mecânico de automóvel competente, o excelente eletricitista ou o ótimo encanador) e o operário especializado da empresa privada e pública, simbolizado pelo “metalúrgico” e pelo “petroleiro”. São, por exemplo, torneiros mecânicos, caldeireiros, mecânicos, controladores de produção, eletricitistas ou encanadores de manutenção, ferramenteiros, fresadores, inspetores de controle de qualidade, soldadores, retificadores, instrumentistas, mandriladores, operadores de caldeiras, preparadores de máquinas etc. Seus salários são bem mais altos que os dos outros trabalhadores industriais manuais, o que aproxima seu padrão de vida ao da nova classe média. Gozam de uma estabilidade no emprego muito maior que a do trabalhador comum, da fábrica ou do escritório. Também muitos vieram de baixo, do trabalho industrial comum.

O Brasil, que já chocara as nações civilizadas ao manter a escravidão até finais do século XIX, volta a assombrar a consciência moderna ao exibir *a sociedade mais desigual do mundo*. Não é por acaso que o termo *brazilianization* vai se tornando sinônimo de capitalismo selvagem.

Entre 1960 e 1980,<sup>29</sup> os 5% mais prósperos — o grande e médio empresariado, os altos executivos, profissionais de grande sucesso que prestam serviços aos ricos e uma parcela do pequeno empresariado — subiram sua participação na renda dos já elevados 28,3% para espantosos 37,9%. Se acrescentarmos a esses primeiros 5% outra parte de pequenos empresários, gerentes e chefes, do grosso do pessoal de nível superior do governo, de profissionais liberais bem-sucedidos, chegaremos aos 10% superiores, que se apropriavam de 50,9% da renda total (contra os já altíssimos 39,6%, de 1960). Se adicionarmos, ainda, outra camada de profissionais de nível superior de menor renda e trabalhadores de escritório de qualificação média, na empresa e no governo, estaremos diante dos 20% superiores, que dispunham, em 1980, de



43. Interior da Usina de Itaipu, a maior hidroeétrica do mundo. Em 1974, aproveitando Sete Quedas, no rio Paraná, a empresa binacional brasileira-paraguaia inicia sua construção. (Acervo Iconographia)

66,1% da renda total (contra 54,8% de 1960). Os 60% mais pobres, os trabalhadores subalternos do campo e das cidades, que, em 1960, detinham parcos 24,9%, passam aos escandalosos 17,8%, em 1980. Sanduichados entre os trabalhadores subalternos, de um lado, e os ricos e privilegiados, de outro, estão os outros 20%, trabalhadores qualificados e semiqualificados, trabalhadores da “classe média baixa”, como bancários, vendedores, professores primários, enfermeiras, e uma faixa de trabalhadores manuais por conta própria melhor remunerados (encanadores ou eletricitas que trabalham para os ricos e privilegiados, donos de banca de jornal, guardadores de carros nas zonas ricas, garçons de restaurante de luxo etc.). No conjunto, possuíam, em 1980, 16,1% da renda global, menos do que em 1960 (20,3%). Essa queda na participação se explica pela “massificação” e desqualificação de certos postos de trabalho, como bancário, vendedor, professor primário.



44. Construção da Ponte Rio—Niterói. Entregue ao público em março de 1974, foi definida pelo então ministro dos Transportes Mario Andreazza como “um monumento à Revolução de 1964”. Era a maior obra da febre de pontes, viadutos e estradas que assolou o país. (Acervo Iconographia)

Estamos, portanto, diante de um *capitalismo plutocrático mas extremamente dinâmico*. Vivemos, entre 1967 e 1979, um período de altas taxas de crescimento, que nos levaram à posição de oitava economia capitalista do mundo. Mas nosso capitalismo combinava concentração gigantesca da riqueza e mobilidade social vertiginosa, concentração de renda assombrosa e ampliação rápida dos padrões de consumo moderno, diferenciação e massificação. Encontramo-nos, pois, perante — como tem insistido com toda a razão Celso Furtado —<sup>30</sup> uma *sociedade deformada, fraturada em três mundos*: o “primeiro mundo” dos magnatas, dos ricos e privilegiados, em que as características do verdadeiro Primeiro Mundo aparecem exacerbadas, especialmente na renda e na riqueza do pequeno empresariado, nos ganhos da “nova clientela” de profissionais que lidam com os problemas materiais e “espirituais” dos enriquecidos, na remuneração do pessoal de dire-

ção da empresa privada e do setor público; o “segundo mundo” da nova classe média é, na verdade, um simulacro do “primeiro”, povoado de serviçais mal remunerados, que garantem um padrão de vida muito superior ao desfrutado por seus congêneres do verdadeiro Primeiro Mundo; finalmente, o “terceiro mundo”, dos pobres e dos miseráveis, esses sim, mantidos à distância das condições de vida digna que prevalecem para o povo do verdadeiro Primeiro Mundo. A comunicação entre os “três mundos” é estabelecida pela concorrência entre os indivíduos no âmbito do crescimento econômico rápido e da mobilidade social. E, muito secundariamente, faz-se pela presença, confortável para uns e perversa para outros, dos pobres clientes dos magnatas, ricos e privilegiados, ou dos pobres serviçais da nova classe média.

O Estado tratou de estimular e garantir o crescimento econômico rápido, distribuindo incentivos, crédito subsidiado, fazendo investimentos maciços em obras públicas urbanas — a serviço em boa medida do automóvel —, em aço, energia elétrica, telecomunicações, petróleo, petroquímica. Para os pobres e miseráveis, reservou a expulsão do campo, a compressão dos salários de base, facilitou a dispensa, calou os sindicatos. Bastavam os empregos criados pelo crescimento econômico. E, também, políticas sociais de saúde, previdência, educação, saneamento básico: mas os assalariados deviam pagar pelo que recebiam em troca, por meio de um sistema tributário injusto, amparado nos impostos indiretos pagos por todos e nas diversas contribuições sociais, em que a parte do empresário era repassada para o preço. Pouco importava a qualidade dos serviços, pouco importava se o professor ou o médico eram relativamente mal remunerados, correndo de uma escola a outra, de um hospital a outro: não havia lugar no orçamento para coisa melhor. Sob a aparência de democratizar oportunidades, o que se fez, na verdade, foi dar uma nova face aos monopólios de sempre.

#### NOSSA VIDA MODERNA

O processo de secularização da cultura, que tinha dado, até 1964, apenas alguns passos, ganhou grande velocidade nos 21 anos seguintes. O autoritarismo plutocrático fechou o

espaço público, abastardou a educação e fincou o predomínio esmagador da cultura de massas. Sua obra destrutiva não se resumiu, pois, à deformação da sociedade brasileira pela extrema desigualdade. Legou-nos, também, uma herança de miséria moral, de pobreza espiritual e de despolitização da vida social. Eis a base de uma verdadeira tragédia histórica que se enraizou nas profundezas da alma de várias gerações.<sup>31</sup>

O colapso do espaço público — que, como vimos, estava se constituindo a duras penas — teve conseqüências que vão muito além do que os liberais, velhos ou novos, podem imaginar. A violação dos direitos individuais e a eliminação dos direitos políticos não atingiram apenas as suas vítimas, pela morte, pela tortura, pela prisão, pelo exílio, pela perseguição, pela censura, pelo simulacro de eleições livres; nem somente feriram a consciência jurídica da nação.

É preciso compreender que uma sociedade sem liberdades fundamentais efetivas é incapaz de dar abrigo firme a valores universais e de permitir o confronto inovador entre diversas visões de mundo e distintas alternativas de organização, presente e futura, da vida coletiva. A substituição da ética católica por valores modernos fundamentados racionalmente ficou bloqueada. No colégio, na universidade, nos grêmios estudantis, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas associações culturais, nas manifestações artísticas, calaram-se, pela força, as vozes que insistiam em falar dos direitos dos cidadãos, da igualdade e da ampliação dos direitos sociais, da escola republicana, da disciplina pública do poder econômico privado, do controle social dos meios de comunicação, do valor da autonomia, que requer mulheres e homens educados democraticamente, conhecedores do mundo social em que vivem, capazes de formular com independência juízos morais, estéticos e políticos, numa situação de diálogo entre livres e iguais.<sup>32</sup>

Mas, para além da violência que empregou durante o período autoritário, a “Revolução de 64” moldou uma outra forma extremamente eficaz de garantir *duradouramente* a dominação dos ricos e privilegiados. Forma até muito prazerosa, disfarçada de entretenimento, ou forma muito séria, revestida de informação objetiva: a indústria cultural americanizada.

Como demonstrou em estudo recente Maria Arminda do Nascimento Arruda,<sup>33</sup> a concorrência entre as grandes empresas, que cresciam aceleradamente, foi a base da constituição da indústria cultural: são elas que formam o núcleo dos anunciantes. Na outra ponta, a expansão do nível de emprego e de renda dos trabalhadores subalternos e da nova classe média vai dinamizando o mercado de bens de consumo: são eles o objeto da propaganda.

O centro da nossa indústria cultural tornou-se, como em todo o mundo, a televisão. A televisão veio para o Brasil em 1950, por iniciativa de Assis Chateaubriand, proprietário do conglomerado jornalístico Diários Associados. Mas seu raio de ação era limitado, não só pelo número reduzido de telespectadores — a classe média de renda superior — mas, também, pela frágil organização empresarial e pelas limitações tecnológicas, quer do país, quer das próprias empresas.

Estes obstáculos foram sendo vencidos. O aparelho de TV vai se difundindo rapidamente para a base da sociedade, com o auxílio valioso do crédito ao consumo. Bastaram vinte anos para que 75% dos domicílios urbanos o possuíssem: em 1960, havia em uso apenas 598 mil televisores; dez anos depois, 4 584 000; em 1979, nada menos do que 16 737 000, sendo 4 534 000 televisores em cores.<sup>34</sup>

Por outro lado, o Estado montou uma infra-estrutura de telecomunicações que possibilitou, já em 1970, a instalação de rede nacional. Simultaneamente, o negócio se organiza como uma grande máquina capitalista, que utiliza os processos tecnológicos mais avançados, voltada para a produção da mercadoria entretenimento, que, consumida, dá suporte aos anúncios das grandes empresas. Os aspectos educativos e culturais da televisão ficam restritos — sem grande sucesso — às fundações paraestatais.

E o que é mais importante: a “Revolução de 64” permitiu — mas muitos acham até que estimulou — que a Rede Globo de Televisão se transformasse numa empresa praticamente monopolista, que pode opor barreiras quase intransponíveis à entrada de novos concorrentes ou ao crescimento dos que já estavam estabelecidos.<sup>35</sup>

No que diz respeito aos jornais e revistas, sua expansão no pós-64 está ancorada no crescimento da nova classe média, que tem renda suficiente para comprá-los. É verdade que

a imprensa já vinha se modernizando desde o pós-guerra, com a reforma de *O Estado de S. Paulo* e, mais adiante, do *Jornal do Brasil*. Mas o decisivo é que as empresas jornalísticas transformam-se em umas poucas grandes organizações capitalistas, protegidas também por barreiras à entrada de novos competidores, ainda que mais frágeis em relação aos meios de comunicação de massas: em São Paulo, duas empresas controlam o mercado de jornais, no Rio de Janeiro, outras duas; e, no mercado de revistas, o poderio da Editora Abril é inquestionável. O parque editorial diversifica-se em publicações — de feitio atraente, no qual proliferam as ilustrações — voltadas para um público bem determinado: para “a pessoa bem informada”, para a mulher, para o jovem, para o proprietário de automóvel, para o homem de negócios etc. As redações burocratizam-se e o jornalista se converte em simples profissional da informação, especializado nisto ou naquilo, preocupado, como todo funcionário de grande empresa, em fazer carreira, deixando de ser um homem público.

Por outro lado, no período liberal-democrático de 1945 a 1964, a escola, a universidade, os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos culturais, todos eram palco do debate de idéias e da controvérsia política, todos iam ajudando a constituir um público que adquiria, pouco a pouco, capacidade de julgamento independente. Mais ainda: a diversidade do público embrionário tendia a se refletir nas diferentes orientações dos órgãos de imprensa. Sob o império da ditadura, o fechamento do espaço público e o abastardamento do ensino dão surgimento a um leitor de jornais e revistas que os tem como uma única fonte de informação, submetida à censura e presa aos interesses — materiais, políticos ou culturais — do proprietário.

Para além da censura imposta pelo autoritarismo, a preeminência, na TV, do entretenimento sobre a educação, de um lado, e, de outro, a liquidação do embrião de opinião pública associado ao triunfo da empresa jornalística gigante levam a um esvaecimento dos valores substantivos: a verdade cede o passo à credibilidade, isto é, ao que aparece como verdade; o bem comum subordina-se inteiramente aos grandes interesses privados; a objetividade abre espaço à opinião, isto é, à opinião dos formadores de opinião, em geral membros da elite ligados direta ou indiretamente aos grandes interesses.

O domínio da grande empresa da indústria cultural, estabelecido à sombra do autoritarismo plutocrático, caracteriza um monopólio tecnológica e organizacionalmente avançado, o dos novos meios de comunicação social, que escapa inteiramente ao controle público. Mas não é um monopólio qualquer: difunde valores — morais, estéticos e políticos — que acabam por determinar atitudes e comportamentos dos indivíduos e da coletividade.

Exposta ao impacto da indústria cultural, centrada na televisão, a sociedade brasileira passou diretamente de iletrada e deseducada a massificada, sem percorrer a etapa intermediária de absorção da cultura moderna. Estamos, portanto, diante



45. Caricatura de Glauco. (Folhetim, 18/11/79 – Folha Imagem)

de uma audiência inorgânica que não chegou a se constituir como público; ou seja, que não tinha desenvolvido um nível de autonomia de juízo moral, estético e político, assim como os processos intersubjetivos mediante os quais se dão as trocas de idéias e de informações, as controvérsias que explicitam os interesses e as aspirações, os questionamentos que aprofundam a reflexão, tudo aquilo, enfim, que torna possível a assimilação crítica das emissões imagéticas da televisão e o enfrentamento do bombardeio da publicidade.

Nos anos 60, a publicidade no Brasil muda de natureza e se sofisticada. Os “criadores” tomam o lugar dos redatores, e a concepção dos anúncios passa a envolver uma noção global, isto é, a unidade criativa, pois “o título” passa a ser subordinado à “arte”.<sup>36</sup> O apelo à emoção e a mobilização do inconsciente desalojam a argumentação racional. A americanização da publicidade brasileira tem um papel fundamental na difusão dos padrões de consumo moderno e dos novos estilos de vida. Destruói rapidamente o valor da vida sóbria e sem ostentação. Numa sociedade em que a grande maioria é constituída de pobres, passa a fabricar ininterruptamente falsas necessidades, promove uma corrida ao consumo que não acaba nunca, mantém o consumidor perpetuamente insatisfeito, intranquilo, ansioso. Numa sociedade em que os verdadeiros valores modernos ainda não estavam enraizados, trata de vender a sensação de que o consumo pode preencher o doloroso vazio da vida, trazido pelas agruras do trabalho subalterno e pelas misérias morais e espirituais que preenchem parte do cotidiano. Numa sociedade marcada pelo privilégio e pela desigualdade, proclama alto e bom som que o homem vale o que vale apenas pelo que consome. Se o mercado educa para a busca calculada do interesse próprio, convertendo o homem em escravo do dinheiro, a publicidade educa para um apetite inesgotável por bens e satisfação pessoal *imediate*, tornando as massas em servas dos objetos, máquinas de consumo.

Os valores inoculados pela televisão são predominantemente os utilitários, quer em novelas, séries “enlatadas”, filmes para adultos, programas infantis etc. A idéia de liberdade é reduzida à da escolha realizada sem obstáculos externos à vontade, isto é, liberdade negativa. Se na publicidade o consumidor é “convidado” a escolher, por exemplo, entre Coca-

Cola e Pepsi-Cola, nas novelas, os personagens escolhem, por exemplo, entre ser um bom e um mau patrão, uma boa e uma má empregada doméstica. Com isto, a complexidade da vida social é reduzida a escolhas estruturadas e binárias, que validam sempre a realidade existente e impedem que se imagine ou se pense em outras formas possíveis de organização da sociedade, por exemplo, em que não haja serviços, ou em que a cobiça dos patrões seja disciplinada pela lei. A estrutura social é reduzida a estereótipos e há uma aproximação das classes, frações de classes e camadas sociais pelo milagre da mobilidade social ascendente. As qualidades pessoais também aparecem como expressão da escolha individual, e não como modeladas pela sociedade. As novas novelas, que substituem os dramalhões, narram a realidade da vida cotidiana, falam de forma imediata da vida imediata. Numa sociedade em que as raízes da sociabilidade e da dominação estão encobertas por uma aparência de naturalidade — ou seja, cada um faz, tem ou deseja aquilo que lhe permite a divisão do trabalho e os valores dominantes —, o “realismo” duplica a mistificação que a “realidade” já impõe. E a fantasia, o *happy end*, funciona como uma promessa de felicidade. No telejornal, as notícias são transmitidas com uma pretensa objetividade, sem que o espectador possa estabelecer conexões entre os fatos e os processos sociais mais gerais. O consumo de seriados e os filmes são canais de penetração do individualismo de massas, o qual, na sua origem, a sociedade norteamericana, avança celeremente nos anos 70.

O efeito deste impacto é tanto maior quanto mais a televisão se integra à vida privada dos brasileiros como a principal forma de lazer, de entretenimento e de informação, nos estratos “inferiores” quase a única. Ficava ligada, em 1980, no Rio de Janeiro e em São Paulo, cerca de seis horas por dia, de segunda a sexta. No domingo, em São Paulo, atingia a média de oito horas diárias.<sup>37</sup> Tornou-se a grande “auxiliar” dos pais na “educação” dos filhos.

Isto nos remete, naturalmente, à massificação do ensino, em todos os seus níveis, outra conquista cultural da “Revolução de 64”. A aprendizagem vai se tornando predominantemente um meio de profissionalização, para enfrentar a concorrência no mercado de trabalho, começando a se desvencilhar, assim, dos conteúdos éticos que continha até então. Na reli-

gião, naturalmente para os que têm fé, a dimensão transcendente vai cedendo espaço gradativamente ao velho utilitarismo renascente. Mas parcela da Igreja católica abraça a Teologia da Libertação e luta contra a desigualdade social. O protestantismo avança. Amputados os direitos políticos dos cidadãos, o Estado passa a se legitimar sobretudo pelas suas realizações materiais, enaltecidas nos anúncios televisivos do governo.

Este quadro de transformações não poderia deixar de repercutir intensamente no seio da família. O próprio casamento romântico supõe um desenvolvimento na direção de uma maior igualdade entre os cônjuges e no direito de cada um à felicidade pessoal. Este desenvolvimento foi impulsionado, da classe média para cima, pelo acesso mais amplo da mulher à universidade, pela aceleração de sua entrada no mercado de trabalho, pela disponibilidade da pílula anticoncepcional — já difundida nos países desenvolvidos a partir de 1960, mas que só chegou ao Brasil quatro ou cinco anos depois —, e pelo avanço do ceticismo e mesmo do ateísmo. Há, nestes ambientes sociais, uma valorização do prazer sexual e do amor-paixão; a educação dos filhos torna-se mais liberal. É evidente que essa tendência se articula à “revolução sexual” que estava ocorrendo nos países desenvolvidos nos anos 60. Dos estratos sociais “superiores”, a modernização da família e da moral sexual vai se espalhando para a base da sociedade.

Alguns valores substantivos, o do trabalho como fim em si mesmo, ou o da necessidade dos cuidados de si, ainda encontram amparo na industrialização acelerada, na mobilidade ascendente e até na modernização dos padrões de consumo. No entanto, outros valores modernos secularizados, como o da autonomia do indivíduo, o dos direitos do cidadão, o do desenvolvimento espiritual e o do acesso ao mundo da cultura, não encontram pontos de apoio para se desenvolver. Ao contrário, colidem com os valores utilitários difundidos pelos meios de comunicação de massas.

Mas ainda assim há resistências. Vivemos momentos decisivos do combate entre os valores modernos antiutilitários e a cultura de massas. O que foi a luta pelo restabelecimento da democracia, todos conhecemos. Sabemos ainda que a idéia de nação continuou a viver, mesmo sob as formas deturpadas pelo autoritarismo dos anos 70, do “Brasil, ame-o

ou deixe-o” ou do “Brasil, grande potência”. Mas uma boa parte do embate travou-se no dia-a-dia da vida cotidiana, por mulheres e homens que se empenharam na prática das virtudes, no trabalho honesto, no cultivo da amizade desinteressada, na valorização do desenvolvimento espiritual, no diálogo entre iguais, no exercício da solidariedade; valores, todos, que procuraram, como puderam, transmitir a seus filhos. Mas o certo é que estávamos começando a nos despedir, sem o saber, da verdadeira modernidade.

#### A QUE PONTO CHEGAMOS

Os dezoito anos que se passaram de 1980 a esta parte vão revelando, pouco a pouco, segredos que ficaram obscuros por três décadas de crescimento econômico rápido, mobilidade social vertiginosa e generalização, ainda que restrita, dos padrões de consumo moderno. Estamos descobrindo as fragilidades econômicas do nosso capitalismo periférico, as bases débeis, de uma precariedade assustadora, sobre as quais assentamos nossa vida social, a permanência do caráter plutocrático do Estado brasileiro mesmo depois da “abertura democrática”.

É uma descoberta lenta, penosa, em que a percepção da piora das condições sociais e econômicas se faz aos saltos, depois que o processo de degradação já cumpriu sua trajetória. Não é de espantar que o medo de olhar para quem somos realmente dê origem a periódicos rompantes de entusiasmo injustificado. Nem é de surpreender que surjam devaneios bovaristas, que pretendem colocar o país no Primeiro Mundo mas que, na verdade, entregam o Brasil às forças cegas do capitalismo *fin-du-siècle*, com suas recorrentes instabilidades e vocação para concentrar a riqueza e a renda.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, já havia assinalado ser a nossa história uma verdadeira “procissão de milagres”.<sup>38</sup> O milagre do ouro no século XVIII veio nos salvar quando a economia açucareira tinha perdido dinamismo, permitindo, ainda, uma verdadeira integração entre as diversas regiões da América portuguesa e o desenvolvimento do mercado interno. O milagre do café, obra da Revolução Industrial — o consumo da rubiácea se generaliza sobretudo porque os operários necessitavam de um estimulante para



suportarem as jornadas de trabalho exaustivas —, caiu do céu na hora H, quando o esgotamento total das minas ameaçava-nos de uma desestruturação econômica de grande profundidade. Pois bem. Estamos agora percebendo que nossa industrialização não deixou de ser também um desses milagres: resultou antes de circunstâncias favoráveis, para as quais pouco concorremos, do que de uma ação deliberada da “vontade coletiva”.

No século XIX, por força de um regime social obsoleto, o escravismo, não pudemos incorporar os resultados básicos da “primeira revolução industrial” (1760-1830), a da indústria têxtil, do ferro, da máquina a vapor. Nem, muito menos, fomos capazes de avançar na trilha da “segunda revolução industrial” (1870-1900), a do aço, da química da soda e do cloro, da eletricidade, do petróleo, da indústria de bens de capital, do motor a combustão interna, que está na base do automóvel e do avião. No século XX, graças à relativa estabilidade dos padrões tecnológicos e de produção nos países de-

*46. No começo da década de 80 tomam-se visíveis os sinais da crise econômica: saques a supermercados são corriqueiros. Na foto, invasão de estabelecimento comercial em Santo Amaro, São Paulo, 1983. (Juca Martins/ Pulsar)*

envolvidos, pudemos desfrutar das *facilidades da cópia*. Até 1930, consolidamos a indústria de bens de consumo mais simples e, nos cinquenta anos subsequentes (1930-80), copiamos o aço, a eletricidade, a química básica, o petróleo, o automóvel, as maravilhas eletrodomésticas, chegando até máquinas e equipamentos mais sofisticados. Quando tudo levava a crer no nosso êxito, eis que nos vemos impotentes diante da reestruturação do capitalismo internacional, da “terceira revolução industrial”, comandada pelo complexo eletrônico, e da “globalização financeira”.<sup>39</sup> Por quê?

Por uma razão muito simples, para a qual Maria da Conceição Tavares já nos alertava em 1973.<sup>40</sup> Copiamos tudo menos o que é essencial: formas de organização capitalista capazes de assegurar um mínimo de capacidade autônoma de financiamento e inovação. Nossa industrialização esteve apoiada sobretudo: 1) na liderança da empresa multinacional; 2) na grande empresa nacional produtiva, que tinha um poder financeiro e de inovação tecnológica relativamente frágil e estava inteiramente desvinculada do sistema bancário nacional, dedicado, por sua vez, certamente com grande proveito, às suas funções tradicionais (financiamento de curto prazo às empresas, crédito ao consumidor, reempréstimo de recursos externos); 3) na grande empresa estatal situada nos setores de base (aço, energia, petróleo, telecomunicações). Essa estrutura organicamente desarticulada funciona muito bem para copiar, quando as condições externas são favoráveis, e muito mal, quando é preciso inovar e as condições externas são desfavoráveis.

Tudo foi muito bem no período do capitalismo mundial que hoje é conhecido como os “trinta anos gloriosos” (1945-74).<sup>41</sup> Mas hoje está claro que estávamos diante de um *momento muito peculiar, de um momento verdadeiramente excepcional* de sua história. Todos os homens e mulheres dos países desenvolvidos haviam sentido na carne os efeitos do capitalismo sem freios, descontrolado: as duas guerras mundiais, a crise de 29, os horrores do nazi-fascismo. E existia ainda a competição entre o capitalismo e o “socialismo real”, que acesava um outro tipo de sociedade, mais justa. Formou-se, então, um consenso fundamental, que abrangia conservadores, socialistas, comunistas, trabalhistas: era necessário domesticar o capitalismo, neutralizar seus efeitos destrutivos, abrindo ca-

minho, nos países desenvolvidos, para o crescimento econômico sustentado e para políticas de reforma social, e, na periferia, para a industrialização.

Houve, por certo, uma política ativa de desenvolvimento econômico posta em prática pelo Estado brasileiro saído da Revolução de 30. Mas esta “vontade nacional” de industrialização, para se completar, exigia transformações econômicas e sociais de uma profundidade extraordinária. Teríamos de percorrer um caminho semelhante ao do Japão da “Revolução Meiji” ou ao da Coréia, neste século, criando uma burguesia nacional praticamente do nada; ou ao da Rússia ou da China, que realizaram uma revolução nacional apoiada na estatização dos meios de produção. Como não pudemos, “optamos” por avançar pela linha de menor resistência e recorrer à intervenção milagrosa da empresa multinacional, que vem para o Brasil, na segunda metade dos anos 50, trazida por incentivos generosos e pela concorrência, no âmbito mundial, entre as empresas norte-americanas e européias.

Os problemas já começam a surgir com a “crise do petróleo”, em 1974, e, daí em diante, com todos os distúrbios monetários e financeiros internacionais subsequentes. Mas, outra vez, ao invés de enfrentar a questão de fundo — a capacidade de financiamento e inovação —, lançamo-nos no que Carlos Lessa chamou de aventura megalômana do II Plano Nacional de Desenvolvimento, “resolvemos” levar adiante o crescimento econômico recorrendo às facilidades do endividamento externo, especialmente das empresas estatais.<sup>42</sup> O resultado todo mundo sabe qual foi, a crise da dívida externa.

Acompanhemos a análise percuciente de Luiz Gonzaga Belluzzo da trajetória da economia brasileira nos últimos dezessete anos.<sup>43</sup> Para salvar o setor privado nacional, as empresas produtivas e os bancos, o autoritarismo plutocrático não hesitou em quebrar o Estado e promover um ajuste externo que, na prática, significou estagnação econômica e alta inflação. Nos anos 80 e começos dos 90, a estagnação econômica e a alta inflação vão rompendo lentamente os mecanismos básicos de reprodução da sociedade, a mobilidade social e a ampliação continuada do consumo moderno. Na década de 80, a sociedade opôs resistências ao aprofundamento do ajuste e encontrou alguns mecanismos de acomodação. Os

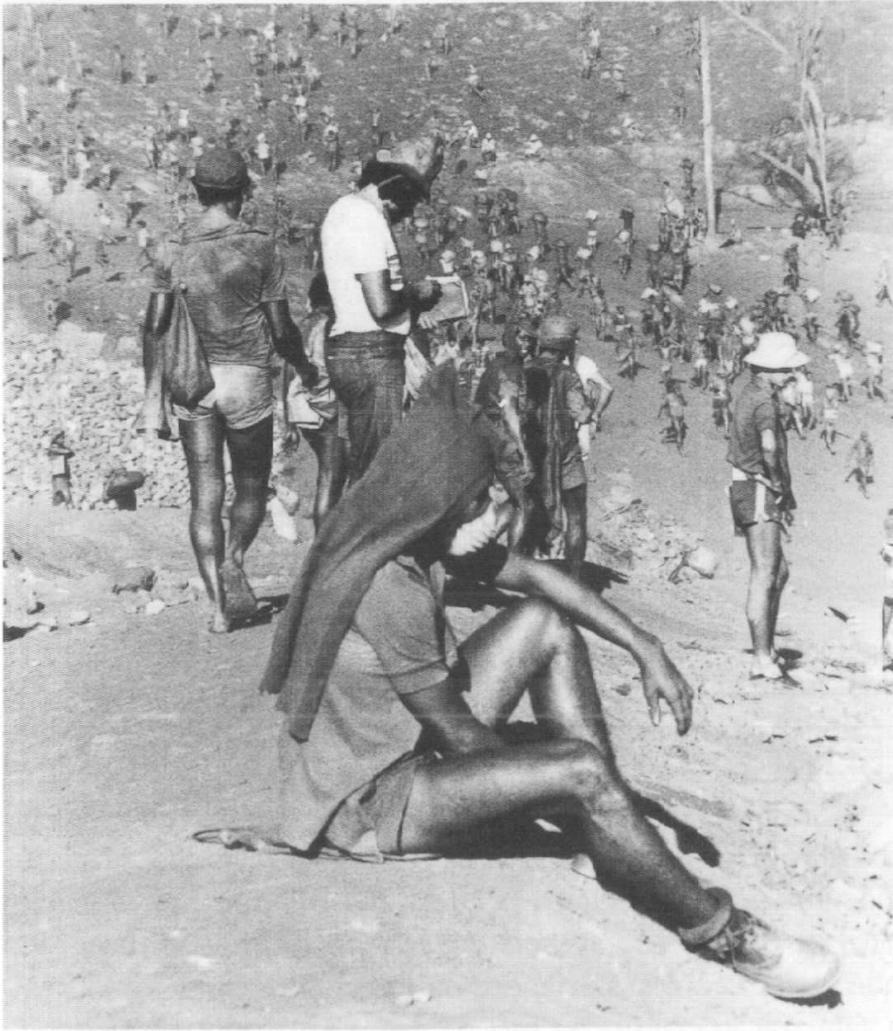
47. A alta taxa de inflação entre os anos 80 e 90 transformou em prática comum a ciranda de zeros na moeda e trocas sucessivas do padrão monetário. O cruzeiro é substituído pelo cruzado, seguido pelo cruzado novo, que volta a ser cruzeiro, que vira cruzeiro real, até chegar ao real. Na foto, a incineração nos fornos do Banco Central de notas de 500 mil cruzeiros, em maio de 1994. (Evandro Teixeira/ Agência JB)



salários reais de base caem, mas não substancialmente, pois, bem ou mal, a política de indexação salarial defendia relativamente o seu poder aquisitivo. O nível de emprego foi garantido, ainda que a qualidade de boa parte dos novos postos de trabalho tenha se deteriorado: multiplicam-se os trabalhadores autônomos dos serviços, empregados geralmente por microempresas que não registram seus funcionários. É importante também salientar o papel, na criação de novos postos de trabalho, da expansão agrícola, dos grandes projetos regionais governamentais (por exemplo, Carajás), e do substancial crescimento do gasto e do emprego públicos na área social, no plano dos estados e municípios, ainda que realizados às custas de uma significativa queda dos salários reais dos servidores (por exemplo, os salários dos professores do ensino fundamental e dos médicos). Porque o desemprego foi contido, os sindicatos puderam manter-se atuantes, ajudando a impedir uma queda maior nos salários do setor privado.

Mas, no final da década de 80, beirávamos a hiperinflação. Após a tentativa frustrada do Plano Collor, o excesso de liquidez no mercado financeiro internacional, agora globalizado, permitiu a implementação do Plano Real. Com a entrada maciça de recursos externos de curto prazo, engessamos o câmbio, abrimos a economia e multiplicamos as importações, freando a subida dos preços: nosso mais recente milagre.

Nos anos 90, o desemprego nas áreas metropolitanas cresce assustadoramente, impulsionado por uma selvagem



48. O Projeto Carajás:  
mineração no Pará, década  
de 80. (Agência Estado)

política de redução de custos e de modernização tecnológica posta em prática especialmente no setor industrial. O desemprego atinge não somente trabalhadores comuns e qualificados, mas também profissionais de nível superior e funcionários intermediários. A tendência ao crescimento do trabalho autônomo precário, de remuneração incerta e baixa, se acentua. Multiplica-se o número de camelôs, de vendedores ou pedintes situados nas esquinas das ruas de maior movimento das metrópoles, do “trabalho” associado à distribuição da droga e ao crime organizado. No âmbito do desfrute dos endinheirados, cresce o “volume de emprego”, seja com o surgimento de novas especializações, como o passeador de cachorros, o *personal trainer*, o *personal stylist*, seja pela expansão e complexificação de antigas (por exemplo, os novos seguranças que têm de saber manejar bem armas muito sofisticadas, novas empresas de carros blindados). Portanto, o



49. Com a alta taxa de desemprego os anúncios de vaga atraem grande número de pretendentes. (Lulúdi/ Agência Estado)

que chamamos elementos de resistência e mecanismos de acomodação submergem, agora, na avassaladora onda de globalização.

Tanto a política econômica de “ajustamento” dos anos 80 como o Plano Real serviram de instrumento para a proteção e acumulação da riqueza privada. No período inflacionário, isto foi conseguido através da criação da moeda indexada, que acelerou a desvalorização da moeda dos pobres. No Real, a valorização externa da moeda vem reduzindo o crescimento, destruindo a capacidade de criar empregos, levando ao paroxismo a concorrência entre os trabalhadores. A grande empresa, os bancos e os ricos em geral saíram da década de 80 muito mais enriquecidos do que entraram, apesar do medíocre desempenho da economia e das notórias dificuldades sociais. Correspondendo à predominância da especulação sobre a produção, surge uma nova personagem, o *yuppie*, sempre vestido a caráter. Nos anos 90, atingimos o ápice deste processo com o neoliberalismo: estamos, os 160 milhões de brasileiros, sujeitos à ditadura dos mercados financeiros internacionais, que exigem a austeridade — isto é, a venda do patrimônio público para pagar dívidas, o socorro aos bancos falidos para manter a saúde do sistema financeiro, o corte de gastos sociais para equilibrar o orçamento, a usurpação dos direitos trabalhistas para aumentar a competitividade.

Em contrapartida, assistimos à crescente imobilização do Estado, dilapidado pelas altas taxas de juros, afogado em



50. *Agitação na Bolsa de Valores de São Paulo: reflexo da queda do mercado financeiro asiático em outubro de 1997. (Antônio Milena/ Abril Imagens)*

dívidas contraídas para pagar outras dívidas, incapaz de levar adiante políticas de desenvolvimento ou políticas sociais.

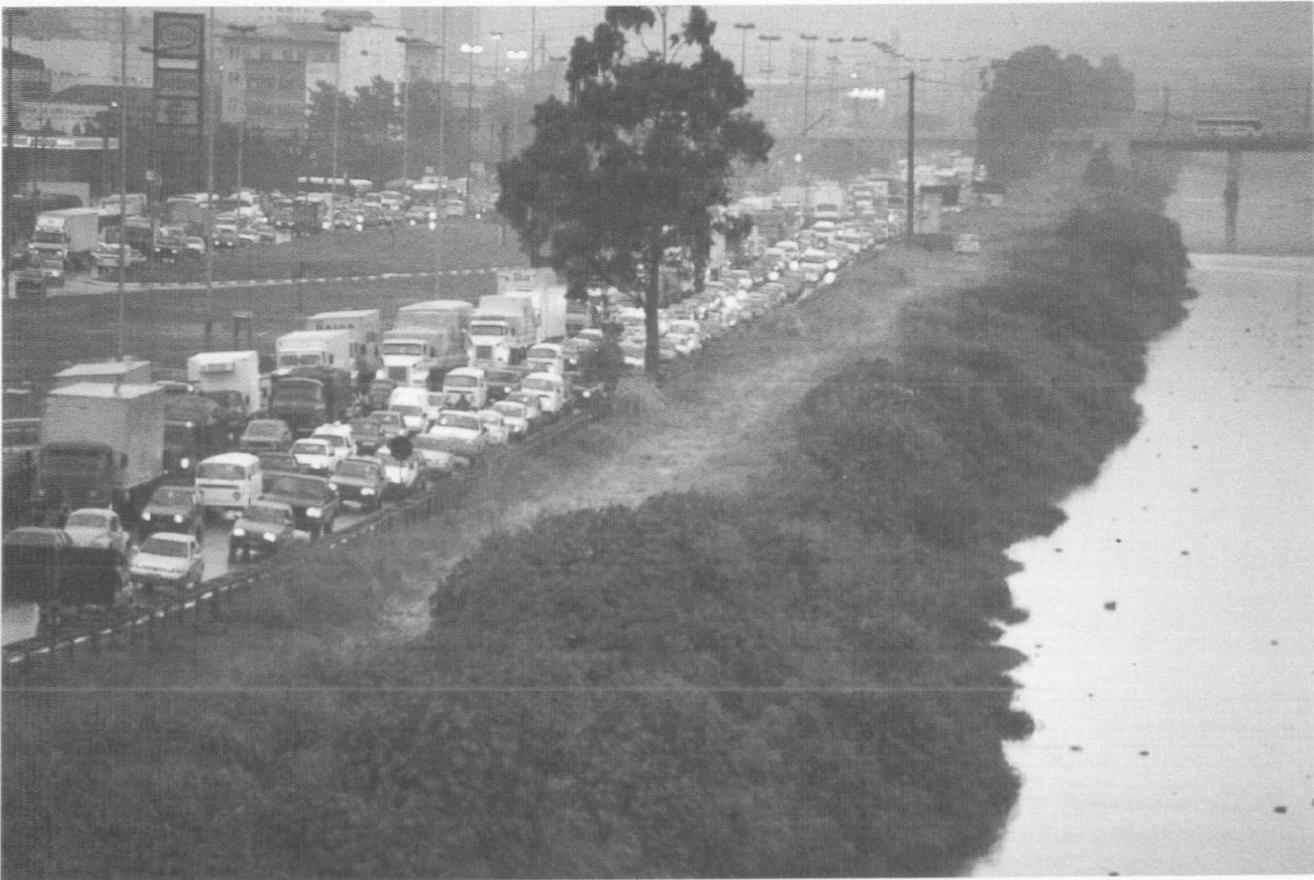
O que há, portanto, é um prolongamento do Estado nascido da “Revolução de 64”, essencialmente plutocrático, primeiro autoritário, depois liberal, porém sempre plutocrático. Os verdadeiros donos do poder — a grande empresa multinacional, os megaproprietários dos meios de comunicação, a banca, o grande empreiteiro, agora transformado em cabeça de grupos econômicos, o capitão de indústria, o grande empresário — não só conservaram como ampliaram o poder econômico e político de que dispunham. Nos meados da década de 80, o movimento das Diretas Já trouxe à luz essa verdade. Quase todos os que saíram às ruas bradavam por muito mais do que eleições diretas para presidente: desejavam um outro modelo econômico e social, que supunha um Estado verdadeiramente democratizado. O fracasso das Diretas Já, seguido da continuação da abertura lenta, gradual e segura, garantiu a manutenção da rota e, ao mesmo tempo, criou a ilusão de que os problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar. A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de “mudar o regime para conservar o poder”, acabaria desembocando no neoliberalismo.<sup>44</sup> Para garantir sua dominação, ajudaram a transformar a política também num negócio. Seu verdadeiro meio de fazer política não são os partidos, e sim a grande imprensa e os meios de comunicação de massas, atuando protegidos por

essa quase-ficção que é, entre nós, a liberdade de informação. Os partidos políticos convencionais perdem importância, são meros apêndices voltados para o “toma lá, dá cá”. As eleições transformam-se num espetáculo de TV, comandado por marqueteiros sempre competentes em “mobilizar emoções”.

Com a globalização, finalmente, tudo vem à tona. Invertem-se as bases, já frágeis, de reprodução da ordem social existente: faltam empregos e a mobilidade torna-se descendente; muitos sofrem o rebaixamento de seu padrão de vida e nível de consumo. Conseqüentemente, acirra-se a concorrência, que, do sistema econômico, expande-se para todas as outras esferas de vida, esgarçando o tecido social. A competição exacerbada, selvagem, transforma a violência num recurso cotidiano para a sobrevivência. Ela se manifesta no trânsito infernal das nossas grandes cidades poluídas, servas do automóvel, atravessa as relações de trabalho, permeia os mecanismos de carreira, deforma a vida familiar, chega até ao assassinato. Basta dizer que o crescimento das mortes violentas, entre 1980 e 1990, levou o Brasil a um índice semelhante aos da Venezuela, México e Panamá, o dobro do registrado nos Estados Unidos, inferior só ao da Colômbia.<sup>45</sup>

O avanço da violência não pode ser explicado somente pelas dificuldades econômicas ou pelas privações materiais. Uma sociedade que não dá valor à vida não pode pretender que os excluídos, do emprego, da escola, da vida familiar, considerem a vida um valor. A violência é, também, resultado da progressão avassaladora do individualismo de massas.

Em relação à família,<sup>46</sup> desaparecem quase por completo os aspectos sagrados do casamento, que passa a ser resultado sobretudo de um acordo de vontades, de um contrato entre livres e iguais. Essa transformação tem, por certo, um potencial libertador: o direito da mulher à igualdade, a valorização do prazer sexual integrado aos sentimentos, a busca de autenticidade entre os parceiros, a construção da vida comum pelo diálogo afetivo. No entanto, a revalorização do casamento ou das uniões estáveis se fundou predominantemente num comportamento adaptativo, guiado pelo medo do sofrimento e pela aversão ao risco. Foi o que constatou uma pesquisa realizada em 1995: “Apenas 15% dos homens e 12% das mulheres acham que o panorama amoroso, hoje em dia, está mudando para melhor. Os brasileiros parecem não ousar



querer o luxo. Querem apenas não passar privação. Valoriza-se o que se tem, já que lá fora [do casamento] está difícil. E poucos estão dispostos a se arriscar [...] Elas [as pessoas] vêem a relação amorosa como algo difícil de acontecer, algo tremendamente ameaçado [...] Por isso, fazem um balanço do casamento, encobrem as frustrações, valorizam as coisas boas”. Por isto, também, para assegurar estabilidade e segurança, as qualidades que garantem o cumprimento da palavra, base de um contrato essencialmente não mercantil — confiabilidade, fidelidade, responsabilidade, honestidade — são muito mais valorizadas que o “amor-paixão” ou o “amor verdadeiro”.<sup>47</sup>

Por outro lado, a educação das crianças perdeu seus aspectos francamente autoritários: o uso da violência foi justamente condenado; a comunicação e o diálogo ganharam força. Triunfou a liberdade sexual entre os jovens. Mas

o fato é que tanto as mães como os pais se esforçam ao máximo para fazer tudo o que os filhos querem. Com algumas exceções entre famílias de classes mais baixas,

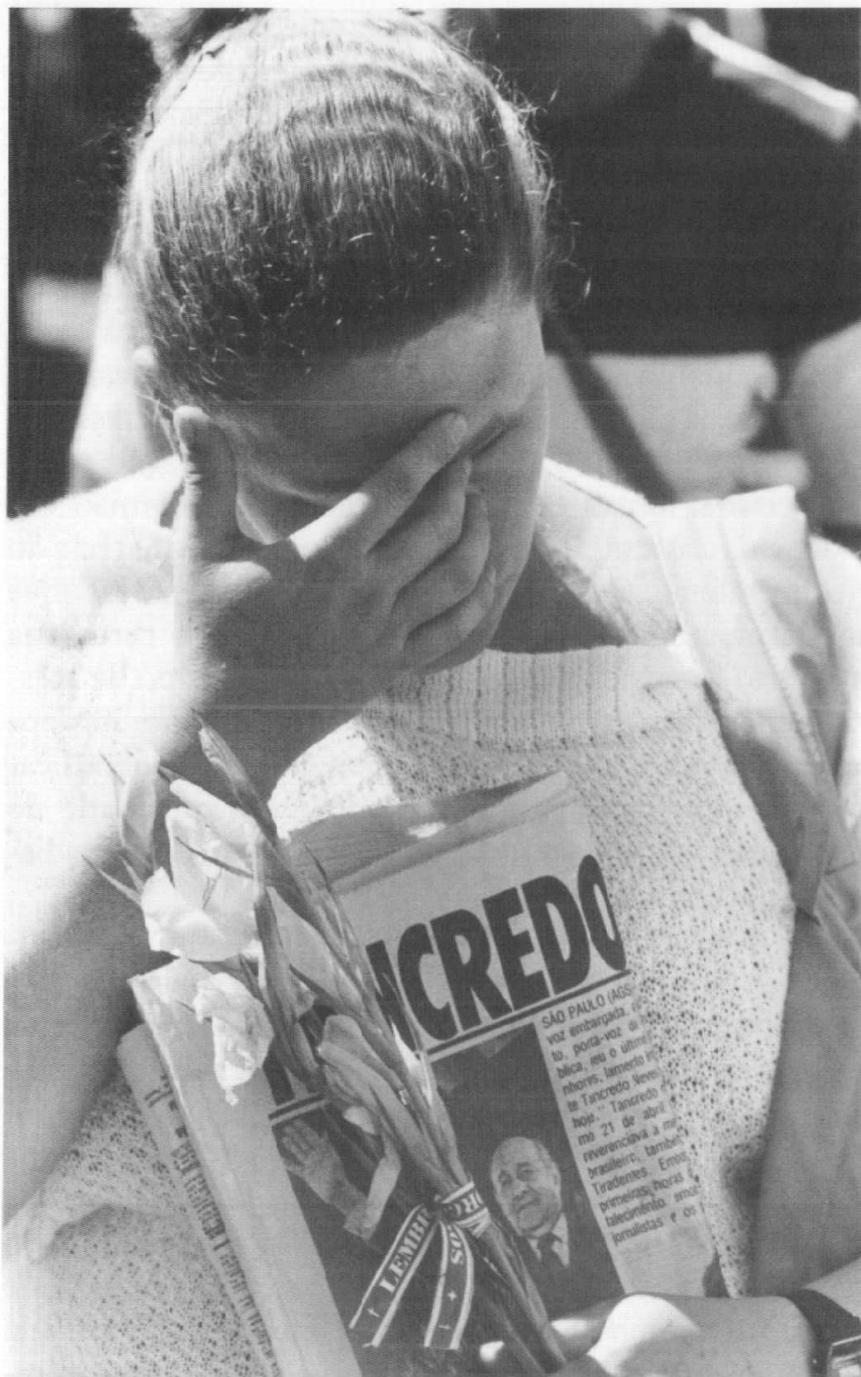
51. Poluição e trânsito na cidade de São Paulo, 17/4/97. (Daniel Garcia/ Agência Estado)

pais e mães pouco definem seus papéis de educadores. Percebem-no mais do que nada como “provedores”, quer seja de conforto material (fundamentalmente os pais, mas não apenas), como de afeto (as mães, mas também não somente elas). Na verdade, trata-se de provedores de felicidade para os filhos. São capazes de qualquer sacrifício para que eles estejam felizes e também para que reconheçam que são eles, os pais, que “fornecem” tanta felicidade [...] Embora repitam exaustivamente que “educam seus filhos para o mundo”, dificilmente impõem limites aos desejos de seus filhos, fazem respeitar seu próprio espaço ou facilitam o convívio social.<sup>48</sup>

Na ausência de valores nos quais os pais possam se apoiar para modelar o caráter dos filhos e restringir seus desejos de gratificação imediata, as crianças e os adolescentes ficam desnorteados, sem parâmetros que regulem seu comportamento social. Os pais, “provedores de felicidade” em troca de reconhecimento, buscam se realizar tanto mais através dos filhos quanto menos o podem por meio da amizade, do trabalho, do próprio desenvolvimento espiritual e intelectual, na política e na vida coletiva. Há, pois, um alto grau de identificação narcísica dos pais com os filhos.

Estamos diante de uma família sitiada, que não conta com o auxílio construtivo da escola. Sitiada pela vida cada vez mais competitiva, ameaçada pelo desemprego, pela mobilidade social descendente, pelo rebaixamento do consumo, enfim, pela falta de perspectivas de futuro. Sitiada pelos falsos valores que brotam tanto do mercado desregulado e selvagem como dos meios de comunicação de massas — o êxito a qualquer custo, o consumismo exacerbado, a liberdade “negativa”. Sitiada, finalmente, pela difusão crescente das drogas, um meio cada vez mais empregado para escapar de um mundo sem sentido, sem futuro, insuportável. Esta é a origem social das patologias da vida privada.

Durante um período relativamente longo, o presente tinha sido melhor do que o passado, e o futuro, melhor do que o presente. Mas, progressivamente, a idéia de um futuro de progresso individual vai se esfumando. A sociedade patina, não encontra saídas coletivas que restaurem o crescimento econômico acelerado e a mobilidade social ascendente. E as



52. Morte do presidente eleito Tancredo Neves: "As esperanças vão sendo frustradas". Rio de Janeiro, 22/4/85. (Chiquito Chaves/ Agência JB)

esperanças vão sendo frustradas, uma a uma: as Diretas Já, a eleição de Tancredo, o Plano Cruzado, o Plano Collor. E agora, o Plano Real, que, passada a euforia, vai revelando sua verdadeira face. O resultado é um só: a ruptura do elo que ligava, precariamente, é verdade, o esforço produtivo coletivo à luta individual. Com isso, a auto-estima do povo brasileiro declina, a idéia de nação esmaece. As manifestações deste fenômeno são perceptíveis claramente na substituição da figu-

ra do cidadão pela do contribuinte e, especialmente, pela do consumidor. Volta a se impor avassaladoramente a identificação entre modernidade e consumo “padrão primeiro mundo”. O cosmopolitismo das elites globalizadas, isto é, seu americanismo, chega ao paroxismo, transmitindo-se à nova classe média, que alimenta a expectativa de combinar o consumo “superior” e os serviços que barateiam seu custo de vida. O colapso efetivo dos serviços públicos aparece à consciência social como resultado da improbidade e do desperdício, e não da pilhagem do Estado pelos grandes interesses.

Em tudo isto, a ação dos meios de comunicação social foi decisiva. Jornais e revistas, que formam a opinião das elites e da classe média, martelaram todos os dias na tecla do neoliberalismo. Os meios de comunicação de massas, que modelam a opinião popular, também. Mas, por certo, sua ação não parou por aí. A difusão do individualismo de massas, especialmente pela televisão, acelerou-se muito, nas novelas, nos filmes, nos programas infantis etc. E a identificação do valor do homem à quantidade e à qualidade do consumo se impõe esmagadoramente, entre ricos, remediados e pobres.

A dissolução da noção do dever, o apagamento das virtudes, vai tornando o brasileiro uma espécie de homem que passa a vida calculando quantidades de prazer e dor, à procura de níveis mais altos de “felicidade” pessoal. Na vida cotidiana, só funciona a disciplina mecânica imposta pelo dinheiro ou pelas grandes estruturas burocráticas. Ou a terrível disciplina interior do cálculo das “unidades de felicidade” resultantes de tal ou qual ato: terrível porque governada alternadamente pelo medo do sofrimento e pela “vontade de potência”. Tudo isto, é claro, é acompanhado por sentimentos fracos de benevolência social, que não conseguem mobilizar a vontade e gerar comportamentos políticos ativos e continuados.

Chegamos enfim ao paradoxo: o tão decantado individualismo leva ao esmagamento do indivíduo como pessoa. Isto é, à perda de qualquer horizonte de vida fora da competição selvagem, implacável, diuturna, do consumismo exacerbado, do narcisismo, que aparece no “culto do corpo”, na obsessão pela saúde, no medo da velhice, no pânico da morte, na identificação com todos os que conseguiram se subtrair, pela fama, ao rebanho.



53. (Sebastião Salgado/ Amazon Images, Paris)

É neste caldo do que Jurandir Freyre Costa<sup>49</sup> chamou de “cultura da sobrevivência” que florescem outras síndromes de nossa patologia social. Como o indivíduo está esmagado por engrenagens sociais que desconhece, surgem para socorrê-lo pastores eletrônicos, magos, astrólogos, tarólogos, adivinhos etc. Ao avanço do neopentecostalismo, parcela da Igreja católica replica com a prática dos “carismáticos”; as pressões de Roma contra a Teologia da Libertação são crescentes. Como não há justiça eficaz nem instituições sociais bem estruturadas, as pendências pessoais e os dramas individuais são expostos e “resolvidos” nos programas “mundo cão”. Como não há intimidade autêntica, trata-se de vulgarizá-la, nos verdadeiros espetáculos de exploração do sexo que vão se tornando algumas telenovelas, alguns filmes, a propaganda. Como não há alegria verdadeira, é preciso fabricá-la, mesmo que seja às custas da piada grosseira ou da “dança da garrafa”, da “dança da bundinha” ou da “dança da manivela”. Nesta mesma descida, está o Disk-Sexo, nas suas várias vertentes. Ou o uso do sentimentalismo fácil para criar emoções. Ou a degradação do gosto musical. E, enfim, o círculo vicioso da te-ratologia: toda esta *selva selvaggia* promove a difusão de numerosas publicações de revistas especializadas e até livros, toda uma literatura de sortilégios e auto-ajuda, que alcançam grande êxito editorial; os altos lucros obtidos, por sua vez, estimulam a difusão daquelas práticas, e entramos no círculo infernal da modernidade monstruosa que se auto-reproduz.

Finalmente, aos que se perguntarem por que tantos percursos para situar a nossa atual cotidianidade e intimidade, lembremos apenas as considerações de Theodor W. Adorno, figura exponencial da Escola de Frankfurt: “Quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata tem que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual até o mais recôndito nela. Se falarmos de modo imediato sobre o que é imediato, vamos nos comportar quase como aqueles romancistas que cobrem suas marionetes de ornamentos baratos, revestindo-as de imitações dos sentimentos de antigamente, e fazem agir as pessoas, que nada mais são do que engrenagem da maquinaria, como se estas ainda conseguissem agir como sujeitos e como se algo dependesse de sua ação”.<sup>50</sup>